

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**AS MUDANÇAS NA CULTURA E NO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

PAULO RICARDO CAVINATO

Porto Alegre,
Dezembro 2011

PAULO RICARDO CAVINATO

**AS MUDANÇAS NA CULTURA E NO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre,
Dezembro 2011

PAULO RICARDO CAVINATO

**AS MUDANÇAS NA CULTURA E NO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dra. Analúcia Danilevich Pereira
UFRGS

A minha família.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, este trabalho é dedicado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que me acolheu durante estes cinco anos de minha graduação em Relações Internacionais e que, acima de tudo, contribuiu para a minha formação como cidadão e como pessoa. Sou grato à Universidade por ter me mostrado que o aprendizado e a formação não se restringem a uma sala de aula, tendo eu desfrutado de inúmeras oportunidades singulares em minha vida, como a de ser atleta desta instituição. Agradeço à Universidade por ter sido o berço que me acolheu em uma cidade estranha, por ter me ensinado a conviver diariamente com a diversidade e por ter me lembrado todos os dias de que o conhecimento só tem função se compartilhado.

De forma especial, este trabalho é dedicado aos professores do curso de graduação em Relações Internacionais. Obrigado pelos ensinamentos e pela paciência e, sobretudo, por manter acesa a chama da educação, a qual é o grande veículo de transformação social. Em especial, dedico este trabalho ao meu professor orientador Dr. Érico Esteves Duarte, por ter aceitado me orientar em um momento emergencial, sem termos tido uma convivência prévia próxima.

Este espaço de agradecimentos não poderia deixar de conter uma menção especial aqueles que estiveram ao meu lado desde o primeiro dia de aulas na universidade. Aos meus colegas e amigos do curso de Relações Internacionais, deixo aqui meu mais sincero muito obrigado. Serei eternamente grato por toda a ajuda e pelo suporte que vocês me deram durante os anos em que estivemos juntos, apesar de eu nem sempre ter tido a disponibilidade de estar junto com vocês. Da mesma forma, gostaria de deixar meus agradecimentos aos meus colegas de Medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, graduação que fiz em paralelo com a de Relações Internacionais, os quais sempre foram pacientes nos momentos em que não pude estar presente, mas sempre me deram apoio e motivação em minhas empreitadas múltiplas.

Aos demais amigos, que a vida me deu o fortuito de conhecer e compartilhar momentos alegres ou tristes, também deixo um sincero agradecimento. Muitos de vocês são quase parte de minha família. Vocês sempre presenciaram minha vontade de estudar e de me tornar uma pessoa diferenciada no sentido de ser um transformador social em nosso meio. Saibam que a amizade de cada um de vocês é uma das coisas mais especiais que tenho.

Por fim, agradeço aos meus familiares por servirem de inspiração para o que sou hoje e para o que pretendo ser, por sempre acreditarem no meu potencial e por me lembrarem todos os dias de que dificuldades podem ser superadas se tivermos força de vontade, humildade e dedicação. Agradeço aos meus pais por sempre terem fornecido todas as condições para que pudesse desenvolver toda a minha formação, sem nunca ter me faltado algo. Acima de tudo, agradeço-lhes por terem investido em minha educação e por terem me possibilitado as condições de realizar todos os meus grandes sonhos de infância e adolescência. Eu não seria nada sem vocês.

A todos, fica minha eterna gratidão.

“[...] Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem o dinheiro para recuperar a saúde. E por pensarem ansiosamente no futuro esquecem do presente de forma que acabam por não viver nem no presente nem no futuro. E vivem como se nunca fossem morrer [...] e morrem como se nunca tivessem vivido.”

(Dalai Lama)

RESUMO

Com a chegada do século XXI, o mundo vê-se, novamente, frente a um novo período de transição. Durante a década de 90 o mundo presenciou um momento de supremacia hegemônica dos Estados Unidos, com a consolidação do neoliberalismo e com a expectativa dos EUA serem os responsáveis pela tentativa de construção de um novo sistema internacional pós-Guerra Fria. Todavia, o início do novo século pôs tudo isso em xeque, em virtude das rápidas e intensas transformações políticas, econômicas e sociais que o mundo tem presenciado nos últimos anos. Assim, nota-se que os EUA, abalados pela crise financeira de 2008, vivem um momento de transição, no qual terão de se adaptar ao novo cenário interno e externo.

Esse trabalho tem por objetivo investigar como a política externa dos Estados Unidos vem mudando nos últimos anos, sendo dado um enfoque especial a como o imperialismo norte-americano vem se adaptando às mudanças no cenário interno e externo e quais serão as mudanças que os norte-americanos devem promover em prol da manutenção da estrutura social, econômica e política atuais e, conseqüentemente, perpetuando sua posição de liderança externa.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos; Elementos culturais norte-americanos; Imperialismo; Século XXI; Política Externa

ABSTRACT

With the arrival of the 21st century, the world finds itself once again facing a new period of transition. During the 90's the world witnessed a moment of hegemonic supremacy of the United States, with the consolidation of the neoliberalism and the expectation of the US being responsible for the construction of a new international system after the Cold War. However, the new century put it all in check, as the recent years face fast and intense political, economic and social problems that the world has faced. Thus, it is noted that the US, shaken by the 2008 financial crises, live a moment of transition, which it will have to adapt to the new internal and external scenario.

The goal of this paper is to investigate how US foreign policy has been changing in the recent years, special emphasis being given to how US imperialism has adapted to changes in the internal and external scenario and which changes US should promote in order to maintain its social, economic and political structure and, thus, perpetuating its leadership position outside

KEY WORDS: United States; American Cultural Elements; Imperialism; 21st Century; External Policy

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Déficit total x Aumento da dívida interna (em U\$ bilhões).....	70
Gráfico 2 - Produto Doméstico Bruto, em poder de paridade de compra (ppp), das 7 maiores economia do mundo: 1700-2011.....	78
Gráfico 3 - Saldo da balança comercial dos Estados Unidos: 1960-2010.....	79
Gráfico 4 - Produto Interno Bruto (PIB), Dívida Pública e Percentagem da dívida em relação ao PIB, EUA: 1996-2012.....	80
Gráfico 5 - Déficits e superávits públicos, Estados Unidos da América: 1990-2011.....	81
Gráfico 6 - Gastos absolutos e relativos com defesa, EUA: 1990-2010.....	82
Gráfico 7- Gastos com programas sociais, EUA: 1990-2010.....	83

LISTA DE ABREVIACÕES

APEC: Cooperação Económica Ásia-Pacífico

BM: Banco Mundial

BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China

EUA: Estados Unidos

FMI: Fundo Monetário Internacional

GWT: Global War on Terror (Guerra Global ao Terror)

NSS: National Security Strategy (Estratégia Nacional de Segurança)

OIG: Organização Infra Governamental

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PESC: política externa e de segurança comum

PLD: Produto Líquido Doméstico

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

URSS: União das Repúblicas Socialista Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A SOCIEDADE AMERICANA E OS ELEMENTOS CULTURAIS DOS ESTADOS UNIDOS.....	21
1.1. A Formação do Estado Norte-Americano	21
1.1.1 As teorias da formação do Estado Norte-Americano	21
1.2. Os elementos culturais Norte-Americanos.....	26
1.3.1 O Dinamismo.....	26
1.3.2. O Individualismo.....	27
1.3.3. O Capitalismo.....	30
1.3.4. O Expansionismo.....	31
2. O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO: DISCUSSÃO TEÓRICA	34
2.1. As Teorias de Imperialismo.....	34
2.1.1. Teoria marxista clássica do imperialismo.....	34
2.1.2. Teorias contemporâneas de imperialismo.....	37
2.1.2.1. O fim do imperialismo e a emergência do Império em Michael Hardt e Antonio Negri	39
2.1.2.2. David Harvey e a abordagem do novo-imperialismo.....	43
2.1.2.3. Duménil e Lévy e o Neo-Imperialismo.....	47
3. O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 90: OS GOVERNOS BUSH E CLINTON.....	53
3.1. O período Pós-Guerra Fria.....	53
3.1.1. O imperialismo do Governo George Helbert Walker Bush (1989-1993).....	57
3.1.2. O imperialismo do Governo Bill Clinton (1994-2000).....	62
4. O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: OS GOVERNOS BUSH FILHO E OBAMA.....	68
4.1. O imperialismo do Governo George Walker Bush (2001-2008).....	68
4.2. O imperialismo do Governo Barack Obama (2009 - atual).....	75
4.2.1. Economia.....	76
4.2.1.1 A economia norte-americana pré-Obama.....	77
4.2.1.2. A economia do governo Obama.....	80
4.2.2. Política.....	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo investigar como a política externa dos Estados Unidos vem mudando nos últimos anos, sendo dado um enfoque especial a como o imperialismo norte-americano vem se adaptando às mudanças no cenário interno e externo e quais serão as mudanças que os norte-americanos devem promover em prol da manutenção da estrutura social, econômica e política atuais e, conseqüentemente, perpetuando sua posição de liderança externa. Ao governo Barack Obama (2008-atual) dar-se-á um enfoque especial, devido a sua contemporaneidade e de ser de fundamental importância para a compreensão do atual cenário americano, bem como para lançar mão de algum prognóstico sobre o tema.

As principais fontes utilizadas no trabalho foram: (I) bibliografia acerca do tema imperialismo, acerca da cultura norte-americana e acerca da política externa dos Estados Unidos; (II) estudos acadêmicos a respeito da política externa americana recente; (III) notícias de jornais impressos e digitais, a fim de buscar entender os principais marcos dos governos americanos no pós-Guerra Fria. Salienta-se que o enfoque analítico do trabalho centra-se de dentro para fora, ou seja, dá-se em nível doméstico e suas repercussões na política externa norte-americana. Nesse contexto, a relevância do tema se deve à chegada no século XXI¹ de um novo período mundial de transição.

Voltando um pouco no tempo, o cenário internacional vivenciou, durante a década de 90, um momento de unipolaridade após a transição de um mundo bipolar da Guerra Fria², tendo os Estados Unidos gozado de uma década de supremacia mundial inquestionável. A década de 90, ademais, presenciou a consolidação do neoliberalismo³

¹ Em consonância com o pensamento de Eric Hobsbawn, o qual em sua obra *A Era dos Extremos* (2005) afirma que o século XX começou com a Primeira Guerra Mundial (1914) e terminou com o fim da URSS (1991), este trabalho adota a postura que, apesar de, cronologicamente o século XXI ter-se iniciado em 01 de Janeiro de 2001, em termos de período histórico o mesmo teve como marco transitório os atentados de 11 de Setembro, sendo essa a análise compreendida nesse trabalho. Nesse sentido, fica em aberto o questionamento de onde se enquadraria historicamente o período 1991-2001?

² Para alguns autores houve uma superioridade americana durante todo o conflito, a qual beirava a unipolaridade (VIZENTINI, 2005). Para Roy Medvedev, na obra *A URSS e a corrida armamentista* (1988), a superioridade americana se deu durante toda a Guerra Fria, de uma maneira mais acentuada no seu início e no seu fim, passando por uma leve redução no desequilíbrio no seu decorrer. Para ele, os EUA nunca aceitaram a posição reconhecidamente defensiva adotada pela URSS, aproveitando-se ideologicamente e socialmente do conflito para uma espécie de “auto-afirmação” no cenário internacional.

³ Perry Anderson, na obra *Balanço do Neoliberalismo* (1995) defende que as fases do Neoliberalismo foram: (I) nascimento, na década de 40; (II) fortalecimento, na década de 70; (III) triunfo – sobre o socialismo –, na década de 80; e (IV) hegemonia, na década de 90 em diante.

como regime ideológico dominante, o qual adentrou o novo século sob questionamentos, em virtude das rápidas e intensas transformações políticas, econômicas e sociais que o mundo tem presenciado nos últimos anos.

A respeito das transformações vividas no século passado, os Estados Unidos, após o erguimento da ordem do pós-guerra, transformaram-se nos principais defensores do *status quo* na política internacional. Tal conduta se manteve mesmo diante do colapso da União Soviética, após o qual a política externa americana passou a gerenciar sua posição privilegiada no sistema. Ciosos das dificuldades estratégicas impostas ao único pólo relevante de poder na “nova ordem mundial”, e contrariando as expectativas teóricas (WALTZ, 1999) e empíricas (JAGUARIBE, 1992) acerca da reorganização da estrutura do sistema internacional em bases multipolares, os norte-americanos renovaram sua “grande estratégia” como forma de manter a estabilidade de um mundo unipolar (WOHLFORTH, 1999).

Podem-se notar, como elementos desta grande estratégia, (I) a contenção de concorrentes estratégicos no plano econômico, como a União Européia e o Japão, ou no militar, como Rússia e China; (II) o aumento da influência norte-americana em regiões antes tratadas inercialmente, como o Oriente Médio e, de forma mais visível, a América Latina; (III) a renovação dos mecanismos de segurança coletiva em torno dos interesses americanos, especialmente das Nações Unidas e da Organização do Tratado do Atlântico Norte; (IV) o combate aos fenômenos transnacionais emergentes, como o narcotráfico e o terrorismo. (HUNTINGTON, 1999)

A despeito disso, por mais que se assuma que a política externa norte-americana teve êxito na manutenção da estabilidade do sistema internacional, mesmo sob uma ordem relativamente desequilibrada (NYE, 2005), a conduta exterior dos Estados Unidos sofreu algumas transformações ao longo da década de 1990. A política externa dos EUA passou de um “globalismo unilateral”, no início daquela década, quando o país portava-se como uma potência benigna e interlocutora de valores universais, para um “unilateralismo global” nos últimos anos do século XX, abandonando a convergência universal de interesses e agindo por conta própria numa vasta gama de assuntos internacionais (HUNTINGTON, 1999). Transformava-se, assim, numa “superpotência solitária” ao final do governo Clinton, postura que se intensificou após o 11 de setembro de 2001, já sob a presidência de George W. Bush (NYE, 2005).

Nesse ínterim, deve-se compreender que a mudança na postura dos Estado Unidos em relação a sua política externa se deu perante um cenário internacional de transição. A chegada do século XXI trouxe consigo a perspectiva de uma multipolaridade mais evidente com, dentre outros, a ascensão da China como nova potência, bem como uma nova realidade de consolidação de economias que antes tinham um papel de menor importância.

Nesse cenário, os atentados de 11 de setembro (11/09) foram um evidente divisor de águas. Imediatamente após 11/09, os Estados Unidos colocaram em prática uma reformulação ultraconservadora da política, dotada de uma ampla estratégia que abrangesse os âmbitos interno e externo. No âmbito da sua política interna, o governo norte-americano começou a motivar a instauração de um sistema de direito que prescindisse a lei e as instituições democráticas (julgamento de suspeitos por tribunais militares, ampliação dos poderes policiais, escutas telefônicas e captação de comunicações feitas na internet, instauração de tribunais *ad hoc*, detenção e acusação com base em provas sigilosas, relativização de regras que controlam a entrada e atuação das agências de segurança (FBI) e ampliação de suas ações à espionagem interna sobre organizações políticas e religiosas estabelecidas no território dos Estados Unidos, etc.). A reformulação conservadora da política exterior, como em outros períodos da história (tal qual a Doutrina de Contenção depois da Segunda Guerra Mundial), facultou a abertura de uma via de legitimação de políticas internas em outros países, onde pudessem ser aceitas limitações democráticas em troca de um compromisso externo com a política global da potência (MEZA, 2005). Como legado dessa nova orientação da política norte-americana, adviram as Guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003) e, indiretamente, a crise de 2008. (PECEQUILO, 2010)

Assim, observou-se que na entrada do século XXI a hegemonia norte-americana ficara evidente em todos os seus âmbitos: político, econômico e, sobretudo, militar. Entretanto, no decorrer da primeira década do novo século, diversas mudanças na ordem internacional fizeram com que a supremacia americana deixasse de ser algo inquestionável. No campo econômico, viu-se o crescimento e a consolidação da China⁴ (NONNEMBERG,

⁴ O início do crescimento chinês nos remete às reformas do sistema econômico e político do país ocorridas na década de 70. Tendo durante mais de 30 anos apresentado taxa de crescimento ao redor de 10% ao ano, a China paulatinamente foi caminhando para figurar como grande potência no cenário internacional. Na entrada do novo século, o cenário econômico internacional favorável propiciou a consolidação desse crescimento, bem como do novo de potência da China internacionalmente. Em 2010, o país atingiu US\$ 6,05 trilhões ou 39,8 trilhões de yuan (com crescimento de 10,3%), fazendo do país a segunda maior economia do mundo (ficando apenas atrás dos Estados Unidos). Estes números indicam que a economia chinesa representa atualmente cerca de 15% da economia mundial.

2010), a emergência de Índia, Rússia e Brasil como economias ascendentes no cenário internacional e a consolidação da União Europeia como bloco forte, capitaniada pelo Euro, no início da década. Em 2008 ocorreu a crise financeira nos Estados Unidos, a qual afetou seriamente suas estruturas econômicas e da qual o país ainda não se recuperou até o presente momento (2011). No âmbito político, o país continuou com seu papel central na política internacional, observando-se, porém, uma mudança de postura perante os demais países, sobretudo em dois aspectos: (I) deixa-se de lado a postura até então conciliadora e “inercial” em sua política externa, iniciando-se uma política intervencionista e autoritária, especialmente em regiões de interesses norte-americanos como o Oriente Médio, a chamada *Doutrina Bush* (MANN, 2008); e, intimamente ligado ao primeiro, (II) o afastamento dos Estados Unidos de seus principais aliados (Alemanha, Inglaterra, França...), em virtude da nova diretriz autoritária que dominou a política externa americana, resultando, em última instância, num isolamento americano no cenário político internacional (“superpotência solitária”).

Frente a tudo isso, pergunta-se qual o papel que os Estados Unidos, como potência dominante, deve desempenhar perante esse novo cenário, da mesma forma como questiona-se quais as atitudes ele tem tomado para se adequar ao mesmo. Devemos observar que, neste momento de incerteza e transição, os Estados, de uma forma geral, buscam reajustar prioridades estratégicas, visando seu reposicionamento nesta ordem, sendo simultaneamente confrontados por vulnerabilidades domésticas. O mesmo dilema é enfrentado pela potência hegemônica, os EUA, que também atravessam um ciclo de mudança em suas doutrinas externas e em seus paradigmas socioculturais internos (PECEQUILO, 2006).

Dentro dos valores teóricos da política externa americana mais reconhecidos citam-se o isolacionismo e o expansionismo⁵. Primeiramente, o isolacionismo deve ser entendido como uma característica natural do país de centrar-se sobre si, ou seja, a resolver as suas questões internas não intervindo na externas (Doutrina Monroe). Todavia, o que deve ser depreendido disso é que a partir do fortalecimento interno, os Estados Unidos se tornam mais aptos, em uma eventualidade, a serem ativos em questões externas. Essa postura

Disponível em: < http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_da_china.htm > acesso em outubro de 2011.

⁵ Jean Pierre Fichou, em sua obra *A civilização Americana* (1990) interpreta que o isolacionismo americano estaria englobado dentro do expansionismo americano. Mais adiante (no capítulo 1), será discutida essa questão conceitual, cabendo neste momento apenas a ressalva que, como notoriamente se separam o isolacionismo e o expansionismo norte-americanos, optei por defini-los de forma separada.

americana foi aplicada à política externa do país durante o século XIX, diante da qual o país, teoricamente, renunciou a inescuir-se nos assuntos europeus detrimento da não intervenção dos europeus nos seus assuntos internos. Com a ascensão americana ao posto de grande potência ao final da Segunda Guerra, o já quase inexistente isolacionismo norte-americano foi sumariamente suplantado pela outra grande característica da política externa do país: o expansionismo.

Sobre o expansionismo dos Estados Unidos recai uma atenção especial do presente trabalho. Na óptica de Fichou (1990), essa é a característica mais marcante e é inerente ao Estado norte-americano. Como será discutido com maior detalhamento mais adiante, advindo do expansionismo norte-americano, encontra-se o imperialismo. O imperialismo, *per se*, é uma característica própria de toda grande potência hegemônica. Ele faz menção ao comportamento do Estado *hegemon* em relação aos demais componentes do cenário internacional. Ademais, o imperialismo deve ser compreendido com um fenômeno dual: endógeno – referente às instituições internas que propiciam seu surgimento – e exógeno – referente à atuação do país perante os demais –. Não obstante, a tendência imperialista norte-americana se evidenciou desde os primórdios da constituição do Estado americano, vindo a se consolidar, evidentemente, com a ascensão do país ao posto de maior potência mundial. Entretanto, a forma de atuação deste imperialismo, ou seja, o comportamento dos Estados Unidos perante os demais países do sistema internacional muda frente a diferentes conjunturas em momentos históricos distintos. Novamente, com a chegada do século XXI, e os novos desafios que o mesmo traz, observa-se, como em outros momentos históricos, uma mudança na forma de atuação do imperialismo do país.

Em face ao exposto, os EUA se colocam diante a um velho dilema vivido durante a Guerra Fria, mas que retorna dentro de um novo contexto: como manter-se como principal potência mundial, perpetuando os seus valores historicamente ratificados. Certamente, o modelo de desenvolvimento atualmente pregado pelo país deve passar por uma reformulação. O seu modelo de imperialismo está passando, sem sombra de dúvidas, por mudanças graduais ao longo do início deste século. Nesse meio tempo, aspectos culturais e políticos tradicionais passam por uma fase de readaptação frente aos novos paradigmas.

O atual *status* do imperialismo americano se deve a um processo histórico que remonta aos primórdios da nação. Entretanto, pode-se afirmar que o fim da Guerra Fria em 1989 foi um marco essencial no tema em estudo. Ao governo George Bush, de início em 1989, coube a transição do Estado norte-americano para um novo *status quo* de potência

hegemônica, fato estritamente ligado ao imperialismo do país. Os governos que o seguiram (Clinton, Bush Filho e Obama) aprofundaram a discussão recente do tema, trazendo-o à tona nas discussões acadêmicas. Especificamente, coube ao governo de Barack Obama, de início no começo de 2009, mas veio de um processo transitório datando do final de 2008, lidar com os principais pontos negativos deste cenário em mudança. Mudança, aliás, foi o grande *slogan* da campanha de Obama em 2008, ano de desencadeamento da crise financeira que assolou o país e que permaneceu como herança do governo republicano de Bush Filho para o governo democrata de Barack.

Ainda a respeito da administração Obama, antes tida como a perspectiva de uma reforma radical nas bases administrativas americanas, os três primeiros anos de sua administração foram marcados pela continuidade da política de seu antecessor Bush Filho, pelo aprofundamento da crise no país, pelos constantes embates com o Legislativo e, desapontadoramente, por poucas mudanças de fato. Eric Hobsbawm, analisando o governo Obama proferiu:

As pessoas ficaram tão satisfeitas com a eleição de um homem como ele, especialmente em um momento de crise, que pensaram que certamente seria um grande reformador, que faria o que Roosevelt [1933-45, responsável pelo New Deal, série de programas econômicos e sociais contra a Grande Depressão] fez. Mas Obama não o fez. Ele começou mal. Se compararmos os primeiros cem dias de Roosevelt aos primeiros cem dias de Obama, o que salta à vista é a disposição de Roosevelt em aceitar assessores não oficiais, em experimentar algo novo, comparada à insistência de Obama em se conservar no centro. Acho que ele desperdiçou sua chance. (Folha de São Paulo, 18 de abril de 2010)

De uma maneira superficial, essa opinião reflete a da grande massa sobre o governo Obama até o momento, sendo um dos pilares desse trabalho aprofundar essa discussão.

A organização deste trabalho ocorre de acordo com a seguinte estrutura: o capítulo 1 busca explicar as principais teorias de formação do Estado norte-americano e elencar os principais elementos culturais do país, com destaque ao imperialismo como fenômeno endógeno. Para tanto, utiliza-se como fonte primária a visão de Michel Fichou na obra *A civilização americana* (1990), na tentativa de identificar os valores culturais pétreos norte-americanos e discussão sobre o tema. No capítulo 2 é feita uma discussão teórica sobre o imperialismo, buscando enquadrar o imperialismo frente às principais correntes teóricas sobre o tema. Nesse sentido, o imperialismo é compreendido como um fenômeno exógeno, ou seja, dos EUA em relação aos demais países do sistema internacional. A discussão sobre o tema se dá em dois momentos: em um primeiro momento a discussão debruça-se sobre a corrente marxista clássica representada por Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo,

Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin, em diversas obras, os quais fornecem o substrato para as correntes contemporâneas de análise do imperialismo, as quais, em um segundo momento, representadas pelas visões de Michael Hardt e Antonio Negri, na obra *Império* (2001); a visão de David Harvey, na obra *O novo imperialismo* (2003); e a visão de Gérard Duménil e Dominique Lévy, na obra *Superação da crise, ameaças de crises e o novo capitalismo* (2007) objetivam a uma abordagem heterogênea do tema. No capítulo 3 é feita uma revisão sobre o imperialismo dos dois primeiros governos pós-Guerra Fria dos EUA: Clinton e Bush. Essa sessão almeja fornecer o substrato para a compreensão do imperialismo e para as mudanças ocorridas no início do século XXI. Por fim, no capítulo 4, é feita uma revisão acerca do imperialismo norte-americano nos governos Bush Filho e Obama, buscando-se analisar os principais acontecimentos de seus governos e suas repercussões no imperialismo norte-americano, bem como as tendências do mesmo. Tanto nos capítulos 3 e 4 são utilizados como balizadores as ideias de Cristina Pecequillo, na obra *A política externa dos Estados Unidos* (2005), além de diversas outras obras e artigos que vão ao encontro dos pensamentos defendidos neste trabalho.

1. A SOCIEDADE AMERICANA E OS ELEMENTOS CULTURAIS DOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos, sem sombra de dúvidas, são objeto singular de extensa análise para as ciências humanas em virtude do seu modelo de desenvolvimento acelerado e por terem se tornado a grande potência do século XX. Segundo Fichou,

Não se aborda a civilização americana do mesmo modo que se aborda as outras civilizações. Em três séculos, esse país viu atribuírem a ele um papel de modelo ou repousoir universal e inventou um sistema original ao forjar para si uma outra concepção de vida. A brevidade da história nacional não exclui a mudança, e erraríamos em imobilizar as estruturas para tornar imutável um retrato que é apenas temporário, mas que explica esta constância não-habitual das ideias-forças, o que contrasta com a relativa inconstância das outras culturas mais antigas. (FICHOU, 1990, p.7)

A chegada do século XXI, com as mudanças conjunturais que são extensamente discutidas nesse trabalho, vem ao encontro da velocidade de transformação que o Estado tem, bem como a sua capacidade de rapidamente assimilar a mudança. Embuído nesse espírito de mudança que os Estados Unidos ingressam no novo século cercado de desafios, os quais esse trabalho se propõe a explorar. Nesse capítulo inicial, são discutidos a formação do Estado norte-americano e seus valores culturais.

1.1. A Formação do Estado Norte-Americano

Devido à singularidade e à rápida ascensão dos Estados Unidos, diversos autores se propuseram a analisar a formação deste Estado. Dessa forma, essa seção lança mão de algumas teorias acerca da constituição dos Estados Unidos, sob a óptica Jean Pierre Fichou, Alexis Toqueville e Max Weber.

1.1.1 As teorias da formação do Estado Norte-Americano

Jean Pierre Fichou, a exemplo de Daniel Royot, Jean-Loup Bourget, Jean-Pierre Martin, entre outros, foi um autor da escola francesa de sociologia que se propuseram a analisar a cultura e a formação dos Estados Unidos. Segundo o autor, em sua obra *A civilização Americana* (1990), a formulação das diversas teorias acerca da construção do Estado norte-americano se deu de forma contínua, no decorrer da história do país. Para

Fichou (1990), diversas correntes teóricas foram responsáveis pela formulação não só das teorias, mas também de conceitos que ajudaram a explicá-las. Em sua obra, Fichou lança mão de sete teorias sobre a formação do Estado americano: (I) o agrarianismo; (II) a democracia; (III) a fronteira; (IV) a abundância; (V) o pragmatismo; (VI) o pluralismo instável e; (VII) o darwinismo social.

Historicamente, a formação do Estado norte-americano remonta ao século XVIII, com o movimento Iluminista. Os fundamentos teóricos sobre a formação do Estado foram dados pelos teóricos iluministas europeus, em especial os contratualistas. Como exemplifica Fichou, alguns pensamentos de Rousseau foram apropriados pela primeira corrente teórica americana – os *agrarianistas* – os quais, dentre outros princípios, acreditavam que “o homem é naturalmente bom: é a sociedade que encoraja o mal quando ela é por demais sufocante ou muito diretiva” (FICHOU, 1990, p. 15). Os agrarianistas, análogos aos fisiocratas, tinham por fundamento “um conjunto de princípios gerais estabelecidos a partir da observação da vida do homem em sociedade e que se baseiam na ideia de uma democracia apoiada na virtude de pequenos agricultores independentes [...]”(FICHOU, 1990, p. 14). A teoria agrarianista foi um reflexo fidedigno do período colonial dos Estados Unidos, podendo-se depreender que “[...] permite descrever com precisão a sociedade colonial e revolucionária da qual várias características existem ainda atualmente [...]” (FICHOU, 1990, p. 19). Por acreditarem fortemente no engrandecimento por parte do trabalho, eles lançaram as bases ideológicas das teorias desenvolvimentistas americanas que os sucederam.

Tocqueville, ciente das ideias dos agrarianos e, sobretudo, a partir de suas observações, lançou mão da segunda teoria: *a democracia*. Em sua obra *A democracia na América* (1998), ele expõe a sua análise da sociedade americana, especialmente focado no sistema político do país. Surpreso pelo funcionamento da sociedade americana, sua teoria – grosso modo – afirmava que o rápido crescimento americano se dava pela democratização (participação popular) em todos os setores da sociedade. Ao renegar os valores da antiga metrópole, os Estados Unidos criavam um novo parâmetro de governo. Todavia, quando de suas observações, Tocqueville já vislumbrava problemas para o futuro da democracia americana, uma vez que ela se fundamentava na não existência de diferenciação entre os indivíduos, mas que, concretamente, dado o materialismo da sociedade, seria inevitável a separação entre ricos e pobres, criando-se, assim, diferenças entre os indivíduos: “[...] este gosto e esta procura desenfreada do dinheiro e da felicidade material ocasionarão,

necessariamente o surgimento de uma classe rica ao lado de uma classe pobre e o renascimento de uma aristocracia” (FICHOU, 1990, p. 20).

Ainda sobre a teoria democrática, segundo Fichou (1990), esta constituiria a tipificação do que, talvez, seja o âmago de toda a construção social norte-americana: o princípio do *individualismo*. O individualismo⁶, *per se*, seria a centralização no indivíduo - e não na sociedade – da capacidade de autodeterminação, ou seja, a cada um caberia trilhar seu próprio caminho.

A terceira teoria, proposta por Jackson Turner, em sua obra *A significação da Fronteira na história americana*⁷ (1893), foi um marco intelectual para as que a seguiriam. *A teoria da fronteira*; nasce de uma concepção híbrida: por um lado complementa alguns elementos da teoria democrática, mas, por outro, lança mão de uma concepção totalmente nova, afirmando que o desenvolvimento americano se deu pelo espírito de seu povo em desbravar fronteiras, ou seja, de se expandir. Essa teoria parte fundamentalmente de duas definições: a Fronteira é o “ponto de encontro entre o selvagem e o civilizado” e uma “redução a uma condição mais primitiva” (FICHOU, 1990). Fichou, valendo-se das ideias de Turner, afirma que a fronteira é uma zona de contínuo movimento, na qual ocorre o estímulo pela busca pelo novo e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento.

Segundo Fernandes (2005), a teoria da fronteira se deu em três momentos distintos: (I) a adaptação dos europeus às diversidades naturais da América do Norte; (II) a transformação gradativa desse ambiente pelos colonizadores ingleses e; (III) a adaptação da tradição européia à cultura indígena, resultando numa nova civilização, mais dinâmica e empreendedora, a norte-americana. Dessa forma, como afirma Fichou, esta teoria coloca o elemento expansionista⁸ como parte fundamental do “ser” norte-americano. Assim sendo,

A Fronteira é antes de tudo um estado de espírito. Corresponde precisamente às qualidades e aos defeitos culturais dos Estados Unidos: adaptabilidade, flexibilidade, inventividade, otimismo, coragem, abertura para o mundo, individualismo, mas também violência, materialismo, superficialidade, agitação, aventurismo, ingenuidade. (FICHOU, 1990, p. 26)

Certamente, esta é a teoria mais famosa a respeito da formação do Estado norte-americano e a mais passível de críticas. Podem-se observar reflexos desta teoria em

⁶ Este princípio, é tratado com mais detalhes na seção 1.2.2.

⁷ Do título em inglês *The Significance of the Frontier in American History*.

⁸ O Elemento expansionista é tratado com mais detalhes na seção 1.2.4.

diversos momentos históricos dos Estados Unidos, como por exemplo, no famoso discurso do presidente John F. Kennedy após a bem sucedida missão tripulada à Lua, quando, em seu discurso ele lembrou que a Lua era a última fronteira americana a ser desbravada. Deve-se ressaltar, ainda, que esta teoria está permeada de muitos elementos religiosos, como o puritanismo amplamente discutido por Weber⁹ e a ela se vincula o conceito do “Misturador”^{10,11}, na qual a fronteira seria a origem da pluriculturalidade americana.

Evidentemente que a teoria da fronteira, apesar de sua ampla divulgação, deixou lacunas a serem preenchidas por teorias subsequentes. Seguindo à teoria da fronteira, a *teoria da abundância*, proposta por David Potter em sua obra *People of Plenty* (1954), vem a centrar o desenvolvimento americano na grande quantidade de riquezas existentes em seu território e, sobretudo, na capacidade do povo americano em valorizá-las. Essa teoria é particularmente interessante por lançar mão da noção de “igualitarismo” como “igualdade de oportunidades” a todos os integrantes da sociedade americana. Essa ideia, por sua vez, é outro princípio norteador dos americanos, tendo em vista a alcunha dos Estados Unidos como “Terra das oportunidades”.

A *teoria do pragmatismo*, proposta por William James e John Dewey, por sua vez, centrou-se no argumento da construção de uma “nova sociedade”, ou seja, abnegar os antigos valores e, a partir dos princípios do voluntarismo, do individualismo e do liberalismo, construir uma sociedade americana:

O pragmatismo consiste primeiramente em rejeitar sistematicamente todos os preconceitos, todos os sistemas preestabelecidos, teóricos e completos. Algumas vezes vê-se nessa atitude empírica e dinâmica uma ilustração do que é conveniente chamar de “a juventude” do povo americano, que desejaria partir do zero cultural e rejeitar os dogmas sagrados indelévels que em outros lugares regem os comportamentos assim como os tabus e os cânones que bloqueiam a ação. (FICHO, 1990, p. 31)

À teoria da abundância liga-se, novamente, o conceito do “misturador”, com um aprofundamento na discussão, na qual os Estados Unidos evocam um país aberto a todos os oprimidos, paralelamente sendo a sociedade americana uma mistura das mais diversas

⁹ Discutido amplamente no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), a qual é tratada com mais detalhes na seção 1.3.

¹⁰ Do termo “Melting Pot”, o qual foi desenvolvido por Zangwill quando do título que deu para uma peça de teatro (*The Melting Pot*).

¹¹ Apesar do termo “Misturador” (Melting Pot) remeter a ideia de miscigenação racial, como destaca Fichou (1990), deve-se salientar que a sociedade americana sempre se caracterizou pela diversidade cultural e não pela miscigenação entre esses diversos grupos culturais.

culturas, as quais vieram na busca e na construção do “novo”. Nesse contexto, o “misturador” vem a ser um catalizador da mobilidade social e geográfica, característica dos americanos, proposta pelos autores prévios.

Foram muitos os desdobramentos da internalização do *melting pot* na sociedade americana: (I) multiplicidade das raízes fisiológicas (sic) e culturais; (II) fortalecimento do idioma inglês e da cultura norte-americana; (III) povoamento de forma homogênea do território americano; (IV) catalização dos processos de mobilidade social e geográfica; (V) conflitos étnicos. Nesse sentido,

O “misturador” age, portanto, em dois sentidos contrários que curiosamente completam-se. Permite abrir o país e a cultura aos imigrantes, esforça-se em assimilá-los (modificando a si próprio), ao mesmo tempo que suscita atitudes de autodefesa contra uma forte agressão vinda do exterior. (FICHOU, 1990, p. 36)

Ciente da pluralidade da sociedade norte-americana, Michael Kammen, em seu livro *A people of paradox* (1973), desenvolveu a teoria do *pluralismo instável*, na qual esforçou-se em demonstrar que a sociedade americana mais do que um único sistema explicativo, “baseia-se em numerosos paradoxos que aparecem no domínio cultural e sobretudo na sociedade colonial” (FICHOU, 1990, p. 37). Nesse sentido, a sociedade americana seria marcada por notáveis contradições: a hierarquia e o igualitarismo, a autonomia e o consenso, o intervencionismo e a permissão, o expansionismo e o isolacionismo (FICHOU, 1990, p. 38). Todavia, esse “bimorfismo”, como aponta Fichou, é parte inerente aos Estados Unidos, sendo a sua resolução um elemento unificador do povo americano e formador do *pluralismo instável*. Logo, essa teoria vê no pluralismo um elemento agregador, ao qual a sociedade responde achando as soluções para seus problemas e, conseqüentemente, se desenvolvendo: “[...] a civilização americana desenha em contraponto um harmônico que corresponde a cada nota. O consenso que permite resolver esses paradoxos revela-a no que ela tem de mais surpreendente mas também no que tem de mais denso.” (FICHOU, 1990, p. 38-39)

Finalmente, a última teoria que tenta explicar a formação do Estado norte-americano, o *darwinismo social*, baseia-se na premissa da adaptação do ideário de Darwin ao desenvolvimento histórico do país. Esta teoria nada mais é do que a unificação de todas as anteriores, complementada pelo princípio de “seleção social”, altamente aplicável à sociedade americana. Essa teoria, por englobar as ideias de liberalismo, expansionismo, adaptabilidade, otimismo, coragem, pluralismo, etc., ou seja, todos os elementos culturais

norte-americanos em apenas um princípio (o da seleção dos melhores), tem grande valia na compreensão contemporânea dos Estados Unidos:

Esta teoria corresponde muito precisamente ao liberalismo. Ela admite o expansionismo, justa recompensa dos ganhadores. Supõe a adaptabilidade, que permite novas partidas, e alia-se ao otimismo e à coragem. Compatível com o espírito de empresa, com o pluralismo e com a flexibilidade, ela resume essas grandes tendências que são constatemente encontradas nos Estados Unidos. (FICHOU, 1990, p. 40)

1.2. Os elementos culturais Norte-Americanos

Para compreender os desdobramentos político-econômicos de qualquer país, é fundamental o conhecimento de seus valores culturais principais. Nesse sentido, para aprofundar a discussão acerca da política externa dos Estados Unidos, especificamente sobre o imperialismo recente do país, é fundamental conhecer os demais aspectos culturais que norteiam e influenciam o mesmo. Assim sendo, esta seção discute os principais elementos culturais dos Estados Unidos à luz de Jean Pierre Fichou (1990).

1.2.1 O dinamismo

Fichou (1990), analisando os elementos inerentes ao povo americano, afirma que o dinamismo, dentro dos elementos culturais norte-americanos, poderia ser definido como a constante busca pelos objetivos previamente traçados. O dinamismo americano, segundo o autor, subdivide-se em elementos constituintes: (I) encatamento pelo futuro; (II) otimismo; (III) flexibilidade e; (IV) fator de movimento.

O *encanto pelo futuro*; é a característica na qual os americanos, na construção de uma nova sociedade, pluricultural e miscigenada, têm um olhar grandemente voltado para o futuro, sendo esta concretizada pela vocação para a inovação e para a atualização. O *otimismo*, por sua vez, estaria intimamente ligado à propensão futurista americana, uma vez que seria o fator motivacional desse povo, “Evidentemente ele condiciona a atração pelo futuro: amanhã será melhor se soubermos aproveitar nossas oportunidades; nosso progresso pessoal acompanhará o da sociedade; em e outro sendo garantidos por esse crescimento econômico que se diz libertador.” (FICHOU, 1990, p.44). Fichou vincula a este elemento uma parcela do espírito desbravador do povo americano (desde a

colonização do país), passando pelo desenvolvimento educacional e pousando sobre a perspectiva da superação das adversidades pelo povo norte-americano.

Ainda englobado pelo dinamismo, a *flexibilidade*¹² aparece ligada ao otimismo, caracterizando-se pela constante mudança (com relativa naturalidade) de emprego, de residência, de religião, etc. na tentativa de uma melhora de condição. Conforme Fichou:

A flexibilidade social aparece ao mesmo tempo como uma causa, como uma consequência e como uma justificativa do otimismo: não se hesita em mudar de profissão, de residência ou de religião para melhorar de condição, e isto em todas as classes, em graus mais ou menos diversos, de acordo com os períodos.(FICHOU, 1990, p. 47)

Por fim, intimamente ligado à flexibilidade, último elemento do dinamismo, o *fator de movimento* seria a contínua agitação ou atividade incessante do povo americano. Nisso, observa-se claramente a propensão do norte-americano em mudar de cidade ou Estado, bem como ser um povo com tendência a conhecer novos lugares. Nesse meio, Fichou destaca o papel e a ligação do americano ao carro (ferramenta de locomoção): “O automóvel é certamente uma projeção do indivíduo, um reflexo de sua força, uma imagem do seu sucesso, mas é, antes de tudo, o símbolo do movimento”.(FICHOU, 1990, p. 52)

1.2.2. O individualismo

Fichou (1990) afirma que o individualismo constitui um dos pilares centrais do desenvolvimento norte-americano. A respeito dele, o enfoque social dado ao ente particular como o responsável por aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas vem de encontro com os preceitos europeus coletivistas. Segundo Fichou, “O individualismo expressa-se pelo voluntariado que permite a cada homem, a cada grupo integrar-se à coletividade sem renunciar a sua personalidade e a seu poder de escolha.” (FICHOU, 1990, p. 55).

O desenvolvimento e o aprimoramento da ideia individualista americana esteve embasada em alguns conceitos, aos quais o autor faz menção. O *pluralismo*, como sendo a coexistência de diversas vertentes ideológicas, cada uma sediada nos diversos povoados constituintes da colônia americana, é o primeiro conceito mencionado. Ele tem como

¹² Fichou faz uma ressalva, neste ponto, que, apesar da flexibilidade social compreender a fé na educação como acelerador social, nem todos dispõem de iguais condições. Com isso, o autor afirma que a sociedade norte-americana tem um caráter díspar, ou seja, que minorias (como os negros) apresentam uma flexibilidade diferente da sociedade como um todo.

fundamentos, além da liberdade ideológica, elementos que possibilitaram o surgimento da liberdade e da ideologia: a inexistência de um governo central e autoritário, ou seja, um rompimento com a ideia de governo central europeu e, principalmente, o elemento religioso - protestantismo - o qual via a realização do homem no trabalho, ao contrário da Igreja católica, a qual era agregadora e hierarquizante, ou seja, o oposto dos princípios agora defendidos pelos colonizadores protestantes. Nesse ponto, Fichou (1990) se aproxima do pensamento de Weber (2004), ao defender o protestantismo como parte essencial para o desenvolvimento material e cultural dos Estados Unidos.

Arelado intimamente ao individualismo, o *igualitarismo* fornece embasamento para que o ente particular se desenvolva:

Quando os americanos falam de igualitarismo, eles não querem dizer que todos os homens nasceram iguais nem que todos devem viver em pé de igualdade mas que todos devem ter inicialmente as mesmas chances de utilizar suas aptidões como desejarem, em favor de seus interesses. (FICHOU, 1990, p. 60)

Assim, observa-se a forma como se dá a dinâmica social americana. Toda a sociedade é formada de uma maneira a propiciar a igualdade de oportunidades. Isso se materializa, especialmente, na educação, com a escola como quesito fundamental à igualdade. Nesse ponto, Fichou novamente deixa transparecer a inoperância prática desse igualitarismo meramente teórico. Pragmaticamente, a evolução e segmentação social criaram elementos – dinheiro, religião e família – que fazem com que indivíduos oriundos de classes sociais diferentes não tenham a mesmas chances. Fichou afirma que: “Se as pessoas são livres, não podem ser iguais, pois a igualdade só pode acontecer na dificuldade, pela ação do governo ou do Estado, cujo poder eles se recusam a deixar crescer.” (FICHOU, 1990, p. 64). Assim, chega-se num ponto no qual a sociedade americana, toma consciência do que poderia ser denominado uma certa estamentalidade social. Nesse contexto, deve-se destacar que a liberdade profusamente defendida em solo norte-americano pode ser a origem da desigualdade local¹³. Em suma: há uma desigualdade velada, encoberta pelo sentimento de igualdade norte-americano. (FICHOU, 1990)

Outro elemento destacado por Fichou, o *liberalismo*, aparece como o substrato no qual o Estado americano foi erigido: a ideia de liberdade. Apesar da extensa discussão

¹³ Conforme dados trazidos por Soares (2010), a desigualdade social (medida pelo Coeficiente de Gini), cresceu substancialmente nos EUA. Segundo o autor, vem se observando desde o início dos anos 2000 um aumento progressivo na diferença entre os mais ricos e mais pobres no país.

teórica acerca do tema, Fichou dá um caráter bastante pragmático ao mesmo, no qual, o liberalismo americano manifesta-se pelo repúdio ao controle exacerbado por qualquer forma de administração. A prerrogativa de ir e vir, defendida por Tocqueville, Turner e Potter (dentre outros), se encaixa perfeitamente nessa característica do individualismo. Ainda a respeito dessa liberdade preconizada pelos americanos, Fichou faz uma ressalva:

O liberalismo, quando é levado a seus limites, é autodestruidor, já que os mais fortes reivindicam o direito de ser livres para crescer sempre mais, e os mais fracos hesitam em solicitar uma assistência abdicando sua liberdade, e ela é para eles a sua dignidade. (FICHOU, 1990, p. 69)

Continuando sua argumentação, outra característica advinda do individualismo, o *benevolato*, preconiza a participação social do indivíduo para com a sociedade como um todo. Esse elemento é particularmente interessante, pois numa sociedade guiada pelo sucesso individual, a beneficência para com o próximo (seja ele um amigo ou um desconhecido ou um grupo deles) surge como uma breve idéia de coletividade em meio a tantos particulares. Concretamente, isso se materializa com a criação de um sem número de fundações, as quais acabam por exercer algumas funções que os americanos julgam auxiliares e/ou complementares ao Estado. Trazendo a discussão para o plano da política externa, Michael Mann (2008), enfatiza o *benevolato* americano como uma característica fundamental às relações exteriores do país. Guiado por interesses diversos, Mann destaca o papel das relações EUA-Israel, especialmente no tocante à presença americana no Oriente Médio.

Por último, Fichou agregando os demais elementos do individualismo, cita o *federalismo* como a materialização dentro do próprio Estado (ou Estados) norte-americano da ideia de autonomia e individualidade tanto pregada. Assim sendo, o federalismo “[...] é a transposição do individualismo, do liberalismo e do pluralismo no plano político [...]. Os Estados Unidos são uma federação constituída de Estados que se comportam um pouco como indivíduos [...]” (FICHOU, 1990, p. 73).

Frente ao exposto, observa-se a importância do indivíduo; do particular dentro da sociedade norte-americana. Logo, a correta compreensão deste elemento torna-se fundamental para entender os desdobramentos político-econômicos do país.

1.2.3. O capitalismo¹⁴

Indubitavelmente uma dos traços mais marcantes da cultura norte-americana, o capitalismo está na essência dos Estados Unidos. O desenvolvimento e consolidação do capitalismo nos EUA estão associados à religiosidade do país. Nesse sentido, é impossível separar o capitalismo da religiosidade que sempre esteve presente no país. Fichou (1990) ressalta o papel da religiosidade na formação do Estado capitalista americano. Segundo o autor, a religião não foi em si o grande propulsor do país, mas a difusão do princípio da “necessidade pelo trabalho”. Nesse ponto, Fichou remete às ideias de Weber, o qual em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004) define o espírito do capitalismo como as ideias e hábitos que favorecem, de forma ética, a procura racional de ganho econômico. Weber afirma que tal espírito não é limitado à cultura ocidental mas que indivíduos noutras culturas não tinham podido por si só estabelecer a nova ordem econômica do capitalismo. Fichou, por sua vez, valendo-se das ideias de Weber, ressalta a importância da religiosidade na sociedade americana, como no mito da predestinação para o trabalho, ou seja, dos ricos no paraíso por terem trabalhado com ardor, em detrimento dos pobres, aos quais não era garantida a salvação. Tocqueville, à luz de suas observações da sociedade americana, compartilhou do mesmo pensamento, destacando a influência da religião no cotidiano de um cidadão americano: “Os padres americanos não tentam atrair a fixar todos os olhares dos homens para a vida futura, eles permitem que se liguem a cuidados do presente; parecem considerar os bens do mundo como objetos importantes, se bem que secundários” (Fichou apud Toqueville, 1990, p. 92). Assim, é notável o papel da religiosidade na sociedade americana, a qual teve na liberdade de culto a sustentação do sistema. A ela, pode-se dizer, coube parte do papel ideológico, na construção dos Estados Unidos,

O trabalho, construído nas fileiras da virtude, sem dúvida por necessidade nesse novo país, terá seus resultados julgados da maneira mais pragmática que for. O sucesso social, a aquisição dos bens serão apenas uma justa recompensa, uma materialização da virtude. (FICHOU, 1990, p. 86)

Assim, observa-se o grande papel que a religiosidade (puritanismo) desempenha na cultura norte-americana. Uma vez compreendido isso, podemos nos debruçar sobre o

¹⁴ Esse trabalho não tem por objetivo uma discussão conceitual sobre o tema. Neste ponto, nos limitamos à uma discussão focal sobre o capitalismo na sociedade americana, estando o autor deste trabalho ciente da extensa discussão teórica dos autores nas mais variadas vertentes, as quais não serão abordadas aqui.

capitalismo em si, como destaca Fichou: “[...] baseia-se nas noções de lucro, de trabalho, de propriedade privada, de livre-empresa e reveste diferentes formas, já que o acento encontra-se, em um dado período, colocado em uma ou outras dessas noções, sem que sequer uma delas seja esquecida [...]” (FICHOU, 1990, p. 94). Posto isso, o capitalismo aparece justificado e justificando o darwinismo social, o pragmatismo, o puritanismo, o liberalismo, o individualismo, ou seja, aparece como algo inerente à sociedade norte-americana.

1.2.4. O expansionismo

Característica mais marcante dos Estados Unidos no contexto internacional o expansionismo, por alguns autores – especialmente os de cunho marxista – colocado como imperialismo, é uma algo historicamente recorrente e socialmente inerente aos Estado americano. (FICHOU, 1990). Fichou (1990), assenta-se na ideia da inexistência concreta de um império norte-americano, dado que não houveram colônias (formais), ou seja, o país foi historicamente mais expansionista do que propriamente imperialista (sic)¹⁵. Todavia, ao longo dos anos, a prática americana nos leva a crer na exacerbação de atitudes análogas às das antigas potências coloniais, fato que, segundo o contraponto trazido pelo próprio autor, pode levar os Estados Unidos a serem taxados de imperialistas.

Neste ponto, faz-se necessária a diferenciação entre império, imperialismo e hegemonia¹⁶. Michael Doyle em sua obra *Empires* (1986) e Herfried Münkler em obra homônima *Empires* (2005), partem dos pensamentos de autores clássicos como Hobson, Lenin e Schumpeter, para diferenciar império e imperialismo. Para Doyle e Münkler, um Império – grosso modo – seria um Estado com domínio sobre extensos territórios, contínuos ou não ao Estado dominador. O conceito de império, nesse sentido, também engloba as assimetrias do sistema econômico internacional, que podem subordinar um país ao outro (DOYLE, 1986). O imperialismo, por sua vez, estaria relacionado a uma política de Estado, sendo definido como “[...] as tendências expansionistas do estágio monopolista do capitalismo ou nos últimos estágios do ativismo militar.” (DOYLE, 1986, p. 20, tradução nossa). O conceito de hegemonia, por sua vez, é usado de maneira mais

¹⁵ Ver definição segundo o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio (1983).

¹⁶ Além de Doyle (1986), Münkler (2005) e Agnew (2005), diversos outros autores discutem o tema, como Cox (1993; 1997), Arrighi (1993), Gramsci (1971), dentre tantos outros. Uma análise mais profunda do tema não é o propósito do presente trabalho.

abrangente do que imperialismo, tendo sido incorporado em boa medida por realistas e institucionalistas das Relações Internacionais. Império e hegemonia têm algo em comum – o exercício da liderança –, porém há divergência sobre a finalidade, a forma e os instrumentos com os quais esta liderança é exercida. Para Agnew (2005), hegemonia e império diferem-se pelo tipo de poder e sua organização geográfica: “Se o *hard power* está ancorado na coerção militar, e o *soft power* em valores culturais e preferências, a organização geográfica de poder varia entre fortemente territorial ou difusa e “enredada” ” (AGNEW, 2005, p. 21). A diferença de hegemonia para império estaria na falta de comprometimento explícito para como bloco territorial de poder em si, e no seu embasamento na persuasão e na recompensa aos subordinados. O autor define hegemonia com a participação de outros no exercício do seu próprio poder, “convencendo, bajulando ou coagindo-os a querer aquilo que você quer” (AGNEW, 2005, p. 2). Logo, podemos afirmar que os Estados Unidos são um país imperialista e hegemônico, ancorando sua hegemonia ora pelo *hard power*, ora pelo *soft power*.

Fichou (1990), na tentativa de explicar o fenômeno expansionista norte-americano lança mão de alguns argumentos. Primeiramente, o autor cita a *necessidade econômica*, ou seja, tentar justificar a expansão americana como uma consequência do seu crescente mercado interno (aumento demográfico) e da sua vocação natural a exportar seus excedentes (para não mencionar cultura) a outros países. Essa linha de pensamento vem ao encontro de outros traços culturais e algumas características naturais citados pelo autor, como a abundância natural (tendência ao exagero) norte-americano e a incapacidade de reduzir a produção, uma vez que isso significaria contradizer os valores doutrinários de sua religião. (FICHOU, 1990)

Outro argumento citado por Fichou, o *messianismo* entra como a propensão americana a colocar-se no ápice do desenvolvimento. Sendo assim, caberia a este país a missão de disseminar esse estágio superior aos demais países, esquecendo, muitas vezes, que eles não o queiram ser dessa forma. Como Fichou expõe: “Ao esquecer os traços adquiridos por outras culturas, ao recusar-se a ver as diferenças, eles querem modelar os outros a sua imagem, com um entusiasmo ainda juvenil mas sem se dar conta de que nem sempre é possível e que, em todo caso, não é desejável.” (FICHOU, 1990, p. 110-111)

O messianismo fundamenta-se no desenvolvimento e na visão religiosa dos Estados Unidos sobre si. Ao se vislumbrarem como um local semelhante à *terra escolhida*, os americanos justificam para si a tese de serem melhores que os demais, sendo sua missão

divulgar – impor – seus valores. Inúmeros são os exemplos aos quais esse argumento se aplica. O envolvimento histórico dos EUA em conflitos armados, desde sempre, com uma constante participação da mídia¹⁷ na exaltação dos valores nacionais sempre resultou em campanhas “americanizantes” em relação aos demais povos. Ademais, toda a política externa americana sempre foi, de certa forma, voltada a esse messianismo, o qual é recorrente na justificativa de eventuais campanhas militares no exterior. (FICHOU, 1990)

Avançando em sua argumentação, Fichou encara o *imperialismo*¹⁸ como parte do expansionismo, afirmando que as políticas taxadas por muitos de imperialistas são apenas uma porção do contexto geral expansionista americano. Ele ainda afirma que, as características imperialistas acabaram sendo uma consequência natural do papel central que os Estados Unidos passaram a desempenhar no cenário internacional. Isso fica mais evidente se constatarmos que os valores americanos se encaixam perfeitamente em políticas imperialistas, as quais defendam os interesses econômicos americanos. (FICHOU, 1990)

Como último elemento explicativo do expansionismo americano, fazendo um contraponto à linha expansionista, Fichou decorre sobre o *isolacionismo*. Segundo o autor, a tendência isolacionista americana deve ser entendida como uma característica natural¹⁹ do país a centrar-se sobre si, ou seja, a resolver as suas questões internas não intervindo na externas (Doutrina Monroe). Todavia, o que deve ser depreendido disso é que a partir do fortalecimento interno, os Estados Unidos se tornam mais aptos, em uma eventualidade, para serem ativos em questões externas. Assim, Fichou coloca o isolacionismo como apenas mais um elemento no contexto expansionista americano.

¹⁷ Referida por Fichou como o quarto poder (além do jurídico, legislativo e executivo), o autor sugere um forte e crescente papel social da mídia na conjuntura americana desde seus primórdios.

¹⁸ Uma discussão detalhada sobre o imperialismo Americano, o qual é um tema central do presente trabalho se dá no capítulo 2.

¹⁹ Esse conceito de isolacionismo é utilizado por Samir Amin em sua obra *O desenvolvimento desigual* (1986) para justificar o fato da China pré-capitalista ter se fechado ao resto do mundo apesar de, na época, ser a maior potência existente.

2. O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO: DISCUSSÃO TEÓRICA

Devido a sua importância acadêmica diversos autores entraram na discussão acerca das divergentes origens e manifestações do imperialismo como fenômeno social, relacionado à política interna e externa dos países. Dessa forma, para entendermos melhor o imperialismo dos Estados Unidos, é fundamental uma discussão teórica sobre o termo em si, levando em consideração as diferentes vertentes teóricas do mesmo. Nessa seção são abordadas as teorias clássica (marxista) do imperialismo, algumas teorias contemporâneas e é feita uma conclusão sobre a relação das mesmas com o caso específico dos Estados Unidos.

2.1. As Teorias de Imperialismo

2.1.1. Teoria marxista clássica do imperialismo

No começo do século XX, com Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin, o marxismo se empenhou na tarefa de interpretar as transformações com as quais o modo de produção capitalista estava passando. Percebera-se que, impulsionado pelo advento da sociedade anônima e do capital financeiro, o capitalismo ingressara num segundo estágio de acumulação, caracterizado, sobretudo, pela substituição da livre concorrência pelos monopólios e pelo ganho de importância relativa da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias. Tratava-se de um segundo estágio de acumulação capitalista, em substituição ao estágio do capitalismo concorrencial, que ficou conhecido como o estágio do capitalismo monopolista, o estágio do *imperialismo*²⁰. (LENIN, 2008)

Hilferding (1985), que publicou sua obra mais conhecida, *O Capital Financeiro*, em 1910, ergue a infraestrutura teórica sobre a qual Luxemburgo (1976), Kautski (2002a, 2002b), Bukharin (1988) e Lenin (2008) irão desenvolver conceitualmente o imperialismo. Estes autores irão publicar seus textos entre 1912 e 1917, no âmbito da corrida armamentista pré-I Guerra Mundial e da própria Primeira Grande Guerra.

²⁰ Autor Neomarxista de teorias sobre imperialismo, Samir Amin (2005) discorda do imperialismo como fase final do capitalismo. Trabalhando com a ideia de “centro” e “periferia”, afirma que “O imperialismo, então, não é um estágio – nem mesmo o estágio supremo – do capitalismo. Ele é, desde a origem, imanente à sua expansão.” (AMIN, 2005)

Trata-se de um período histórico no qual uma das problemáticas centrais que o esforço intelectual marxista se dirigia era a necessidade de explicações e análise das evidentes transformações do modo de produção capitalista que tinham sido desenvolvidas pelo capital monopolista e pelo imperialismo. (AMADEO, 2006).

Assim, aquele grupo heterogêneo de marxistas, os quais mais tarde seriam designados como formuladores da “teoria marxista clássica do imperialismo”, buscava compreender as causas, a natureza e as possíveis implicações da nova fase que o capitalismo ingressara. Obviamente, dentro desse grupo constam distintas e, algumas vezes antagônicas, percepções sobre alguns traços conceituais. De todo modo, a obra que se consolida como uma referência em termos do imperialismo é a obra de Lenin, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (2008). Dentro da perspectiva da teoria marxista clássica, Lenin foi o último autor a teorizar sobre esta nova fase do capitalismo. Por isso, sem esquecermo-nos das críticas, podemos afirmar que sua obra representa uma síntese das construções teóricas até então.

Nesse sentido, utilizaremos sua definição básica como uma referência da teoria clássica do imperialismo. Tal definição do novo capitalismo, para Lenin, deve-se repousar em cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...];
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e;
5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2008, p. 90).

A partir desta definição básica, a grande divergência dentro do marxismo clássico, sintetizada pelos debates entre Kautski e Lenin, é em relação às perspectivas para o capitalismo. Dito de outra maneira, a questão é se o imperialismo constitui-se como o último estágio do capitalismo ou se pode surgir uma nova configuração capitalista pós imperialista. A mesma forma, as discussões entre Kautski e Lenin se deram sobre o caráter progressista do imperialismo defendida pelo primeiro, ao passo que o segundo defendia uma abordagem negativa do assunto.

Por um lado, alguns autores, como Luxemburgo (1976), Bukharin (1988) e Lenin (2008), afirmavam que o capitalismo criara as bases sobre as quais ele seria superado. Isto é, nas palavras de Bukharin, o capitalismo encontrava-se “altamente desenvolvido, maduro

e mais do que maduro” (BUKHARIN, 1988, p. 10), ou, como afirma Lenin (2008), é a fase do capitalismo agonizante, em fase de decomposição, já que todas as suas contradições estão intensificadas. Entretanto, ele faz a ressalva de que o modo de produção vigente “pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo” (BUKHARIN, 1988, p. 129).

Por outro lado, autores como Kautski (1914, 2002a e 2002b) lançavam a hipótese do ultra-imperialismo. Para eliminar as contradições que o próprio imperialismo engendrava em si, como a corrida armamentista, que prejudicava a acumulação e a exportação de capital, os mais poderosos Estados industriais se unificariam em torno de uma grande federação. Assim, conseguiriam explorar as zonas agrárias mais atrasadas em benefício do desenvolvimento industrial doméstico, ao mesmo tempo em que eliminariam as rivalidades entre as potências, renunciando à corrida armamentista. Embora ele afirme que os níveis historicamente necessários para a implantação do socialismo já estão atingidos, sua análise da realidade o faz supor um período no qual o capitalismo conviveria com um desenvolvimento pacífico dentro das fronteiras ultra-imperialistas (KAUTSKI, 1914 e 2002b).

Frente ao exposto, observa-se que, no início do século XX, os marxistas lançaram as bases teóricas sobre o tema imperialismo como consequência da interpretação de um momento histórico específico que vivenciavam. Neste período, os Estados Unidos ainda figuravam secundariamente nas discussões sobre tema, dado que ainda não desempenhavam papel central no cenário internacional. Todavia, um debate sobre imperialismo é inexistente se não colocadas as bases sólidas promovidas pelos pensadores marxistas clássicos, a qual trouxe o tema para a discussão acadêmica. Logo, fundamentando-se no substrato da escola clássica, as escolas contemporâneas aprofundaram a discussão sob primas diferentes, que variam entre o economicismo, o militarismo e uma corrente política-social. Através de termos como novo-imperialismo, império, globalização, neoliberalismo, neo-imperialismo, imperialismo tardio, imperialismo contemporâneo, ou, simplesmente, imperialismo, as teorias contemporâneas do imperialismo buscam interpretar o capitalismo atual. Logo, a economia desempenha um papel central nas teorias clássica e contemporâneas acerca do imperialismo. Diversas teorias contemporâneas versam sobre o tema, sendo que na próxima seção nos debruçaremos sobre algumas.

2.1.2. Teorias contemporâneas de imperialismo^{21,22}

Amplamente debatido no início do século XX, em virtude das rápidas transformações que a conjuntura internacional vivenciara, especialmente à luz da evidente corrente socialista, o tema “imperialismo” ficou na periferia dos debates acadêmicos por quase vinte anos. A partir de meados de década de 90 e, com mais força, no início do século XXI, o debate sobre o tema reapareceu com grande força. Tal reaparição esteve diretamente relacionada com a ascensão dos Estados Unidos a um posto de inquestionável primazia no período, paralelamente aos debates sobre globalização que tomaram os meios de comunicação no início do século XXI. Como afirma Atilio Boron:

[..] tratava-se mais de um eclipse que de uma desapareição porque, como se dizia acima, a situação começou a mudar. Depois de uma prolongada ausência intelectual e política que se estendeu ao longo de quase trinta anos, a problemática do imperialismo que havia suscitado alguns dos mais importantes debates teóricos [...] reapareceu com força na esfera pública em sintonia com o acelerado debilitamento da hegemonia ideológica e política do neoliberalismo. Convém sublinhar o fato de que tal irrupção não tem lugar somente nas discussões das forças políticas ou dos grupos intelectuais. Aparece, também, na linguagem comum e corrente utilizada pelos meios de comunicação de massas, produzindo um certo deslocamento – não total mas importante – do eufemismo que até esse momento se havia empregado para aludir ao fenômeno do imperialismo sem ter que nomeá-lo: globalização. (BORON, 2007)

Nesse novo contexto mundial, para os ideólogos do império, sempre preocupados em ocultar sua essência exploradora e predatória, a nova realidade que se configura com a desapareição da União Soviética inicia uma ampla discussão sobre a natureza da nova ordem imperial cuja existência e violentas características já não podem seguir ocultando-se sob o manto do enfrentamento entre “mundo livre” e “totalitarismo comunista” próprio dos anos da Guerra Fria. Nesta nova conjuntura, o imperialismo assoma com um novo rosto, envelhecido e rejuvenescido: se antes a expressão era considerada como ofensiva, os novos desenvolvimentos históricos teriam de resignificá-la, dotando-a de uma carga fortemente

²¹ Destarte, é importante destacar que, além das influências teóricas do marxismo clássico, que os autores que são abordados nesta seção utilizam matrizes diversas de pensamento. Além disso, deve-se reconhecer que dentro da teoria marxista do imperialismo existe um amplo leque de perspectivas teóricas – como teoria da dependência e do sistema-mundo.

²² A escolha de quais autores contemporâneos privilegiar na análise segue, de certa forma, um padrão arbitrário. Como critério, os autores deveriam analisar, interpretar ou caracterizar o capitalismo atual e se referenciar em termos do imperialismo. Além disso, a escolha dos autores deve refletir a diversidade presente nas interpretações do capitalismo contemporâneo. Ademais, faz-se a ressalva que eventuais lacunas de interpretação podem ter ficado, dado que uma análise minuciosa do imperialismo não é o objetivo do presente estudo.

positiva. A transição norte-americana da república ao império, tão temida pelos críticos liberais e esquerdistas dos anos sessenta e setenta do século passado, se consumou em meio aos hinos triunfais entoados por uma legião de neoconservadores, na qual os fundamentalismos cristãos e judaicos marcharam lado a lado com os grandes monopólios do complexo militar e industrial e os “falcões de Washington” (Boron *apud* Wallerstein, 2005). Bellamy Foster, ao tratar do mesmo tema, afirma que:

[...] os Estados Unidos gozam tanto da primazia econômica, ainda que instável, quanto da militar. Contudo, a rivalidade interimperialista não acabou, como frequentemente se pensou, com a ascensão da hegemonia estadunidense. Ao contrário, ela persistiu e foi acirrada pela procura de Washington pela hegemonia ilimitada. (FOSTER, 2005, p.1)

Nesse ínterim, observa-se que, se antes os intelectuais orgânicos do sistema insistiam em exaltar os valores republicanos e democráticos, agora assumem claramente, e sem remorso algum, sua condição de imperialistas colocando em pauta a funcionalidade do império e/ou imperialismo como algo de caráter não negativo. Assim, o império deixa de ser uma condição censurável a partir de raciocínios éticos e políticos para transformar-se em uma obrigação humanitária. Conceito como o da nação “indispensável” e “insubstituível” pertinentes ao governo de Bill Clinton são forjados, criando-se a imagem de um tipo de império benévolo que nem oprime nem explora, mas sim corta os sete mares para libertar os povos das correntes do atraso e da opressão e para semear o livre comércio e a democracia. (BORON, 2007)

Autores tais como Samuel Huntington, Zbigniew Brzezinski, Charles Krauthammer e Thomas Friedman, entre tantos outros, foram pródigos no momento de lançar o argumento imperialista de modo completamente descarado. De acordo com os mesmos, os Estados Unidos aparecem como um benévolo império cuja função messiânica e redentora o impulsiona a deflagar “guerras humanitárias” para derrotar os malvados, levar a chama da democracia aos mais apartados locais do mundo e a consagrar a liberdade de comércio como a condição indispensável para a conquista e o desfrute de todas as liberdades e para o fortalecimento da democracia. (BORON, 2007)

Por outra parte, para os críticos do império a situação não estava isenta de sérios desafios: com a constituição de uma única superpotência imperial, deviam enfrentar uma situação inédita, muito distinta a do passado, quando as rivalidades entre várias potências imperialistas ofereciam um quadro bem diferente, que requeria uma cuidadosa revisão e atualização de algumas das teses centrais da teoria marxista do imperialismo. A aberta

reafirmação e defesa da vocação imperialista dos Estados Unidos tiveram, se o anterior não fosse pouco, um enorme impacto ideológico sobre a esquerda política e intelectual. Tudo isso explica, ao menos em parte, o abandono em que caiu, por um período de uns vinte anos, o emprego da palavra imperialismo. Dizia-se que a globalização havia acabado com tudo aquilo e que o imperialismo era um fenômeno do passado. Assim, nesta seção objetiva-se apresentar teorias contemporâneas de imperialismo sob a óptica de diferentes autores, os quais não tratam apenas do caso americano, mas do fenômeno social em si. Aqui são apresentadas as teorias de Michael Hardt e Antonio Negri, David Harvey e de Gérard Duménil e Dominique Lévy sobre o tema.

2.1.2.1. O fim do imperialismo e a emergência do Império em Michael Hardt e Antonio Negri

Através de uma abordagem interdisciplinar, a obra *Império* apresenta uma inovadora interpretação do capitalismo atual. Com um conceito fluido, no qual as fronteiras são flexíveis e a estrutura de poder descentralizada, Hardt e Negri (2001) ousadamente afirmam que “o imperialismo acabou” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 14). Para eles o imperialismo desaparece junto com o Estado-nação e o capitalismo contemporâneo vê emergir uma nova lógica de poder: o Império. Nesse âmbito, destacam os autores:

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 12-13).

O Império refere-se a um poder único, sem fronteiras, acima de qualquer potência capitalista. Trata-se da nova ordem global, pós-colonialista, cujo ponto de transição é precisamente delimitado pelos autores em 1968. Para Hardt e Negri (2001), depois da Guerra do Vietnã “o novo mercado mundial foi organizado: um mercado mundial que destruiu as fronteiras fixas e os processos hierárquicos dos imperialismos europeus” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 267). Após a “dolorosa e feroz história do primeiro período de descolonização abriu uma segunda fase na qual o exército de comando cedeu seu poder

menos pelas armas pesadas dos militares e mais pelo dólar” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 267). Assim, isto “foi um enorme passo adiante na construção do Império” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 267).

Outro movimento relevante de construção do Império, que passa a se estabelecer por todo o globo com o final da Guerra do Vietnã, é definido por um processo de descentralização dos locais e dos fluxos de produção que atinge um auge com o movimento e a operação das [corporações] transnacionais. Desta forma por meio da descentralização de fluxos produtivos, novas economias regionais e uma nova divisão do trabalho começaram a ser determinadas. Ainda não havia ordem global, mas uma ordem estava se formando.

Para Hardt e Negri (2001), na mudança em direção ao novo paradigma global, imperial, um elemento importante da transição foi o fato de que o mercado mundial como estrutura de hierarquia e comando tornou-se mais importante e decisivo em todas as zonas e regiões nas quais os velhos imperialismos tinham operado. De fato, o mercado mundial começou a aparecer como a peça central de um aparelho que podia regular redes globais de circulação.

O novo paradigma imperial, na análise de Hardt e Negri (2001), torna-se necessário quando, na década de 1970, a crise tornou-se oficial e estrutural. Instigada pela Guerra do Vietnã, uma confluência global de lutas começou a minar os alicerces do período dourado do capitalismo. Assim, segundo os autores, “os mecanismos keynesianos e pseudo-imperialistas de Bretton Woods acabaram entrando em crise” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 286) e fizeram crescer os custos da estabilização e do reformismo nos países centrais – Estados Unidos, Europa e Japão. Ao mesmo tempo, quando as lutas antiimperialistas e anticapitalistas nos países subordinados começaram a minar a obtenção de superlucros, a arquitetura estrutural internacional ruiu. Os autores apontam que “a formação do Império é uma resposta ao internacionalismo proletário” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 70), cujo ciclo de lutas se iniciou após a revolução chinesa de 1949 e durou até as explosões da década de 1960 em todo o mundo.

O mercado mundial, segundo Hardt e Negri (2001), é um forte sintoma da constituição do Império. Ele tende atualmente a desconstruir as fronteiras do Estado-nação. Os autores argumentam que num período anterior, os Estados-nação eram os atores principais da moderna organização imperialista de produção e intercâmbio global, mas para o mercado mundial eles parecem cada vez mais meros obstáculos. Dada a livre

mobilidade e circulação dos fatores de produção, no futuro, citando um ex-Secretário do Trabalho dos Estados Unidos, “não haverá produtos nem tecnologias nacionais, ou corporações, ou indústrias. Não haverá mais economias nacionais, pelo menos como entendemos o conceito” (Robert Reich apud Hardt e Negri, 2001, p. 169). É o declínio das fronteiras nacionais, a síntese da eliminação do “Outro”. Para os autores o mercado mundial serve como modelo para compreender a soberania imperial, como o diagrama do poder imperial. (HARDT e NEGRI, 2001)

Além disso, segundo Hardt e Negri (2001), no Império, as “novas forças produtivas não têm um lugar, entretanto, porque ocupam todos os lugares, e produzem e são exploradas nesse não-lugar indefinido. [...] O Império é o não-lugar de produção mundial, onde o trabalho é explorado” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 230). Os autores querem dizer que a produção e a exploração não estão mais restritas ao espaço da fábrica. Pelo contrário, estas relações de exploração estão tendendo a ocupar todo o terreno social.

Agora, as grandes corporações estruturam e articulam territórios e populações. Tendem a fazer dos Estados-nação meramente instrumentos de registro de fluxos de mercadorias, dinheiro e populações que põem em movimento. O Império, ao suprimir o imperialismo, não acabou com as relações de exploração. Pelo contrário: “hoje quase toda a humanidade é, em certa medida, absorvida pelas redes da exploração capitalista e a elas subordinada. [...] As linhas geográficas e raciais de opressão e exploração [...] aumentaram exponencialmente.” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 207)

Hardt e Negri (2001) argumentam que no Império, como não há fronteiras, não existe guerra, apenas ação policial: “a história das guerras imperialistas, interimperialistas e antiimperialistas acabou. O fim dessa história introduziu um reino de paz. [...] Toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 208-209). Assim, o fim da história representa o fim da era dos grandes conflitos.

Hardt e Negri (2001) ainda buscam delimitar sua teoria em relação à teoria marxista clássica do imperialismo, em um capítulo dedicado especialmente a isto. Segundo os autores, por um grande período do século XX, a crítica do imperialismo esteve entre as arenas mais ativas e urgentes da teoria marxista. Muitos desses argumentos estão hoje, sem dúvida, superados, e a situação a que se referem transformou-se completamente. Eles afirmam que um dos argumentos principais da tradição do pensamento marxista sobre o imperialismo é o de que existe uma relação intrínseca entre capitalismo e expansão, e de que a expansão capitalista inevitavelmente toma a forma política do imperialismo. De fato,

segundo eles, o capital não funciona dentro dos limites de um só território e de uma população fixa, mas transborda de suas fronteiras e internaliza novos espaços. Citando Marx: “a tendência a criar o mercado mundial está incluída diretamente no próprio conceito de capital. Todo limite aparece como barreira a ser derrubada” (Marx *apud* Hardt e Negri, p. 242). O capital possui um caráter indócil e a expansão constante é sua tentativa inadequada mas necessária para matar uma sede insaciável. (HARDT e NEGRI, 2001)

Em relação à obra de Lenin, Hardt e Negri (2001) dizem que a importância de sua obra é que ela nos dá uma caixa de ferramentas, um conjunto de máquinas para a produção da subjetividade antiimperialista. Lenin adotou a hipótese de Hilferding de que o capital entrou numa nova fase de desenvolvimento internacional definida pelo monopólio, e de que isso levou a um aumento das contradições e a uma crise equiparação das taxas de lucro. De acordo com os argumentos de Hilferding, a não equiparação das taxas de lucro solapava a possibilidade de uma bem-sucedida mediação capitalista do desenvolvimento internacional.

Embora, segundo Hardt e Negri (2001), Lenin concordasse com a tese básica de Kautsky de que existe uma tendência no desenvolvimento capitalista à cooperação internacional dos diversos capitais financeiros nacionais e possivelmente à construção de um único truste mundial, ele “rejeitava com veemência [...] o fato de que Kautsky usava essa visão de um futuro pacífico para negar as dinâmicas da realidade atual” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 250). Assim, Lenin a considerava utópica e danosa. No prefácio à Bukharin, Lenin denunciou seu “desejo profundamente reacionário de abrandar as contradições” da situação atual (Lenin *apud* Hardt e Negri, p. 250). Para o autor, o que precisava ser evitado acima de tudo era a realização dessa tendência ao “ultra-imperialismo”, que aumentaria monstruosamente o poder do capital.

Os argumentos de Hardt e Negri (2001) se fundamentam na suposta compreensão de Lenin de que o capital necessitava extinguir a distinção entre o dentro e o fora para prosseguir sua trajetória de acumulação. Para eles, Lenin reconheceu que, apesar de o imperialismo e da fase de monopólio serem, de fato, expressões da expansão global do capital, as práticas imperialistas tinham se tornado obstáculos ao desenvolvimento do capital. Assim, o imperialismo, na realidade, cria uma camisa-de-força para o capital. O capital precisa finalmente vencer o imperialismo e destruir os limites entre o interior e o exterior. Com uma dose de cautela, eles afirmam que “seria exagero dizer que, com base nessas intuições, a análise do imperialismo e de suas crises feita por Lenin leva

diretamente à teoria do Império” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 254). O problema volta quando eles afirmam que a alternativa implícita presente na obra de Lenin é: “ou revolução comunista mundial ou Império, e há uma profunda analogia entre essas duas opções” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 254).

Hardt e Negri (2001) se apóiam, não explicitamente, no marxismo clássico, especialmente em Lenin e Bukharin, ao afirmar que o Império encontra-se num processo de decomposição. Para eles, “o conceito que define a soberania imperial pode ser a onicrise, ou, como preferimos, corrupção” (HARDT e NEGRI, 2001,p. 221). Utilizando um uso antigo do termo, eles entendem por corrupção “a um processo mais geral de decomposição ou mutação, sem qualquer implicação moral” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 221). A corrupção, então, torna-se um processo de degeneração.

2.1.2.2. David Harvey e a abordagem do novo-imperialismo²³

A lógica do argumento central de Harvey (2003) é a seguinte: a crise da década de 1970 bloqueou, ou impediu, o processo de reprodução ampliada do capital. O capital se encontrou diante de um dilema, no qual a solução foi utilizar-se da acumulação por espoliação – sua mais importante contribuição –, que, para Harvey, é o outro nome dado à acumulação primitiva praticada em termos contemporâneos. Então, este tipo de acumulação estimula uma série de mudanças na forma do estado, que passa a ser neoliberal. Para manter o processo de acumulação capitalista, o Estado promove práticas de imperialismo que alimentam a acumulação por espoliação. Dadas as fortes contradições desse processo atualmente, o capital encontra diante de si, algumas possibilidades. Uma delas é a exacerbação de um conflito geopolítico com dois pólos de poder antagônicos: de um lado, um pólo liderado pelos EUA, e de outro lado, um pólo constituído por China, Rússia, Alemanha e França, numa espécie de coalizão eurásiana. Como o futuro do capitalismo torna-se improvável nesta situação, outra possibilidade é uma ampla articulação que envolvesse a criação de uma espécie de ultra-imperialismo tal qual Kautski descrevera (HARVEY, 2003).

Harvey (2003) se questiona sobre qual mecanismo o capitalismo consegue instituir que possibilita a saída das crises. Para o marxismo clássico, na figura de Lenin e Rosa Luxemburgo, “o imperialismo [...] era a resposta do enigma” (HARVEY, 2003, p. 77), isto

²³ As ideias contidas nesta seção têm por fundamento a obra O novo imperialismo (2003) além do Socialist Register (2004).

é, o imperialismo que possibilitava a sobrevivência do capitalismo. Mas, continua Harvey (2003), tratava-se de uma solução finita e, por conseguinte, repleta de suas próprias contradições terminais. Portanto, ao mesmo tempo que o imperialismo representava o mecanismo capitalista de sobrevivência, possuía limitações que o impeliam a uma rota cujo destino seria sua própria destruição. Neste contexto que o autor propõe sua teoria da “ordenação espaço-temporal” (HARVEY, 2003, p. 77), buscando interpretar o mecanismo capitalista de prorrogação de sua longevidade. Para Harvey (2003), dado o excesso de capital sub-utilizado, para evitar sua desvalorização – a crise –, seria imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. Neste contexto, a expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção, sem, contudo, poder se divorciar de mudanças temporais, isto é, projetos de longa duração. A questão, então, é o capital se expandir tanto no espaço – através da exportação de capital para uma região não-capitalista, por exemplo – quanto no tempo – através de investimentos em projetos onde o capital fique fixado por longo tempo, como, por exemplo, investimentos em educação, cujo retorno ao capital é de longo prazo²⁴ (HARVEY, 2003).

Em síntese, Harvey faz a seguinte análise da questão espaço-temporal para responder ao problema da sobreacumulação:

O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema de sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis. (HARVEY, 2003, p. 112-113).

No ensejo da teoria da ordenação espaço-temporal, Harvey (2003) apresenta o principal elemento do novo-imperialismo: a acumulação por espoliação, ou acumulação primitiva em termos contemporâneos. Para introduzir este conceito, ele começa com a perspectiva subconsumista de Rosa Luxemburgo, na qual, para a sobrevivência do capitalismo, é necessário que ele sempre conviva com formações sociais não-capitalistas, isto é, o interior – capitalista – necessita sempre do exterior – não-capitalista.

²⁴ Harvey (2003) considera gastos sociais, como investimentos em educação, um mecanismo para absorver excedentes de capital gerados no presente. O retorno ao capital é considerado de longo prazo pois são investimentos que podem aumentar a produtividade futura do capital. O longo prazo, portanto, é o tempo entre a aplicação do excedente no presente e seu retorno como produtividade ampliada do capital no futuro.

Harvey mostra que, nesta relação exterior-interior, Arendt (1968) foi a autora que explicitou o papel da acumulação primitiva no imperialismo. Ela mostra que “as depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra [...] foram o catalisador de uma nova forma de imperialismo” (HARVEY, 2003, p. 119), já que foi o resultado da “sobreacumulação do capital e surgimento de dinheiro “supérfluo” [...] que já não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais” (Arendt apud Harvey, p. 119). Assim, como meio para escoar esses investimentos produtivos, ao ver de Arendt, encontra-se a acumulação primitiva do capital, que constitui uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo.

Ao invés de classificar este tipo de acumulação como primitiva ou original, Harvey (2003) utilizara o conceito acumulação por espoliação, por ser um processo em andamento. Para o autor, até os nossos dias, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão, cujo resultado é, muitas vezes, deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora. Assim o resultado de um processo de acumulação primitiva, a proletarização, não se resulta na criação de um proletariado homogêneo. (HARVEY, 2003)

Referindo-se às crises financeiras da década de 1990, Harvey argumenta que a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes, foram os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro. Nestes momentos o capital financeiro se apropria de ativos dos países periféricos a preço baixíssimo, como contingência do próprio mecanismo da crise financeira. Além disso, desvalorização de ativos pela inflação, fraudes corporativas, desvios de fundos, valorizações fraudulentas de ações, etc, constituem a acumulação por espoliação de nossa época. A mercadificação (conversão em mercadoria) da natureza – via patenteamento de material genético de sementes por exemplo –, de formas culturais, históricas e de criatividade intelectual, envolvem espoliações em larga escala. A privatização de bens e serviços públicos também constituem faces do mesmo fenômeno. Alerta Harvey que “a acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais” (HARVEY, 2003, p. 124).

Para Harvey, o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital

sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. Nesse sentido, o colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveu uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. Do mesmo modo, como o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema. De fato, em ambos os casos, o capital privado em excesso ganha novo terreno de lucratividade. (HARVEY, 2003)

Existe outra alternativa para se usar o capital excedente. Trata-se da desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Quando isto ocorre, através de uma crise, esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preços baixos e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado. O capital, até então sobreacumulado, compraria os ativos a preços baixos e o revenderia a um preço superior algum tempo depois, realizando um lucro nesse processo. Assim, “as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com freqüência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito” (HARVEY, 2003, p. 125).

Dessa forma, para Harvey, surgem crises regionais e desvalorizações baseadas no lugar altamente localizadas como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio “outro” a partir do qual se alimentar. Com as crises, valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados. Ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital. Nesse processo, Harvey argumenta que o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado.

Embora seja um fenômeno observado com mais freqüência nos últimos anos, Harvey afirma que seu crescimento em importância coincide com o início do estágio do imperialismo neoliberal, discutido acima:

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. (HARVEY, 2003, p.112-113)

Para Harvey, a acumulação por espoliação está no centro das práticas imperialistas. Trata-se de um novo-imperialismo, que é a releitura do imperialismo original:

Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, “o pecado original do simples roubo”, que possibilitara a acumulação original do capital, “tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”. Se assim é, o “novo-imperialismo” mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distantes. (HARVEY, 2003, p. 148)

Assim, dentro da interpretação de Harvey sobre o imperialismo atual, a única coisa certa é que estamos no meio de uma transição fundamental do funcionamento do sistema global e que há uma variedade de forças em movimento que poderiam facilmente inclinar a balança em uma ou outra direção. Sobre o cenário atual, Harvey²⁵ diz que a trajetória econômica da Ásia é chave, e que os EUA ainda possuem o domínio militar. Como assinala Arrighi (2003), esta é uma configuração única. Pode muito bem ser que estejamos vendo no Iraque a primeira etapa de como esta configuração poderia operar geopoliticamente no cenário mundial, em um contexto de recessão generalizada. Os EUA, cuja hegemonia durante o período imediatamente posterior ao pós-guerra baseava-se na produção, finanças e poder militar, perderam sua superioridade produtiva após os anos 70 e podem muito bem estar perdendo seu domínio financeiro ficando unicamente com o poderio militar. O que acontece dentro dos EUA é, portanto, um determinante de importância vital para definir como se poderia articular o novo imperialismo. (HARVEY, 2004)

Portanto, o novo-imperialismo, na perspectiva de Harvey, trata-se do velho imperialismo em um tempo e um lugar diferentes. Seu traço constituinte é a acumulação por espoliação, ou, simplesmente, a acumulação primitiva. Harvey enfatiza que o momento de transição atual pode estar cheio de volatilidade e incerteza, mas isto significa que está também cheio de potencialidades e marcado pelo inesperado.

2.1.2.3. Duménil e Lévy e o Neo-Imperialismo²⁶

²⁵ Socialist Register (2004)

²⁶ Nesta seção faz-se uso de obras dos autores dos anos de 2003, 2004 e 2007.

Os franceses Gérard Duménil e Dominique Lévy são autores de relevantes trabalhos cujo foco é a interpretação do capitalismo contemporâneo. Sua visão acerca do capitalismo atual, em especial sobre a relação capitalismo-imperialismo é de relevância para o presente trabalho, sob o prisma de uma visão mais economicista do tema. Em Duménil e Lévy (2007), a configuração contemporânea do capitalismo – o neoliberalismo – é uma nova fase do modo de produção. Os autores argumentam que a posição chave que os Estados Unidos assumem no processo assimétrico mundial, possibilita a extração de fluxos líquidos de renda do resto do mundo, sob a forma de juros, dividendos e lucros retidos por empresas transnacionais. Isto ocorre por dois movimentos: os EUA possuem mais ativos no resto do mundo do que vice-versa e a lucratividade dos ativos dos EUA no resto do mundo é superior à lucratividade dos ativos do resto do mundo nos EUA. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Para os autores, o neoliberalismo começa na transição das décadas de 1970 e 1980²⁷, cujo marco foi o chamado “golpe de 1979”, com a elevação unilateral das taxas de juros do *Federal Reserve* por Paul Volcker. O neoliberalismo é definido como “uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1), marcado por uma hegemonia financeira, tal qual no começo do século XX nos Estados Unidos.

Duménil e Lévy (2007) mostram que tanto a fase contemporânea do capitalismo quanto a fase do começo do século XX possuem profundas semelhanças. Segundo os autores, são dois períodos em que o capitalismo passa por uma mudança de curso em seu desenvolvimento, sendo que, em ambos os períodos, a mudança foi comandada por crises estruturais: Europa e Estados Unidos passaram por crises estruturais entre os anos 1880 e 1890; assim como no correr da década de 1970 e começo da década de 1980 (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Para os autores, as formas de manifestação da crise estrutural dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foram: “baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário,

²⁷ Como abordado no início deste trabalho, Perry Anderson é o grande teorizador acerca do Neoliberalismo. Segundo sua visão, na obra “Balanço do Neoliberalismo”(1995), as fases do Neoliberalismo foram: (I) nascimento, na década de 40; (II) fortalecimento, na década de 70; (III) triunfo – sobre o socialismo –, na década de 80; e (IV) hegemonia, na década de 90 em diante.

diminuição da rentabilidade do capital” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 15). Além disso, a causa fundamental desse processo, e, principalmente, do aumento da onda de desemprego nos principais países capitalistas, foi a diminuição da acumulação do capital (do investimento) e do crescimento da produção, resultado da redução da rentabilidade do capital (taxa de lucro). A partir de metade da década de 1980 essa trajetória se inverte e a taxa de lucro assume uma trajetória crescente, com efeitos em potencial sobre investimento e emprego, resultado da retomada do crescimento da produtividade do capital e o crescimento da produtividade do trabalho superior ao crescimento do salário real. A eficiência crescente na utilização do capital deve-se às inovações de ordem *técnico-organizacional* (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Com relação ao período posterior à crise estrutural dos anos 1890, os autores argumentam que, nos Estados Unidos, houve “uma transformação das instituições do capitalismo portadora de uma revolução da *técnica* e da *organização* das empresas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 26). Veem-se emergir gigantescas corporações com processo produtivo mecanizado e uma revolução na gestão. Nesse processo, a mudança no modelo de propriedade foi o catalisador dessas transformações, com a formação das grandes sociedades anônimas: “foi esta revolução da gestão, sempre num sentido muito geral, que permitiu a inversão da tendência da taxa de lucro – isto é, seu aumento ao invés de sua diminuição – apesar de uma taxa de crescimento do salário real mais elevada” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 28).

Duménil e Lévy (2007) discutiram as características fundamentais do neoliberalismo a partir de três traços fundamentais: (I) a afirmação de tendências de tecnologia e distribuição mais favoráveis às empresas; (II) novos fluxos de rendas em favor dos mais ricos e; (III) a nova governança das corporações transferiu lucros às camadas mais ricas e prejudicou a acumulação do capital.

Em relação ao primeiro ponto, o elemento fundamental foi o restabelecimento de uma trajetória ascendente para a taxa de lucro. Esse processo foi resultado de uma confluência de dois principais fatores: a produtividade do capital – que corresponde ao produto líquido doméstico dividido pelo estoque de capital fixo, medido em dólares correntes – encontrava-se em declínio entre 1948 e 1984, assume uma tendência de aumento a partir desse ano (efeito da implementação das novas tecnologias da informação, computação e comunicação, tipicamente tecnologias de gestão); ao mesmo tempo, o custo

total de uma hora de trabalho cresce a taxas baixas, na inversa proporção da produtividade do trabalho. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Em relação aos novos fluxos de renda em favor dos mais ricos, o forte aumento das taxas de juros gerou “elevados fluxos de renda em benefício dos emprestadores: famílias ricas ou instituições financeiras” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 6). Além disso, como as cotações das bolsas de valores atingiram níveis altíssimos, os detentores de ações auferiram lucros robustos, complementados pela quase totalidade de lucros e dividendos distribuídos pelas sociedades anônimas (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Como terceiro traço fundamental do neoliberalismo, os autores apontam a nova governança das sociedades anônimas. Após constatar que a taxa de lucro estava aumentando, mas a “taxa de acumulação”²⁸ de capital estava reduzindo, eles se questionam: se a taxa de lucro estava aumentando por que a taxa de acumulação estava reduzindo? Os autores demonstraram que, simplesmente, embora a taxa de lucro estivesse aumentando, a “taxa de lucros retidos” estava declinando, ou seja, os lucros não estavam sendo reinvestidos, mas distribuídos quase integralmente aos acionistas.

Nas palavras dos autores:

Tudo se passa, no neoliberalismo, como se os lucros que se distribuem como juros e dividendos não fossem reinvestidos nas sociedades não-financeiras. Isso significa que todos os outros fluxos – créditos, emissões e resgates de ações – são nulos ou se compensam reciprocamente, e que o investimento se autofinancia. [...] O novo fato no neoliberalismo é que a distribuição de rendas financeiras reduza de maneira drástica os lucros retidos, prejudicando a acumulação apesar da recuperação dos lucros. Assim, no que diz ao financiamento do setor não-financeiro, a finança desempenha um papel meramente parasitário. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 8).

Embora Duménil e Lévy se refiram constantemente ao imperialismo, não se preocupam em apresentar uma definição profunda do termo. De forma superficial, se referem ao imperialismo como a “capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 2). Para eles, ao contrário do neoliberalismo, o imperialismo não define um estágio particular do capitalismo; ele deve ser compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais, etc., marcado pela violência, seja econômica ou tradicional – guerras, corrupção, etc. Nesse sentido se assemelham a Kautski, já que este afirmava o imperialismo enquanto um

²⁸ Entende-se por “taxa de acumulação” a taxa de crescimento do estoque de capital fixo, medido como a razão entre o investimento e o estoque de ativos fixos, também líquido; e por “taxa de lucros retidos” a razão entre os lucros remanescentes após todos os pagamentos – impostos, juros e dividendos – e uma medida do capital (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

sistema coordenado de políticas, sendo que a fase determinada do capitalismo é a fase do capital financeiro. A única diferença que se apresenta por eles é que o capitalismo se encontra na fase do neoliberalismo.

A definição do imperialismo apresentada pelos autores compreende um processo no qual os países mais avançados tomam vantagens em relação aos países menos desenvolvidos ou regiões mais vulneráveis do globo. Dentro do grupo dos países mais avançados também se observa relações de poder, com os Estados Unidos assumindo posição hegemônica em relação aos outros países imperialistas. Assim, para Duménil e Lévy (2004):

[...] o presente estágio do capitalismo pode ser caracterizado como neoliberal como resultado da nova trajetória atingida pela restauração de renda e riqueza das classes capitalistas, imperial devido a continuada (ou crescente) pressão sobre o resto do mundo, e sob hegemonia dos EUA por causa da posição dominante dos Estados Unidos entre os países imperialistas. (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 4, tradução nossa)

A principal conclusão a que Duménil e Lévy (2007) chegam com relação ao *imperialismo norte-americano* é que os Estados Unidos, em função de sua posição assimétrica em relação ao resto do mundo, drenam importantes fluxos de renda (juros, dividendos e lucros retidos das sociedades transnacionais) deste. De fato, tanto proprietários de capital estadunidense (residentes) compram ativos no exterior (exportam seu capital), quanto proprietários de capital estrangeiro investem em ativos dos EUA. O fato de Estados Unidos e resto do mundo remunerarem diferentemente o capital investido em seu território é a chave para compreender como os Estados Unidos drenam fluxos de recursos. Assim, na prática, o que acontece é que os Estados Unidos “agem, internacionalmente, como um intermediário financeiro, coletando financiamento a um custo inferior àquele que, eles mesmos, recolhem a partir dos seus investimentos no exterior” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 10).

Logo, a relação do neoliberalismo com o imperialismo é assimétrica. Se até a década de 1970 a proporção de fluxos de renda recebidos em relação aos lucros domésticos, nos Estados Unidos, não passava de 40%, a partir de 1980 ela se estabelece tendo 80% como ponto de convergência. Embora essa relação assimétrica dos EUA com o resto do mundo seja inequívoca, segundo Duménil e Lévy (2007), sua explicação é complexa. Os autores apontam duas questões para explicar a assimetria:

[...] o domínio global dos EUA sobre a economia mundial, a posição de seu setor financeiro, a colocação neste país dos maiores times de executivos das grandes empresas transnacionais, sua posição chave com respeito às tecnologias mais avançadas, sua estabilidade política, e (2) o desejo por parte de agentes de outros países de proteger seus ativos frente aos riscos nacionais. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 10).

Portanto, para que essa relação assimétrica continue e os EUA possam auferir ganhos desse processo, a manutenção da posição externa estadunidense é imprescindível.

3. O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 90: OS GOVERNOS BUSH E CLINTON

3.1. O período Pós-Guerra Fria

A derrocada da URSS na Guerra Fria, tal qual acontecera no pós-Segunda Grande Guerra, colocou o mundo frente a um novo momento de transição. Diferentemente dos períodos históricos anteriores²⁹, o mundo via-se, pela primeira vez em dois séculos, sem um sistema ou estrutura internacional definido. Corroborando com esse quadro, o fato de terem surgido, depois de 1989, dezenas de Estados territoriais sem qualquer mecanismo independente para determinar suas fronteiras, demonstra a instabilidade e fragilidade do cenário da época. Como afirma Hobsbawn (1995) e Pecequilo (2005):

Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grande insegurança, crise permanente e ausência de qualquer tipo de status quo [...] Devemos compreender que nos encontramos numa daquelas crises da história mundial que Jakob Burckhardt descreveu. Não é menos significativa que a de depois de 1945, embora as condições iniciais para superá-la pareçam melhores hoje. Não há potências vitoriosas nem derrotadas hoje, nem mesmo na Europa Oriental. (Hobsbawn apud Stürmer, 1995, p. 537)

As mudanças na configuração da ordem e o desaparecimento da estrutura bipolar produziram um cenário em que deixaram de existir as pressões por alinhamentos ideológicos que até então definiam as relações internacionais e as políticas externas dos Estados de forma bastante clara. (PECEQUILO, 2005, p.247)

Nesse ínterim, o único Estado restante com capacidade de liderar os demais, nos âmbitos militar, econômico e político, era os Estados Unidos. Finalmente consolidados como potência, agora hegemônica, os EUA se engajava, agora, na construção de uma nova ordem mundial. Nesse sentido, eles recuperavam a tentativa prévia, fracassada, de Wilson de dotar o país de uma liderança internacional, assumindo responsabilidades pela estruturação e pelo ordenamento do sistema. Correlacionando diretamente a segurança norte-americana com a do cenário pós-Guerra Fria, os Estados Unidos investiram no controle de seus fluxos, visando a estabilidade e a prosperidade global. Além de expandir

²⁹ Felipe Mendonça, em *O regresso da maioria Democrata e os Desafios adiante* (2009), propõe uma classificação bem didática para a história econômica recente dos EUA. Segundo o autor a história da política comercial norte-americana recente pode ser dividida, não sem cometer alguns abusos típicos de toda tipificação histórica, em cinco períodos: (I) *Período Internacionalista*: do pós II Guerra até meados da década de 1960; (II) *Período de Transição*: da década de 1970 até meados de 1980; (III) *Período de Fair Trade*: de 1979 até 1988; (IV) *Período de Globalização*: de 1992 até 2000; e (V) *Novo período de Transição*: um último período que se estende até nossos dias.

fronteiras e abrir portas, o país controlava os desenvolvimentos das novas áreas incorporadas, ainda que indireta e informalmente por meio de instituições internacionais e políticas de cooptação, realizando seus objetivos. (PECEQUILO, 2005).

Aos autores realistas e institucionalistas das Relações Internacionais coube readequar um antigo-novo termo para esse novo contexto hegemônico americano do cenário internacional: *Pax Americana*. Análogo à *Pax Romana* e à *Pax Britannica* em outros períodos históricos de hegemonia, a *Pax Americana* seria uma forma benévola de ordem mundial, na qual as instituições e regimes internacionais foram privilegiados para organizar a coesão contra a ameaça soviética, o que, em grande medida, significou mais custos aos EUA, se comparado a poderes hegemônicos anteriores.

Para a devida análise do fenômeno imperial norte-americano, devemos lançar mão de um conceito sólido acerca do mesmo. A teoria foi extensamente discutida no capítulo 2, mas uma definição precisa não foi estabelecida. Michael Mann, em sua obra *O império da incoerência* (2005) divide o império americano em três quesitos: (I) militar; (II) econômico e; (III) político. Zbigniew Brzezinski, por sua vez, em seu livro *The Grand Chessboard* (1998), em consonância com Michael Mann afirma que:

Em resumo, os Estados Unidos têm a supremacia nos quatro âmbitos decisivos do poder global: no militar, seu alcance global é inigualável; no econômico, continuam sendo a principal locomotiva do crescimento global, pese a que em alguns aspectos Japão e Alemanha (que não desfrutam do resto dos atributos do poder global) se aproximam; no tecnológico, mantêm uma posição de liderança global nos setores de ponta da inovação; e no cultural, em que pese a certo grau de rusticidade, desfrutam de um atrativo que não tem rival, especialmente entre a juventude mundial. Tudo isso dá aos Estados Unidos uma influência política de que nenhum outro Estado se aproxima. A combinação dos quatro âmbitos é o que faz dos Estados Unidos a única superpotência global extensa. (BRZEZINSKI, 1998, p. 33)

Primeiramente, no âmbito econômico, Gilpin (1975) enfatiza o papel das empresas multinacionais como principal instrumento da hegemonia global estadunidense, cujos outros pilares são a posição do dólar como moeda de troca internacional, e a supremacia militar e nuclear (GILPIN, 1975, p. 138-140). Segundo o autor, os interesses das corporações e o interesse nacional dos EUA sobrepõem-se e complementam-se: a expansão mundial das corporações atende aos interesses geopolíticos estadunidenses, Keohane (1993) aponta que a liderança hegemônica dos EUA durante a década de 1950 foi responsável, administrando benefícios a seus aliados, mas também lhes impondo restrições. (GARCIA, 2010)

Ciente disso, Ikenberry (2001) caracteriza a ordem mundial nos anos 1990 como “hegemonia de acionistas”: uma forma benévola de poder (*soft power*) construída pelos EUA a partir de suas instituições domésticas democráticas, maduras, abertas, com regras previsíveis e vinculadas a uma rede de instituições multilaterais. Por meio destas, são estabelecidas parcerias estáveis e vinculantes, que asseguram a ordem econômica e militar dominada pelos EUA, ao mesmo tempo em que constroem e restringem o poder de ação do próprio hegemom (IKENBERRY, 2001). Desta forma, a ordem hegemônica construída pelos EUA seria um espelho de suas próprias instituições domésticas. (GARCIA, 2010).

No seu aspecto político, os Estados Unidos mantiveram o seu “estilo” de liderança, que desde sempre caracterizou a sua política externa, caracterizado pela dupla hegemonia liberal/parceria, o qual permitiu que os Estados Unidos não somente construíssem, como sustentassem com o apoio dos seus aliados, a ordem internacional democrática, capitalista e institucionalizada e de caráter cooperativo, identificada como objetivo de suas estratégia. Nesse permeio, há de se destacar a habilidade dos Estados Unidos em se colocarem como liderança global. Para muitos de seus aliados, como China, Japão e Alemanha Ocidental, particularmente durante a Guerra Fria, a liderança norte-americana funcionou (e funciona) como uma proteção e garantia do equilíbrio do continente. Como um país “vindo de fora”, os Estados Unidos são aceitos pois seu poder é percebido como essencial à segurança e mantenedor da estabilidade. Logo, a dominação política dos EUA para com os demais, aconteceu de uma forma fluida, como consequência da conjuntura que fora se desenhando até então. (PECEQUILO, 2005)

Por último, o elemento militar norte-americano pode ser definido como o mantenedor do equilíbrio para com os demais elementos imperiais. Ao estar no posto inquestionável de detentor do maior poderio militar, os EUA detém a ferramenta necessária para solucionar problemas, no caso de que as vias política e econômicas não funcionassem. Tal posto já havia sido alcançado ainda no Pós-Segunda Grande Guerra, sendo aperfeiçoado durante a Guerra Fria, em virtude da corrida armamentista com a URSS. Todavia, o consentimento ativo para a dominação do império informal sempre foi mediado pela legitimidade que os outros Estados mantinham para si em nome de qualquer projeto particular do Estado americano. De todos os modos, foi (e é) corrente uso de intervenções militares ao redor do mundo, demonstrando que esta legitimidade foi muitas vezes difícil de ser alcançada, e a formação de um consenso dentro das instituições hegemônicas não é suficiente. (GARCIA, 2010)

Ainda a respeito da conjuntura pós-guerra, política externa norte-americana e o sistema entraram em um período de transição de longa duração caracterizado tanto pela mudança como pela continuidade. Pode-se observar o desencadeamento, o aprofundamento e a aceleração de algumas tendências, como a interdependência e a globalização e, mais especificamente, o reordenamento das posições relativas dos Estados. Em termos de continuidade, mantiveram-se as estruturas básicas da ordem política, econômica e de segurança criadas pelos Estados Unidos no pós-1945, fornecendo um arcabouço relativamente estável para a administração do sistema e o relacionamento entre as nações.

A ausência da estrutura bipolar, nesse novo ordenamento global, deixou liberados os reais fluxos da política internacional devido ao “descongelamento” do sistema, sugerindo a emergência de instabilidades renovadas a fluxos de tensão dispersos. Em 1989, não eram poucas as avaliações que já apontavam para a reemergência de focos de conflito territoriais, étnicos e religiosos, que levariam à fragmentação e à instabilidade. Em vez de ter de enfrentar um inimigo único, claro e coeso, como fora a União Soviética, os Estados Unidos iriam deparar-se cada vez mais com ameaças pontuais e localizadas de difícil percepção e resolução. Muitas dessas disputas seriam até mesmo periféricas aos interesses norte-americanos, não representando riscos à estabilidade mundial ou regional. (PECEQUILO, 2005)

No pós-Guerra Fria, o grande problema estratégico tornou-se como diferenciar quais seriam as guerras realmente importantes e que mereceriam um envolvimento norte-americano – não mais havia o critério Leste-Oeste para justificar intervenções, devendo-se estabelecer novos guias de ação. Além disso, às ameaças tradicionais deveriam ser acrescentadas as difusas, como a proliferação das armas de destruição em massa, e os fluxos transnacionais, como o terrorismo e o crime internacional, tráfico de drogas, migração e as ameaças ao meio ambiente. Favorecidos pelo aprofundamento e aceleração da interdependência e da globalização, os temas amplos e diversos da nova agenda de segurança eram de difícil identificação e solução. (PECEQUILO, 2005)

Percebem-se, então, uma série de novos dilemas que permearam a conjuntura internacional no pós-Guerra Fria. A correta compreensão destes novos elementos é de fundamental importância para os desdobramentos do imperialismo no início do século XXI. Assim, nessa seção, discutimos o imperialismo norte-americano no início do século XXI. Para tanto, devemos recordar que as bases do imperialismo atual remontam ao final

da Guerra Fria, ou seja, para entendermos seus desdobramentos atuais, devemos recordar dos governos George Helbert Walker Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1994-2000), que corresponderam a dois períodos distintos, marcando a construção da ordem em cada presidência: em Bush, o período de 1989 a 1991, relativo à nova ordem mundial, e o de 1991 a 1992, referente ao *status quo plus*; em Clinton, o período de 1993 a 1997, corresponde à elaboração e à maturação da nova grande estratégia, o engajamento e a expansão, e o de 1998 a 1999, quando há a consolidação e a ampliação dessa visão. Mais contemporaneamente, nos aprofundaremos nos governos de George Walker Bush (2001-2008), quando da mudança na postura da política externa norte-americana chegando, finalmente, ao governo Barack Obama (2009 - atual).

3.1.1. O imperialismo do Governo George Helbert Walker Bush (1989-1993)

Bush iniciou seu mandato em 20 de janeiro de 1989, após um longo mandato como vice-presidente dos Estados Unidos, sucedendo a Ronald Reagan. Último presidente da Guerra Fria (pois seu mandato iniciou em 1989), assumiu a Casa Branca num período de transição: a queda do Muro de Berlim e a derrocada da URSS. Seu governo foi marcado por uma austeridade na política externa, extensas campanhas militares e pela construção do que Pecequillo (2005) chama de *status quo plus*. Quando de sua posse, proferiu as seguintes palavras:

Eu venho perante vocês e assumo a presidência em um momento rico em promessas. Nós vivemos em um momento de paz e prosperidade, mas nós podemos melhorá-lo. Uma nova brisa está soprando e um mundo renovado pela liberdade parece renascer; pois no coração do homem, se não de fato, o dia do ditador acabou. A era do totalitarismo está passando, suas ideias antigas sopram como folhas de uma árvore antiga, sem vida. Uma nova brisa sopra e a nação renovada pela liberdade está pronta para surgir. Há novos caminhos para serem trilhados e novas ações a serem tomadas. (BUSH, 1989, tradução nossa)

Quanto à política doméstica, destarte o governo Bush enfrentou o desafio dos altos déficits herdados dos anos da administração Reagan. Bush, acreditando que os EUA não teriam a capacidade de manter sua posição de liderança com um déficit tão grande (cerca de US\$220 bilhões³⁰ na época), iniciou esforços para convencer o congresso (majoritário por Democratas, na época) a lidarem com o orçamento. Bush, então, tratou com a oposição

³⁰ José Eustáquio Diniz Alves, *O fim do século americano?* (2011)

do congresso, o qual defendia o aumento dos impostos, na contramão da proposta republicana de corte de despesas do governo. Nesse ínterim, Bush foi forçado a aumentar os impostos³¹, causando atritos dentro de seu partido, uma vez que prometera não criar impostos novos em sua campanha. Frente a essa situação, a popularidade de seu governo diminuiu.

Durante todo seu governo Bush lidou com problemas econômicos. Com o número crescente de desempregados, especialmente após uma pequena recessão em 1991, Bush criou medidas fornecendo benefícios adicionais aos desempregados. Em 1992, a taxa de juros e a inflação atingiram seu nível mais baixo³² desde 1984. Neste mesmo período, a taxa de americanos vivendo na pobreza estava em 14,2%³³. Ademais, Bush assinou o Immigration Act of 1990, aumentando a imigração ilegal para o país em 40%³⁴, além de ter se envolvido em questões referentes ao porte e posse de armas. Todas essas questões conturbadas referentes à política interna, fizeram com que Bush afirmasse que preferia as questões externas às internas, ficando ele conhecido como o “presidente das questões externas³⁵”.

Externamente, no início do governo Bush, o principal foco de ação dos EUA fora a Europa. Como afirma Pecequillo (2005), tanto os Estados Unidos como a Europa comprometeram-se imediatamente a preservar a OTAN mesmo com o desaparecimento da ameaça soviética. Mais do que uma organização militar, a OTAN é lembrada como uma aliança ampla de cooperação política e diplomática que representa o principal sustentáculo da parceria atlântica. Na ausência de uma estrutura de segurança própria da Europa, a OTAN também permanece como a única forma real de projetar poder em escala continental e garantir o engajamento norte-americano em uma época de questionamento dos ônus externos devido ao declinismo.

Dessa forma, era preciso destacar a importância do projeto europeu, garantindo a sua continuidade. Em 1992, esse processo se consolidou com a assinatura do Tratado de

³¹ Levando em consideração o déficit americano da época (cerca de US\$220 bilhões) e os gastos militares que só cresceram desde então (dado que os EUA não estiveram envolvidos em algum tipo de conflito por breves períodos após o fim da Guerra Fria, pode-se dizer que a gênese do grande déficit norte-americano atual (2011) está neste período. O aspecto econômico atual será discutido com mais detalhes na seção 3.4.1.

³² Disponível em: < http://web.archive.org/web/20080615195838/http://198.181.165.52/article?_assetid=0068080-00&_templatenome=/article/article.html > acesso em 05 de novembro de 2011.

³³ IDEM 32

³⁴ IDEM 32

³⁵ Do original “foreign affairs president”.

Maastricht, que criou a União Européia, definindo os três pilares principais do aprofundamento da integração: o mercado comum, a união monetária e a política externa e de segurança comum (PESC). No curso dos acontecimentos, algumas posições e políticas acabaram trazendo tanto avanços quanto retrocessos no processo, destacando-se também a posição norte-americana, oscilando entre o apoio e o receio. Logo, percebem-se ações americanas, no principal palco da Guerra Fria, nos âmbitos militar, político e econômico. (PECEQUILO, 2005)

Ciente de sua nova condição de protagonista no cenário internacional, os Estados Unidos do governo Bush acenturam sua atuação em todas as partes do mundo. Em relação à Ásia, apesar de terem lançado a APEC, os Estados Unidos somente começaram a investir mais pesadamente na criação da Comunidade do Pacífico em 1993. A APEC tinha como objetivo responder ao desafio econômico da Ásia (percebida até a crise de 1997 como a região mais dinâmica do planeta), incentivando a cooperação econômica e a liderança dos Estados Unidos no processo. A longo prazo, estabeleceu-se o cronograma de 2010 a 2020 para a liberalização comercial, devendo-se ainda examinar o seu desenvolvimento, ou seja, também não existiram movimentos renovados de construção de ordem.

Quanto à América Latina, Schoultz afirma que as políticas americanas do governo Bush, seguiram a tradição histórica norte-americana de incluir a América Latina – em especial a América Central – como parte da política interna dos Estados Unidos, dado a grande repercussão interna que tais políticas têm, bem como a importância que as mesmas têm em virtude da proximidade territorial. (SCHOULTZ, 2000). Sem sombra de dúvidas, o principal fato ocorrido na região fora a invasão do Panamá pelos EUA em 1989. A importância da invasão se dá pela justificativa norte-americana da, dentre outros, “*defesa da democracia e dos direitos humanos no Panamá*”, justificativa essa, que seria recorrente nas futuras campanhas militares além-mar do país. Schoultz, permeado por uma visão totalmente americanista, ainda destaca que, parte dos atritos entre os EUA e os países da América Latina, se devem a uma indíposição histórica dos países locais para com o Tio Sam:

Se é verdade que a tendência de experientes funcionários dos EUA a denegrir os latino-americanos nasce da frustração com a indíposição dos latino-americanos em aceitar conselhos bem intencionados, então, o futuro é, de fato, desolador, pois conselhos bem intencionados tornaram-se o principal produto de exportação do governo dos EUA para a América Latina. (SCHOULTZ, 2000, p. 423)

Em relação aos demais continentes, a África assumiu, com o fim da Guerra Fria, uma posição ainda mais marginal e secundária no sistema, passando por um processo de transição política e econômica marcado pelas rivalidades internas e por crises generalizadas. Até 1991, os Estados Unidos também não demonstravam interesse na região, havendo uma transformação, posteriormente, com a operação *Restore Hope* na Somália e, mais especificamente, a partir de 1997, com um avanço norte-americano em antigas zonas de influência européia. Por sua vez, o interesse pelo Oriente Médio permaneceu devido às reservas energéticas e à questão árabe-israelense, com destaque aos dilemas do avanço do fundamentalismo e aos problemas regionais. (PECEQUILO, 2005)

Ainda a respeito do Oriente Médio, sua importância se evidenciou pelo grande marco do governo Bush: a Guerra do Golfo (também conhecida por “Operação Tempestado no Deserto”). A importância da Guerra do Golfo reside em dois fatores distintos: primeiro, demonstrou que a política internacional estava realmente descongelada; segundo, mesmo com tal “demonstração”, passou, depois de encerrada, a servir de exemplo de como estaria se organizando o cenário do pós-Guerra Fria, construindo-se a perspectiva da “nova ordem mundial”.

Contudo, apesar dos esforços para a construção de uma nova ordem mundial sob a égide norte-americana, esta acabou não se concretizando, pelo menos nos primeiros anos do governo Bush. Como Pecequilo aponta:

Contudo, na prática, a suposta nova ordem mundial acabou não se concretizando por uma série de fatores. Em primeiro lugar, os Estados Unidos não investiram esforços ou iniciativas na condução desse novo sistema [...] Dada a situação de sua economia, os Estados Unidos não eram mais nem mesmo capazes de financiar suas campanhas militares e, portanto, muito menos de construir o novo e ambicioso mundo que propunham [...] Segundo, Bush foi “atropelado” não somente por essa falta de visão e pela pressão dos problemas domésticos, como pelos próprios acontecimentos internacionais, que fugiram ao controle dos Estados Unidos depois do estrondoso sucesso do Golfo. Na verdade, um dos primeiros setores a ser apontado para se questionar a efetividade da nova ordem acabou sendo o próprio fracasso dos Estados Unidos em construir a paz na região. (PECEQUILO, 2005, p. 302-303)

Os últimos dois anos do governo Bush foram marcados pela tentativa da construção do *status quo plus*. Apesar de definida e percebida como prioridade, a questão da construção da ordem era questionada em diversas dimensões: primeiro, quanto à capacidade real de a América continuar liderando; segundo, se essa era, de fato, uma estratégia adequada ao sistema e se os Estados Unidos deveriam continuar correlacionando sua segurança à do sistema; e, terceiro, como combinar essa estratégia com os recursos que

se encontravam disponíveis para os Estados Unidos naquele momento identificado como de declínio relativo. Genericamente, como resposta a tais indagações, a avaliação que se apresentava era de que os Estados Unidos não tinham suficiente clareza quanto aos seus objetivos internacionais no Pós-Guerra Fria, mantendo-se presos à nostalgia da contenção, exercendo sua liderança de maneira inadequada na perseguição de suas prioridades em um mundo renovado e repleto de desafios internos e externos. O rumo havia sido perdido e era necessário promover um reequilíbrio entre suas prioridades domésticas e internacionais, caminhando em direção à mudança, algo que cada vez mais parecia que Bush não poderia fazer.

Bush acabou seu governo com pouca aprovação popular, não se reelegendo e abrindo espaço para os Democratas. A respeito de sua imagem, esta tanto dentro quanto fora de casa, sofria um problema de credibilidade e desgaste. Internamente, era considerado como o “presidente da política externa”, pois dedicava atenção demais aos problemas do mundo e nenhuma aos norte-americanos, relegando a segundo plano as demandas da sociedade. Simultaneamente, o mesmo público que o considerava “desinteressado” em questões domésticas e ativo somente no campo internacional o condenava por sua fraqueza na condução das relações externas. Por outro lado, no exterior, o “presidente da política externa” era descrito como adequado, pragmático e responsável, no entanto, faltando-lhe visão e vontade para avançar em direção a uma nova ordem. Apesar de hegemônicos, os Estados Unidos não exerciam de fato o seu domínio e não assumiam responsabilidades pela condução do cenário, o que poderia levar a graves instabilidades. (PECEQUILO, 2005)

Assim, observa-se que a administração Bush foi marcada por um forte viés externo. O imperialismo de seu governo, forjou as bases para as atitudes que tornar-se-iam características da política externa norte-americana durante o resto da década de 90 e, especialmente, no governo de seu filho no início dos anos 2000. Na não tão bem sucedida tentativa de construir uma nova ordem mundial com o selo norte-americano, Bush revelou a face intervencionista e autoritária do Estado americano. Um afastamento da América do Sul e um direcionamento das atenções para o Oriente Médio marcaram sua política externa.

3.1.2. O imperialismo do Governo Bill Clinton (1994-2000)

Em 20 de Janeiro de 1993 Bill Clinton assumiu a Casa Branca. Primeiro presidente pós-Guerra Fria, Clinton tomou poder num cenário de consolidação das transformações pós-Guerra, especialmente do neoliberalismo. Seu governo, em oposição ao de seu antecessor Bush, foi marcado por um interesse maior pelas questões internas dos Estados Unidos, em detrimento da política externa. Além disso, a política externa de Clinton foi marcada por um tom conciliador, na qual os EUA assumiram um papel de interlocutor e mediador dos grandes problemas internacionais, em detrimento de uma política explicitamente intervencionista que marcara seu antecessor. Sobre isso, Pecequilo afirma:

[...] a política externa era colocada em função da promoção do desenvolvimento interno, aparecendo como pilar fundamental da agenda retomada da liderança econômica dos Estados Unidos no sistema internacional. Em segundo plano, surgiam como prioridades a reestruturação das forças armadas e a promoção das democracias e dos livres mercados desde que cumprida a recuperação do país. (PECEQUILO, 2005, p. 308)

Assumindo a presidência em um cenário ainda conturbado, Clinton tal qual Bush não conseguia passar da retórica à ação, refletindo uma imagem de que os Estados Unidos estava à deriva e era espectador dos fluxos do sistema mundial. Da mesma forma, para a comunidade internacional, a transição do governo Republicano para o governo Democrata, com essa “celebração da renovação da América”, somada à relativa amplitude e aparência vaga da política externa ante a clareza das prioridades domésticas, trazia temores de que os Estados Unidos finalmente iriam realizar a promessa de isolamento. (PECEQUILO, 2005)

Internamente, no início de seu primeiro mandato, Clinton teve como primeiro grande desafio, a herança do grande déficit deixada por seu antecessor. Nesse sentido, o campo econômico foi uma das prioridades do governo Clinton. Seu plano econômico³⁶ incluiu uma expansão massiva do crédito, visando a tirar as famílias de trabalhadores da pobreza. Além disso, Clinton aumentou os impostos sobre os mais ricos, cortando, ao mesmo tempo, os impostos para os mais pobres. Tais políticas contribuíram para que, ainda nos primeiros anos de seu mandato, o déficit americano começasse a reduzir. Somadas às questões no campo econômico, o governo Clinton se envolveu em outras questões polêmicas, como a da possibilidade de homossexuais servissem o exército, além de ter promovido uma ampla reforma na saúde (privatizando a mesma). Ademais, Clinton teve que lançar mão de uma grande habilidade política para a aprovação de seus projetos,

³⁶ Disponível em: < <http://www.clintonfoundation.org/legacy/080393-presidential-press-conference-in-nevada.htm> > acesso em 05 de novembro de 2011.

especialmente após 1994, quando os Republicanos obtiveram maioria tanto no Senado como no Congresso.

Externamente, o primeiro grande marco na administração Clinton aconteceu no mês de setembro de 1993, quando, visando a reverter a imagem de desgaste e fraqueza que começava a ser associada ao seu mandato, o Executivo, em uma ofensiva, comandada pelo assessor de Segurança Nacional Anthony Lake, apresentou um programa de política externa que tinha como objetivo substituir o paradigma da contenção: a estratégia do engajamento e da expansão (*engagement and enlargement*). Essa estratégia do engajamento e da expansão partia de avaliações bastante específicas sobre a natureza do sistema internacional e do papel a ser exercido pelos Estados Unidos dentro dele. em termos estruturais e de fenômenos, tais avaliações consideravam o sistema internacional como sendo definido pelas seguintes características: a disseminação acelerada e generalizada dos valores patrocinados pelos Estados Unidos, com o fortalecimento das democracias e dos livres mercados; a manutenção da liderança internacional dos Estados Unidos; o aumento da instabilidade mundial causada pela emergência dos conflitos étnicos; e a aceleração e o aprofundamento das mudanças no sistema (LAKE, 1993).

Conforme Pecequilo (2005) elenca, quatro prioridades compunham a nova grande estratégia norte-americana: (I) Fortalecer o núcleo principal das democracias de mercado, inclusive a norte-americana, favorecendo a disseminação dos valores e princípios democráticos para todo o sistema a partir dessa comunidade; (II) Incentivar, quando possível, a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados significativos e importantes; (III) Impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar a sua liberalização por meio de políticas específicas; e (IV) Perseguir uma agenda humanitária para a melhora das condições de vida em regiões prejudicadas. Posteriormente, criar condições para que eventualmente essas comunidades possam integrar-se ao sistema pacífica e democraticamente.

Fundamentando-se nessas prioridades, a quase totalidade dos analistas³⁷ foi rápida em classificar a estratégia do engajamento e da expansão como uma tentativa bem intencionada, mas inadequada e incompleta, de dotar a liderança norte-americana de um novo perfil estratégico no pós-Guerra Fria. Em primeiro lugar, considerava-se que o pensamento da equipe de Clinton havia sido elaborado somente por oposição à contenção, promovendo-se a expansão do modo de vida norte-americano. Nesse sentido, somente se

³⁷ Hodgson (1994); Hendrickson (1994); Maynes (1993/1994); Zoellick (1994).

mantinha o terceiro pilar dessa mesma grande estratégia da Guerra Fria, a promoção das democracias e dos livres mercados, sem qualquer proposta específica de ação. Segundo, ao adotar a promoção da democracia como prioridade, perdendo de vista as reais possibilidades e ameaças do sistema, os Estados Unidos estavam exacerbando seu sentido de missão de sistema. Basicamente, apontava-se o risco da exacerbação do intervencionismo e dos compromissos globais em nome de prioridades vistas como idealistas, sustentadas por valores, e não pelos interesses nacionais norte-americanos.

De fato, como aponta Pecequilo (2005):

No novo paradigma, a ordem continuava sendo o objetivo máximo, e o caos, o inimigo imediato, sem que se estabelecesse onde e quando esses objetivos deveriam ser perseguidos, com as políticas tornando-se definidas pela pressão do “impulso e da imagem” (Pecequilo *apud* Schlesinger, J., 2005, p. 313)

Entretanto, o que se observou durante o primeiro mandato de Clinton foi que, apesar dos EUA já desfrutarem de uma posição consolidada de liderança, esta ainda não gozava de uma solene legitimidade. De 1993 a 1997, a liderança americana esteve razoavelmente perdida e somente depois disso uma nova face dos Estados Unidos foi apresentada ao mundo. Até então, entretanto, o processo de recuperação da liderança foi lento, concretizando-se somente a partir de meados de 1995/1996.

No tocante direto às relações externas dos EUA no primeiro governo Clinton, destaca-se que este enfrentou muitas dificuldades. Primeiramente, no tangente à Ásia, a crescente ênfase nos temas da democracia e dos direitos humanos e a tentativa de condicionar a renovação do status de “Nação Mais Favorecida” ao incremento da *performance* do regime de Pequim nessas áreas produziram uma das mais sérias crises no relacionamento desde o seu restabelecimento na década de 1970. Nesse sentido, os EUA tiveram um afastamento da China tanto economicamente quanto politicamente, em face da questão com Taiwan. Ainda na Ásia, os norte-americanos tiveram de enfrentar protestos do Japão contra a manutenção de suas bases no Pacífico, o problema da competição econômica e a instabilidade da península coreana.

Em relação à Europa, o relacionamento dos Estados Unidos com os aliados da OTAN foi prejudicado pelo prolongamento excessivo da Guerra da Bósnia e pelo receio norte-americano em atuar diretamente no conflito. Dessa forma, a legitimidade hegemônica buscada pelos EUA era prejudicada. Clinton teve de conviver ainda com uma Rússia em reconstrução. Embora não defendessem uma nova contenção, os estrategistas de

Clinton consideravam que a Rússia continuava sendo perigosa e não estaria disposta a abrir mão de suas prerrogativas, mesmo ocupando uma posição menor no sistema, devendo ser mantida sob controle. Assim, pode-se dizer que “Na Europa, ao tentar agradar a todos, sem comprometer diretos e posições ambíguas, Clinton conseguiu, na verdade, gerar insatisfação de todos os lados.” (Pecequilo *apud* Brzezinski, 1997h; Kissinger, 1993c, 2005, p. 316).

Assim, sobre o primeiro mandato Clinton observou-se que os únicos pontos positivos foram as conquistas no terreno econômico. Mais importante ainda, continuava a consolidar-se o processo de recuperação da economia norte-americana, que se manteve por todo o governo democrata de 1993 a 2000. No restante, a performance de Clinton conseguiu desconsiderar todos os relacionamentos importantes dos Estados Unidos, concentrando-se em questões idealistas e periféricas, visando o “bem-estar” da humanidade. Mesmo assim, alguns problemas, principalmente de implementação de objetivos específicos, não foram superados, revelando-se o crescente peso da agenda doméstica e do papel do Congresso na definição da política externa, faltando à presidência atrair mais abertamente o apoio da opinião pública. Clinton apostava em iniciativas que via como “ganhas”, sem ter que se comprometer direta e abertamente para sua aprovação, deixando de lado o investimento em temas prioritários, principalmente o econômico, devido ao seu caráter mais complexo e sensível.

Quando do início do segundo mandato em 1997, Clinton já encontrava um país mais estruturado economicamente e no qual, em seu primeiro mandato, lançara as fundações para a conquista da legitimidade do país como nação hegemônica. Nesse sentido, Clinton se engajou na construção do que Pecequilo (2005) chama de *nação indispensável*. Sustentada por uma economia em constante expansão e o aumento da participação no exterior, a postura de Clinton continuou pautando-se pelo discurso conciliador e amistoso. Entretanto, o uso da força pelos Estados Unidos tornou-se mais constante e menos controlado pelo restante da comunidade internacional em função de as ameaças identificadas como prejudiciais ao interesse nacional, acentuando o unilateralismo. Seja em resposta à proliferação das armas de destruição em massa, ao avanço do terrorismo internacional ou à instabilidade regional em um continente-chave provocada por uma guerra local, os Estados Unidos mostraram-se prontos a intervir, fazendo uso de recursos de poder. Nesse período as ações norte-americanas no seu âmbito

militar ainda gozavam de uma “aprovação” internacional, dado que o país se erigia sob a imagem do defensor da paz e da boa vizinhança internacional.

De uma forma global, pode-se dizer que o governo de Clinton foi marcado pelo paradoxo de um discurso conciliador aliado a maneiras coercitivas e imperativas de por seus planos em prática. Tomando a América Latina como exemplo, por um lado observamos que, depois de séculos de intervenções, interferências, descaso, hegemonia e unilateralismo, sustentados pelo objetivo de impedir a instabilidade e a presença de poderes externos em sua zona de influência, os Estados Unidos finalmente teriam começado a trabalhar de forma mais construtiva regionalmente, incentivando a parceria e a cooperação. Nas Américas, como já o haviam feito em outros continentes, os Estados Unidos assumiam como prioridade a instauração de um relacionamento que incentivasse a aproximação e o multilateralismo. Três dimensões foram trabalhadas: a econômica, a sociopolítica e a de segurança. Porém, por outro lado, observaram-se políticas coercitivas de implantação dos interesses norte-americanos, como as constantes pressões para a implantação da ALCA e o recrudescimento das políticas contra os imigrantes ilegais. (PECEQUILO, 2005)

Internamente, o segundo governo Clinton foi marcado por seu envolvimento na reforma do sistema de saúde e por políticas liberais em relação a minorias. Todavia, a grande marca interna de seu governo se deu pela massiva aprovação popular, mesmo quando dos escândalos sexuais que marcaram o final de seu mandato, refletindo o bom momento econômico vivido pelo país, sendo a década de 90 marcada pela estabilidade e recuperação econômica americana.

Logo, observamos que o imperialismo do governo Clinton se deu através de uma reestruturação do país, ou seja, se deu de dentro pra fora. Sobretudo no seu âmbito econômico, os EUA atingiram um patamar que mesmo nos governos seguintes jamais fora igualado, marcando a década de 90 por um período de prosperidade e hegemonia econômica americana. No âmbito político, o país foi marcado pelo tradicional discurso alentador democrata, com intermináveis tentativas de paz no Oriente Médio e aproximação com a maioria dos países. Por fim, no seu âmbito militar, sob a égide do defensor dos fracos e oprimidos e da paz internacional, os EUA encontraram a bandeira para a legitimação do seu constante envolvimento em conflitos militares. Todavia, com a exacerbação de problemas internos como o tráfico de drogas e externos como o terrorismo,

o final do governo Clinton já apontava para uma tendência de crescente militarização do país, corroborada posteriormente pelo governo republicano de Bush Filho.

4. O IMPERIALISMO DOS ESTADOS UNIDOS O INÍCIO DO SÉCULO XXI: OS GOVERNOS BUSH FILHO E OBAMA

Nessa seção, em continuidade ao capítulo 3, será discutido o imperialismo dos governos de George Walker Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-Atual).

4.1. O imperialismo do Governo George Walker Bush (2001-2008)

Assumindo em um período de relativa estabilidade política e econômica, o republicano George Walker Bush – chamado aqui de Bush Filho - teve dois mandatos marcantes e fundamentais para a compreensão do imperialismo atual dos Estados Unidos. Ainda antes de ser eleito, a plataforma de política externa mais significativa de Bush Filho envolvia o apoio a uma economia e relação política mais fortes com a América Latina³⁸, em especial o México, e uma diminuição do envolvimento na "nation-building"³⁹ e em outros compromissos militares de menor dimensão. Todavia, o sucesso da administração Clinton - apesar dos escândalos do final do governo – apontavam para a continuidade administrativa democrata, agora sob a figura de Al Gore.

Contrariando as tendências, o pleito de 2000 viu a eleição de um republicano à Casa Branca. A eleição⁴⁰ de Bush Filho foi um capítulo a parte, pois a disputa com o democrata Al Gore foi marcada por suspeitas de fraude e pela peculiaridade de Bush ter somado menos votos populares que seu concorrente, tendo vencido a eleição pelos votos dos colégios eleitorais. Segundo Pecequilo (2005), “o renascimento neoconservador pode ser atribuído a dois fatores: sua capacidade de coesão e mobilização que permitiu a manutenção e expansão de sua base mesmo quando afastados do poder e o recuo dos moderados, republicanos e democratas”. (PECEQUILO, 2005, p. 361)

Internamente, o governo Bush, à semelhança do governo Clinton foi marcado por diversas controvérsias e polêmicas. Norteados pelo espírito conservador republicano, Bush

³⁸ A população hispânica, hoje, corresponde à aproximadamente 16% da população norte-americana, tendo já tendo ultrapassado outras populações “minoritárias”, como os afro-descendentes e os asiáticos (BROOKINGS INSTITUTION, 2010). Dessa forma, é cada vez mais usual observarem-se políticos com plataformas fundamentadas em apoio de minorias, especialmente latinos.

³⁹ O termo faz menção ao processo de construção/estruturação de uma identidade nacional mediante o poder do Estado.

⁴⁰ Disponível em: < <http://www.fec.gov/pubrec/2000presgeresults.htm> > acesso em 20 de novembro de 2011

Filho não exitou em fazer críticas aos movimentos pró-aborto, posicionando-se, também, a favor do porte de armas. Bush Filho envolveu-se, ainda, com a questão da imigração ilegal, colocando em pauta um projeto para o “trabalho temporário dos imigrantes ilegais”⁴¹, apesar de não ser a favor da legalização (anistia) dos mesmos. Economicamente⁴², o mandato de Bush Filho foi um desastre. Logo no início de seu primeiro mandato, ele assinou um corte de impostos da ordem dos U\$1,35 trilhão⁴³, o maior da história até então. Sob sua administração o PIB cresceu a uma média de 2,5% ao ano (bem abaixo da média da década de 90). O desemprego saltou de 4,2% em janeiro de 2001 para 6,3% em junho de 2003, caído para 4,5% em julho de 2007 e terminando seu mandato em 2008 com uma taxa aproximada de 7,5% de desemprego. A taxa de pobreza⁴⁴ cresceu de 11,3% em 2001 para 12,3% em 2006, estabilizando-se nesse nível até o fim de seu mandato. Com relação aos gastos do governo, como se observa no gráfico 1, houve um aumento da ordem dos U\$500 bilhões ao ano desde 2003 na dívida anual. Assim, quando do final de seu mandato em 2008, a dívida nacional (interna) já alcançara a cifra dos U\$11,3 trilhões, com um aumento de 100% em relação ao início de seu mandato em 2001. A maioria da dívida acumulada se deu em virtude dos cortes de impostos e no substancial aumento nos gastos com segurança (militares).

Externamente, o governo Bush Filho se envolveu em diversos assuntos polêmicos, mas, diferentemente de seu antecessor, não dispunha de um discurso conciliador e da empatia dos demais países nas discussões que lhe tangiam. Reiteradamente taxado de unilateralista, decisões como a de impor um imposto sobre o aço importado e de abandonar iniciativas globais tais como o Protocolo de Quioto, o Tratado anti-mísseis balísticos (ABM) e um tratado mineiro internacional apenas ratificaram essa posição. A administração Bush Filho, contudo, defendeu que em todos os casos esta política era a adequada. Declarou, por exemplo, que o Protocolo de Quioto era "desleal e inútil" porque deixava de fora 80% do mundo e "causava sérios prejuízos à economia americana", e que o Tratado ABM era uma relíquia da Guerra Fria que deixava os Estados Unidos à mercê de

⁴¹ Do original "temporary guest-worker program".

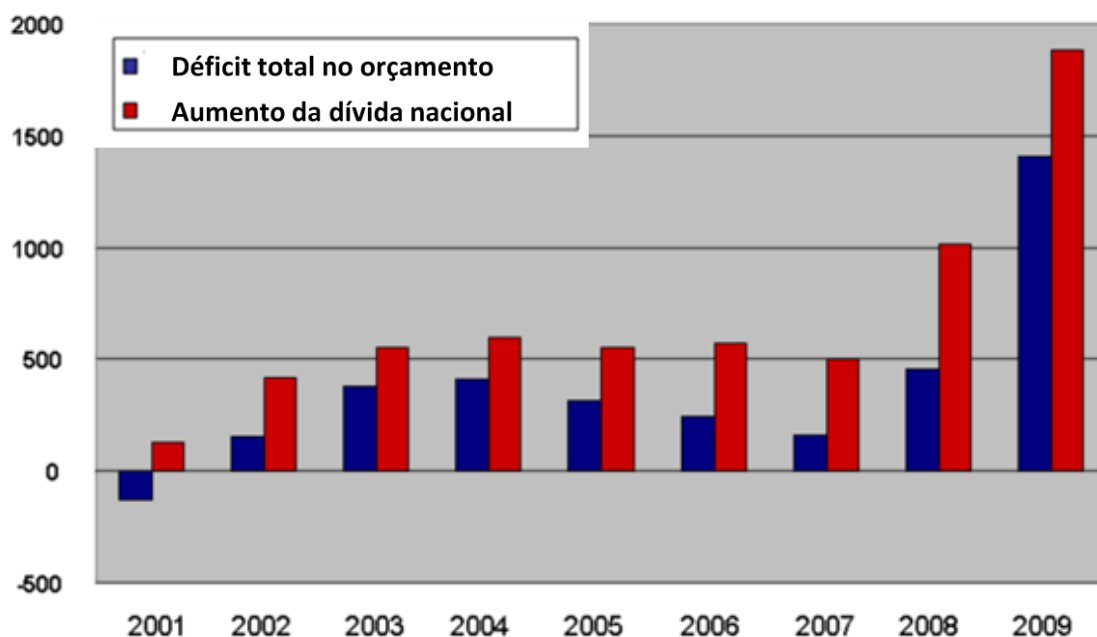
⁴² Um aprofundamento maior sobre a questão econômica é feito na sessão 4.2.1 sobre a economia do governo Barack Obama.

⁴³ Economy Policy Institute, 2005. Disponível em: < http://www.epi.org/publication/webfeatures_snapshots_20051026/ > acesso em 20 de novembro de 2011

⁴⁴ Disponível em: < <http://web.archive.org/web/20070103080222/http://www.census.gov/hhes/www/poverty/histpov/hstpv2.html> > acesso em 20 de novembro de 2011.

ataques nucleares dos estados piratas. Tais iniciativas (ou falta delas, em alguns casos), dentre muitos outros impasses, apenas contribuíam para o afastamento que o governo Bush Filho paulatinamente foi promovendo dos EUA em relação aos demais países.

Gráfico 1: Déficit total x Aumento da dívida interna (em U\$ bilhões)



Fonte: Farcaster, Outubro de 2009

Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/File:Deficits_vs._Debt_Increases_-_2009.png > acesso em 20 de novembro de 2011

Sem sombra de dúvidas, o grande marco da administração Bush Filho, que se consagrou como um divisor de águas não apenas para sua administração, mas para a História, foram os atentados de 11 de Setembro de 2001 (11/09). Nesse contexto, devemos observar que, a discordância com relação ao comportamento tático da liderança que dominou o pós-Guerra Fria em sua primeira década, estendeu-se ao período seguinte, alternando-se as hipóteses de declínio e renovação, respectivamente nos governos Bush e Clinton. O 11/09 representou um elemento de quebra neste debate, ao gerar um consenso artificial em torno das políticas neoconservadoras depois da perda da invulnerabilidade do território continental. (PECEQUILO, 2010)

A questão da vulnerabilidade das fronteiras, aliás, foi a grande mudança de paradigma dos americanos sobre a sua invulnerabilidade. Preservada pelos mares e fronteiras, a massa terrestre dos EUA sempre foi encarada com um alvo relativamente inacessível em tempos de guerra ou a ataques terroristas. Tal percepção não vinha apenas do fato geopolítico, da proteção trazida pelos oceanos Atlântico e Pacífico ou pela relação

de amizade existente com seus vizinhos Canadá e México, mas de uma realidade concreta. Tal percepção era fundamento, inclusive para a percepção de isolacionismo norte-americano, da mesma forma como fora fundamento para a Doutrina Monroe no início do século XIX, quando das incurssões russas à costa Norte do Oeste americano. Ao longo dos anos, os EUA passaram por duas guerras mundiais, a Guerra Fria, conflitos menores com Coréia e Vietnã, mantendo-se praticamente ilesos diante da penetração externa. Embora tal tenha ocorrido, mencionado-se episódios esporádicos como Pearl Harbour em 1941 e o atentado ao próprio World Trade Center em 1993, as circunstâncias foram diferentes. Quanto ao ataque a Pearl Harbour, esse se dera em um período de guerra, com um inimigo denificado, da mesma forma que o atentado de 1993 se deu em um período de transição de governo, não tendo alcançado danos maiores. (PECEQUILO, 2005)

Os atentados de 11/09 quebram o paradigma do inimigo fixo a ser combatido, uma vez que o terrorismo era um inimigo supranacional. Da mesma forma, os atentados desmancham a imagem de superpotência inatingível que os EUA cuidadosamente haviam forjado com o passar dos anos, sendo a escolha dos alvos de fino requinte: dois prédios imponentes, símbolo da supremacia e do poder do capitalismo norte-americano, além do pentágono, o qual representava o centro administrativo do país.

Assim, a partir dos atentados de 11/09, o cenário internacional teve uma mudança abrupta de orientação. O terrorismo transnacional fundamentalista islâmico tornou-se, então, objeto de extensa manipulação do Executivo norte-americano e outros países ocidentais, favorecendo a ascensão de linhas políticas conservadoras e controles à democracia. Em contextos pré-11/09, estes movimentos eram definidos como de censura, afronta a liberdade, desrespeito aos direitos civis e xenófobos. Pós-11/09 tornaram-se políticas vistas como necessárias ao combate do inimigo, seguindo retórica similar a da Guerra Fria, independente dos custos que estas ações tinham sobre a democracia. Autores como Halliday (2002) alertavam para esta tendência, demonstrando a fragilidade do inimigo autoconstruído, que correspondia a uma demanda de forças internas destas sociedades. Tanto que estas tendências extrapolaram, em tempo e espaço, o 11/09, estendendo-se a discussões como a proibição do uso de símbolos religiosos em espaços públicos (com foco no véu islâmico, vide o exemplo da França), o banimento da construção de minaretes na Suíça, a ascensão da direita xenófoba, a repressão à imigração ilegal. (PECEQUILO, 2010)

Nos Estados Unidos, este contexto permitiu aos neoconservadores, liderados pela figura de Bush Filho, dominar a iniciativa política, consubstanciado no Ato Patriota, nos memorandos da tortura e na edição da grande estratégia de 2002, a Doutrina Bush. Definida como uma “revolução”, a doutrina é produto da evolução do pensamento neoconservador acrescido de um componente de justificação: o terrorismo transnacional fundamentalista islâmico. Portanto, ainda que não seja produto direto dos ataques de 2001, a *National Security Strategy* (NSS)⁴⁵ de Bush, a segunda grande estratégia do pós-Guerra Fria não pode ser desvinculada deste evento, e, como as medidas internas, sustentou-se no silêncio da maioria movida pelo medo⁴⁶.

O que mais chama a atenção nesta Doutrina é a retomada do padrão de Washington, seu distanciamento das *Organizações Infra Governamentais* (OIGs) e sua “modernização” pela inserção do componente preventivo, cujo legado é a Guerra do Iraque (2003). Subjacente a este elemento preventivo, encontra-se o projeto maior de reposicionamento estratégico dos neoconservadores no mundo, iniciado com a Guerra no Afeganistão no âmbito da *Global War on Terror* (GWT), deflagrada pelo 11/09. Não cabe aqui entrar em detalhes destas guerras, mas sim examinar suas consequências gerais, assim como da NSS-2002.

A NSS consolidou um processo de desconstrução hegemônica em nome do unilateralismo, que minou as OIGs e a legitimidade dos EUA. Pressionados, os demais Estados que avaliavam a hegemonia como tolerável devido ao funcionamento da rede multilateral e da autocontenção estratégica da superpotência responderam de forma tradicional: os mais ameaçados por intervenções preventivas, que haviam sido incluídos como Estados bandidos ou falidos, ou no Eixo do Mal⁴⁷ que antecedeu a NSS em Janeiro do mesmo 2002, como Irã e Coréia do Norte aceleraram mecanismos de políticas defensivas e de barganha, representados por seus programas nucleares; os demais “inimigos” como Venezuela, Cuba, Síria, intensificaram alianças alternativas e discursos; os aliados buscaram coalizões de geometria variável nas OIGs, como a OCX (Organização

⁴⁵ A *National Security Strategy* nada mais é do que o conjunto das diretrizes de segurança nacional do país.

⁴⁶ Erica Simone Almeida Resende, em *Identidade, discurso e política externa: a inscrição discursiva de uma identidade nacional puritana na “Guerra ao Terror”* (2009), buscou analisar o discurso promover da “Guerra ao Terror” promovida pela Doutrina Bush, concluindo que esta se fundamentou em um “discurso de americanidade”, o qual buscou articular uma identidade nacional americana ideologicamente puritana sustentada por, dentre outros, o medo e a coerção.

⁴⁷ Designação utilizada pelo presidente dos EUA, George W. Bush, no seu Discurso do Estado da União de 29 de Janeiro de 2002, para se referir a países contrários aos EUA que ele diz terem programas nucleares.

de Cooperação de Xangai), o Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), os G20 comercial e financeiro, dentre outras iniciativas que foram denominadas como *soft balancing*. A hegemonia passou a ser percebida como um elemento de desordem. (PECEQUILO, 2010)

Salienta-se que, a partir de 11/09, os Estados Unidos colocaram em prática uma reformulação ultraconservadora da política, dotada de uma ampla estratégia que abrangesse os âmbitos interno e externo. No âmbito da sua política interna, o governo norte-americano começou a motivar a instauração de um sistema de direito que prescindisse a lei e as instituições democráticas (julgamento de suspeitos por tribunais militares, ampliação dos poderes policiais, escutas telefônicas e captação de comunicações feitas na internet, instauração de tribunais *ad hoc*, detenção e acusação com base em provas sigilosas, relativização de regras que controlam a entrada e atuação das agências de segurança (como o FBI) e ampliação de suas ações à espionagem interna sobre organizações políticas e religiosas estabelecidas no território dos Estados Unidos, etc.). A reformulação conservadora da política exterior, como em outros períodos da história (tal qual a Doutrina de Contenção depois da Segunda Guerra Mundial), facultou a abertura de uma via de legitimação de políticas internas em outros países, onde pudessem ser aceitas limitações democráticas em troca de um compromisso externo com a política global da potência. (MEZA, 2005)

De fato, após os atentados, os americanos, embuídos em um espírito de ultranacionalismo, lançaram-se a uma guerra contra o terrorismo, personificando seu inimigo na figura de Osama Bin Laden e localizando o local para largarem suas bombas no Afeganistão. Todavia, apesar da extensa aprovação inicial – reação natural diante de um insulto agudo como foram os atentados – as atitudes do governo Bush Filho, a Guerra do Afeganistão apenas serviu de primeiro passo para a deflagração de diversos conflitos internacionais, especialmente contra o “Eixo do Mal”⁴⁸. Nesse sentido, lentamente o país foi sendo consumido econômica e mentalmente pelo espírito da guerra, uma vez que após o Afeganistão veio o Iraque, persistindo sempre a ameaça Norte-Coreana e assim por diante. Logo,

[...] depois de quase uma década de prosperidade e crescimento absolutos, os Estados Unidos se viram diante de um cenário marcado pela incerteza.

⁴⁸ Designação utilizada pelo presidente Bush Filho no seu Discurso do Estado da União de 29 de Janeiro de 2002 para se referir a países contrários aos EUA os quais, dizia Bush, terem programas nucleares com fins não pacíficos.

Domesticamente, a grande preocupação é assegurar a existência de um compromisso nacional sustentado nas bases da sociedade, preservando os fundamentos econômicos mesmo diante da nova vulnerabilidade. Nessa “economia de guerra”, é importante reverter indicadores negativos como o desemprego [...] medidas adicionais de corte nos juros e incentivos ao consumo não foram suficientes para a recuperação. (PECEQUILO, 2005, p. 382).

As duas guerras e a agenda dos EUA acentuaram o isolamento e a superextensão imperial, um dos elementos que ajudou na disseminação da crise financeira de 2008. Tais tendências haviam sido percebidas pela administração no período pós-reeleição (2005), resultando em ajustes tentativos que somente se consolidariam a partir de 2006 quando os democratas recuperaram a maioria no Legislativo, quebrando o artificial consenso do medo vigente desde 11/09. Esta quebra deveu-se a três fatores: ao esvaziamento da percepção de novos ataques terroristas, ao prolongamento das guerras no Oriente Médio e ao surgimento de um novo sentimento de insegurança relacionado à crise econômica.

A responsável por estes ajustes foi Condoleezza Rice à frente do Departamento de Estado, em substituição a Collin Powell. Antes defendendo posições fechadas com o restante do núcleo neoconservador (Rumsfeld, Cheney, Wolfowitz) quando no Conselho de Segurança Nacional, Rice matizou a agenda agressiva do unilateralismo e do unipolarismo. Mesmo sem abandonar a NSS, Rice introduziu temas como “diplomacia transformacional”⁴⁹, “multilateralismo assertivo”, assim sustentando a visão multipolar e multilateral, os quais foram fundamentais na transição posterior do governo Bush para o governo Obama, merecendo destaque o seguinte trecho:

investir em poderes emergentes e fortes como *stakeholders* pela ordem internacional e apoiar o desenvolvimento democrático de Estados fracos e governados com dificuldades são objetivos de política externa que são certamente ambiciosos e levantam uma questão óbvia: estão os EUA prontos para o desafio, ou como alguns teiam e afirmam atualmente, são os EUA uma nação em declínio? [...] Moldar o mundo será o trabalho de uma geração, mas já fizemos este trabalho antes. E se continuarmos confiantes no poder de nossos valores, teremos sucesso nesta tarefa novamente. (RICE, 2008)

Frente ao exposto, observa-se tacitamente que o governo Bush Filho trouxe à tona a essência do imperialismo, o qual segundo Boron (2007), ficara quase 30 anos fora dos debates acadêmicos. Se antes era sublime a relação imperialista dos EUA com os demais países, Bush Filho tratou de escancará-la, especialmente em seu âmbito coercitivo militar.

⁴⁹ Uma discussão sobre a acepção do termo encontra-se em: http://www.hri.uff.br/textos/diplomacia%20transformacional/22_7_2008_16_3_13.pdf - acesso em 08 de Dezembro de 2011.

Apesar de colocar em exercício o aparato militar norte-americano, Bush Filho, não teve o esmero necessário com o âmbito econômico, assistindo a dívida americana aumentar em um cenário de ascensão de outros países, como Brasil, Índia, Rússia e, especialmente China. Com a agenda lotada por questões pertinentes às guerras, o isolamento norte-americano veio como consequência da paulatina perda de legitimidade que seus atos tiveram no decorrer da era Bush Filho. Não obstante, os Estados Unidos passou a figurar como ator único em oposição aos demais países, como se evidenciou nos constantes embates na ONU, nos quais era voz única (mas com poder inigualável) e opositora aos demais. Nesse contexto, a saída pela “porta dos fundos”, especialmente após a deflagração da crise de 2008 foi inevitável a Bush Filho.

4.2. O imperialismo do Governo Barack Obama (2009 - atual)

Aproveitando-se do *momentum* negativo que se criara ao redor da administração Bush Filho, a qual adquiriu uma conotação fundamentalmente negativa, Barack Obama lançou sua candidatura alicerçado em um slogan de “mudança”. Como bem observa Pecequillo (2010), a postura que Rice⁵⁰ definira como um “Realismo Americano Único” foi incorporada por ambos os candidatos majoritários, o republicano John McCain e o democrata Barack Obama, com ênfase para este último, no pleito de 2008. Focando nos temas da esperança, reconciliação e mudança, Obama defendeu a reavaliação do envolvimento militar dos EUA, definindo respectivamente as Guerras do Afeganistão e do Iraque como a “guerra da necessidade” e a “guerra de escolha”. Ademais, um governo democrata, com um discurso amistoso e apaziguador, liderado por um candidato negro – algo inédito na história norte-americana – vinha ao encontro do espírito de mudança que os americanos anseavam.

De qualquer forma, o pleito de 2008 atraiu a atenção mundial como nunca se vira antes. André Barrinha sintetiza bem a expectativas que se criaram na época:

Num mundo cada vez menos “americanizado”, a eleição de Obama mostrou-nos o fascínio que os EUA ainda nos podem provocar. Depois de oito anos desastrosos e provavelmente irremediáveis em termos de perda de influência dos EUA no mundo, cabe agora ao novo Presidente e a sua equipe transferir a magia do dia 4 de Novembro ao resto do planeta. O seu exemplo de vida, a sua política externa e a consciência do novo lugar dos EUA no mundo serão vitais para tal sucesso. (BARRINHA, 2009, p. 52)

⁵⁰ Em continuidade ao processo de transição do final do governo Bush Filho para o seu eventual sucessor.

Destaca-se que Obama assumiu a Casa Branca em 2009 cercado por profundas expectativas. Os maiores desafios que seu governo encarava se centravam em duas grandes frentes: (I) político-militar: com urgência na recuperação do prestígio da presidência tão desgastada pela falta de carisma e diálogo do mandato Bush Filho, além da questão militar com o afastamento paulatino das (dispendiosas) Guerras do Afeganistão e Iraque e; (II) crise econômica e financeira: visto que os EUA estavam no epicentro da crise, esperava-se que Obama tentasse resolver os dilemas internos ao mesmo tempo que tentasse contribuir para a resolução dos problemas em nível internacional. Da mesma forma que Bretton Woods não só redefiniu o sistema financeiro mundial, mas serviu igualmente para consolidar o papel dos EUA como grande potência no pós-II Guerra Mundial, um papel ativo de Barack Obama na eventual institucionalização de um novo sistema financeiro internacional seria a melhor forma de este garantir um lugar central para os EUA no futuro da balança de poderes internacional. Nesse ínterim, deve-se salientar que a manutenção do posto hegemônico dos EUA através de uma reformulação de sua postura imperialista tão rechaçada no governo Bush Filho constituía-se num desafio maior ao governo que se iniciara.

Assim, essa seção analisa o imperialismo do governo Obama desde sua posse até o período mais recente. Para tanto, fazer-se-á uso, novamente, dos elementos fundamentais propostos por Mann para a existência do imperialismo, os quais já foram discutidos no início do capítulo 3. Logo, essa sessão foca nos aspectos econômico e político, estando a questão militar diluída nas duas análises.

4.2.1. Economia

Como bem discutido no capítulo 2 do presente trabalho, a economia exerce papel central na teorização acerca do imperialismo. Todas as teorias citadas colocam o fator econômico como fundamental para que o imperialismo se desenvolva e se procrastine. Não obstante, a economia norte-americana é o principal fator, como apontaram Duménil e Lévy (2007) na manutenção da posição de liderança estadunidense no cenário internacional. Todavia, no início do século XXI, tem-se observado uma mudança substancial no cenário internacional de poder, com a ascensão de novos atores – como os BRICs – em detrimento de uma participação das potências tradicionais européias e os Estados Unidos. Sem sombra

de dúvidas, a economia entra como fator chave para a compreensão de tal mudança, cabendo, aqui, uma análise detalhada das alterações que a economia americana vem sofrendo nos últimos anos, desembocando na crise de 2008 e no superendividamento que o governo Obama vem sofrendo.

Primeiramente, devemos lembrar que a devida compreensão do fenômeno econômico remete a entendermos uma grande foto do mesmo. Para tanto, uma breve descrição histórica da economia dos Estados Unidos será feita neste ponto. Por fim, chegando ao atual estágio sob a batente de Obama, será feita uma profunda análise da economia norte-americana neste momento.

4.2.1.1 A economia norte-americana pré-Obama

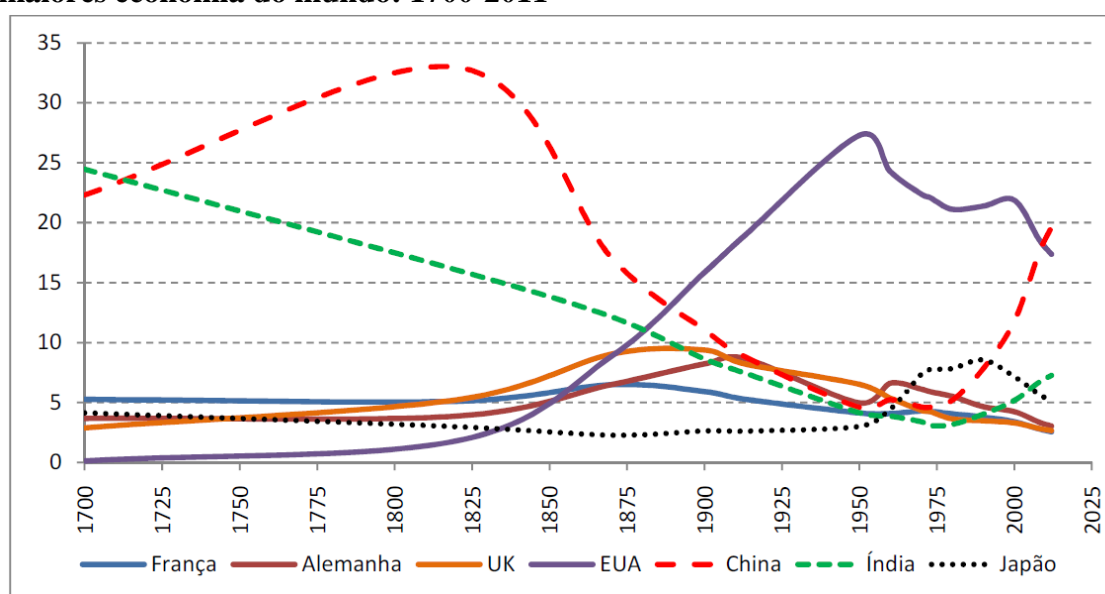
Nos últimos três séculos a economia internacional passou por grandes mudanças. O gráfico 2, mostra a evolução da participação das sete maiores economias, em poder de paridade de compra (ppp) na economia internacional. Em 1700, a Índia era a maior economia do mundo, seguida pela China. Estes dois países representavam cerca de 50% da economia mundial entre o ano 1 e 1800, segundo Maddison (2008). Ao longo do século XVIII a Índia foi declinando, a China passou a ser a maior economia do mundo e a França a maior economia do Ocidente. Mas depois das guerras napoleônicas e o avanço da primeira Revolução Industrial o Reino Unido passou a liderar a economia internacional, pois a França reduziu o ritmo de crescimento e a China e a Índia tiveram um grande declínio histórico. O auge do poder do Reino Unido aconteceu entre 1820 e 1913. Com o início da segunda Revolução Industrial (aço, petróleo, automóvel, avião, telefone, etc.), no último quartel do século XIX, a Alemanha e o Japão começaram a ameaçar o domínio do Reino Unido, enquanto os Estados Unidos corriam por fora.

A disputa de hegemonia entre o Reino Unido e a Alemanha levou à deflagração da primeira grande Guerra Mundial (1913-1918) e a disputa entre Reino Unido, Alemanha e Japão pela ampliação de espaços econômicos levou à segunda grande Guerra Mundial (1939-1945). Mas quem saiu vitorioso de todos estes conflitos foram os Estados Unidos que se tornaram a maior potência mundial durante todo o século XX. Em 1900 os EUA chegaram a uma participação de 16% na economia mundial. Mas a hegemonia americana foi construída principalmente depois dos acordos de Bretton Woods, de 1944, sendo que a

participação americana na economia mundial chegou a 27% em 1950 em poder de paridade de compra (ppp).

Com o Plano Marshall, a Europa e o Japão se reconstruíram depois da Segunda Guerra, enquanto a China e a Índia continuaram a perder posição na economia mundial até a década de 1970. A Alemanha chegou a se tornar a segunda maior economia do mundo na década de 1960, mas foi superada pelo Japão que passou ao segundo lugar nas décadas de 1970 e 1980.

Gráfico 2: Produto Doméstico Bruto, em poder de paridade de compra (ppp), das 7 maiores economia do mundo: 1700-2011



Fonte: Angus Maddison. Historical Statistics of the World Economy: 1-2008 AD. Nota: 2012 = projeção Disponível em: < www.ggd.net/maddison/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls > acesso em 20 de novembro de 2011.

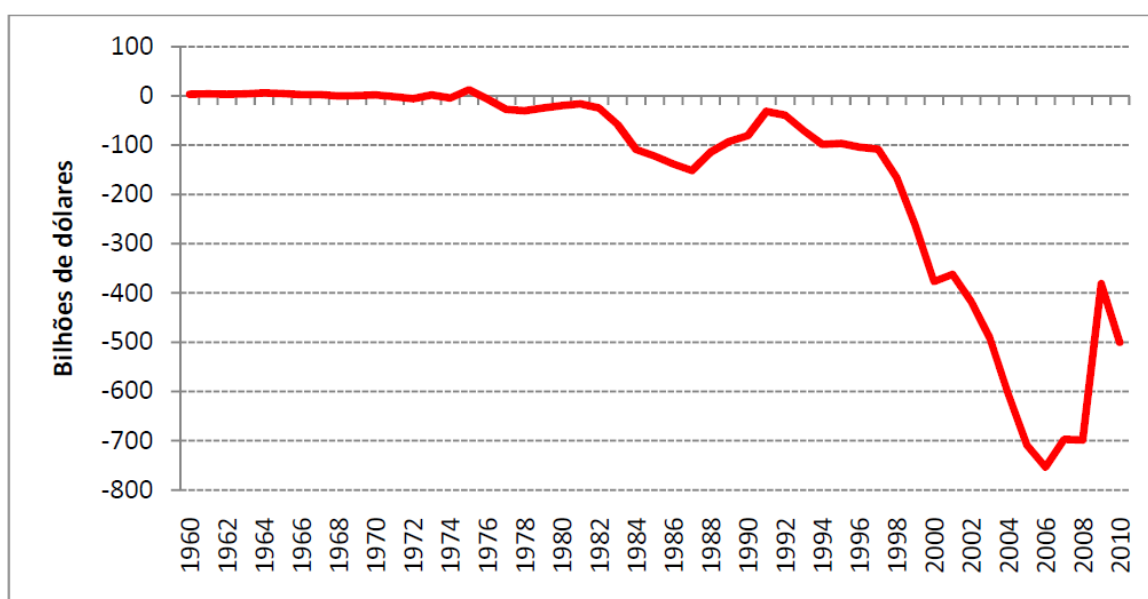
Entretanto, a partir dos anos de 1980 a China começou uma recuperação histórica⁵¹ chegando ao segundo posto na virada do milênio (e provavelmente vai se consolidar como a primeira economia do mundo na década de 2010-20). Nesse meio tempo, a Índia também vem seguindo de perto o ritmo chinês e deve chegar ao terceiro posto da economia internacional, passando o Japão, também na década de 2010-20. Ainda nesse contexto, outros países começam a se destacar, como o caso o Brasil que, apesar de crescimento mais modesto em comparação à Índia e à China, mostra uma boa saúde econômica, tendo atingido o posto de oitava maior economia do mundo em 2011.

⁵¹ IDEM 4

Enquanto China e Índia se recuperavam, os EUA começaram a perder posição relativa especialmente depois da década de 1970, quando ainda representava cerca de um quarto da economia mundial. O aumento da circulação de dólares em geral e o aumento do mercado de Eurodólares nas duas décadas posteriores aos acordos de Bretton Woods criaram um excedente de papel moeda incompatível com a quantidade de ouro disponível no Fort Knox que deveria servir de lastro para o dólar. Diante do inevitável, em agosto de 1971 (40 anos atrás), o governo Nixon aboliu o acordo de conversibilidade do dólar em ouro.

Se esta medida como afirma Alves (2011) “deu fôlego para os EUA continuarem a financiar os seus déficits, possibilitou também que estes déficits fossem crescendo de maneira descontrolada, acumulando uma dívida que só tem paralelo com o que aconteceu na época da segunda Guerra Mundial” (ALVES, 2011, p. 2). O gráfico 3 mostra que o período de superávit da balança comercial dos Estados Unidos terminou em 1970, iniciando um período de déficits crescentes a partir de 1971. Até o ano de 1982 os déficits comerciais dos EUA estavam na casa de 20 bilhões de dólares. Porém, as políticas econômicas do governo Reagan fizeram o déficit pular para mais de 100 bilhões de dólares ao ano. A recessão econômica de 1991 e 1992, no governo Bush fez o déficit se reduzir para a casa dos 30 bilhões de dólares.

Gráfico 3: Saldo da balança comercial dos Estados Unidos: 1960-2010

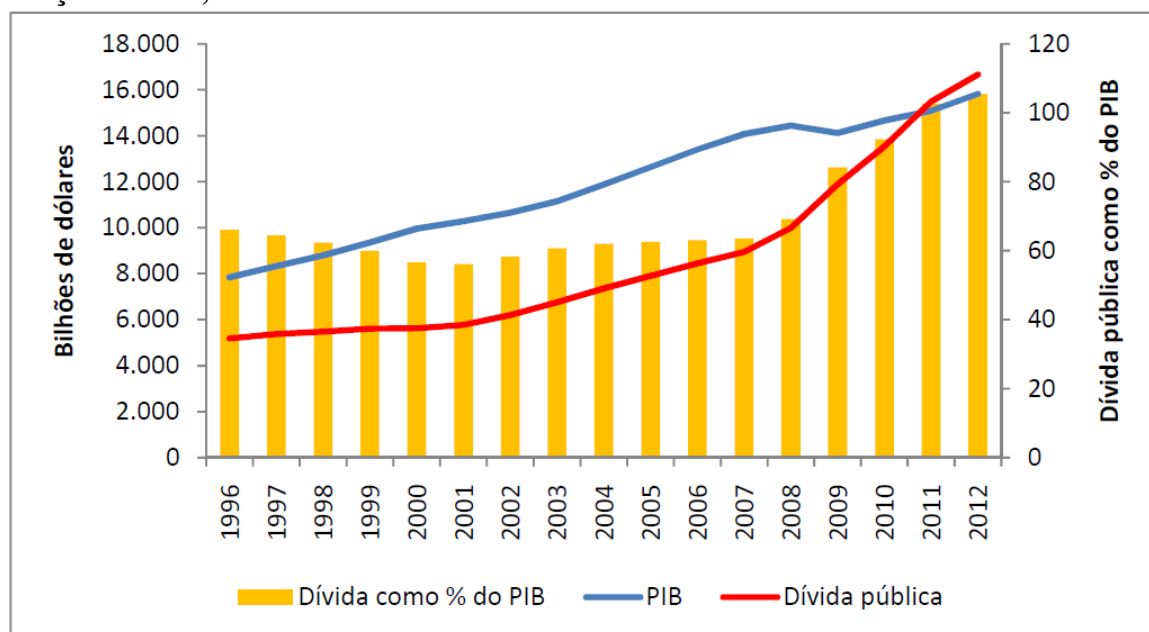


Fonte: U.S. Census Bureau, 2011

Mas a recuperação econômica e a ampliação do processo de globalização no governo Clinton fez os déficits comerciais saltarem para a casa de 300 bilhões de dólares na virada do milênio. Porém, foi nos oito anos do governo Bush Filho que houve uma explosão do déficit, passando de 362 bilhões de dólares em 2001 para 753 bilhões de dólares em 2006 e algo em torno de 700 bilhões em 2007 e 2008. No governo Obama, o déficit caiu para a casa de 400 bilhões de dólares em 2009 (por conta da recessão) e voltou a subir para 500 bilhões de dólares em 2010. Todos estes déficits foram cobertos por endividamento crescente.

O gráfico 4 mostra que o PIB dos EUA era de 7,8 trilhões de dólares em 1996 e a dívida pública estava na casa de 5,2 trilhões de dólares. No segundo governo Clinton (1997-2000) o PIB foi a 9,9 trilhões de dólares e a dívida cresceu apenas para 5,6 trilhões de dólares, no ano 2000. Portanto, houve redução relativa da dívida pública que passou de 66% do PIB em 1996, para 56% do PIB em 2000.

Gráfico 4: Produto Interno Bruto (PIB), Dívida Pública e Percentagem da dívida em relação ao PIB, EUA: 1996-2012



Fonte: US Government Spending, 2011 * Nota: 2012 estimado.

Disponível em: < http://www.usgovernmentsspending.com/downchart_gs.php?year=&chart=H0-fed&units=b > acesso em 20 de novembro de 2011.

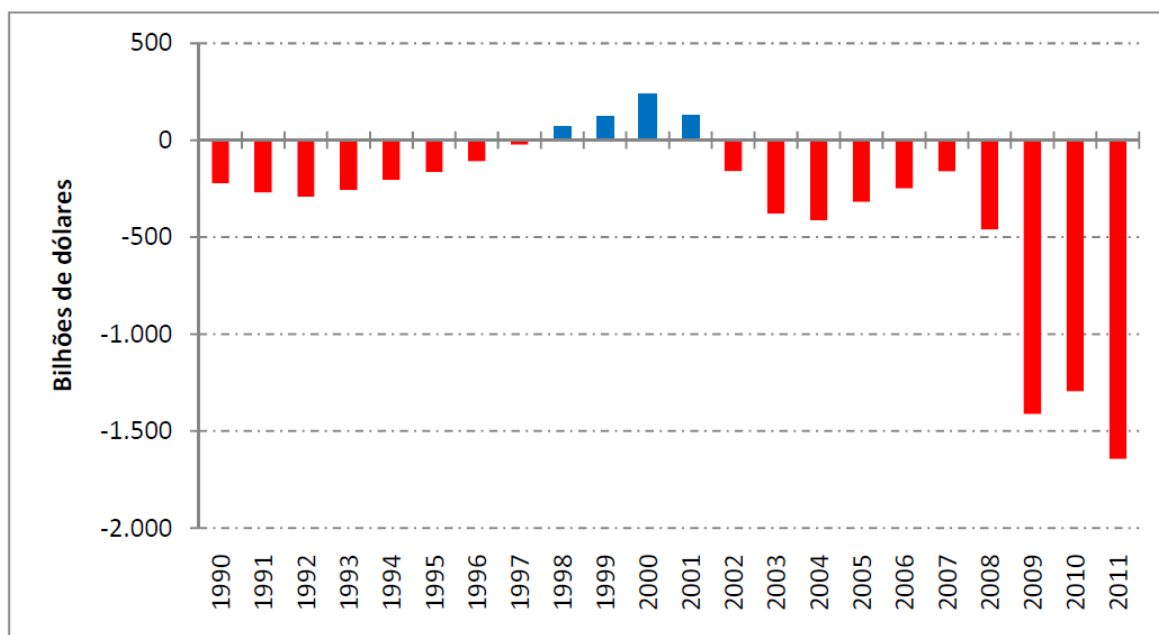
Contudo, o governo Bush Filho, como já discutido, fez uma política de corte de impostos para os ricos e de aumento de gastos, especialmente na área militar, para financiar as guerras do Afeganistão e do Iraque. O resultado foi que a dívida que estava em

5,6 trilhões de dólares em 2000 explodisse para 10 trilhões de dólares em 2008, ou seja, um aumento de 4,4 trilhões (78,5%) em oito anos.

4.2.1.2. A economia do governo Obama

O governo Obama recebeu uma economia em recessão e, para evitar o pior, fez uma série de pacotes de estímulo da economia, mesmo em uma situação em que a arrecadação de impostos estava decaindo. Porém, os incentivos geraram pouco efeito e a economia não recuperou no ritmo esperado. As taxas de desemprego estão acima de 9%⁵². O resultado foi um pequeno crescimento econômico, mas um grande crescimento da dívida pública que deve chegar a 15 trilhões até o final de 2011, passando, em termos relativos, de 100% do PIB. Logo, em apenas 3 anos, durante o governo Obama, a dívida cresceu em 5 trilhões de dólares e não possibilitou a decolagem da economia real.

Gráfico 5: Déficits e superávits públicos, Estados Unidos da América: 1990-2011



Fonte: Congressional Budget Office; Office of Management and Budget, 2011

Disponível em: < <http://www.cbo.gov/budget/budget.cfm> > acesso em 20 de novembro de 2011

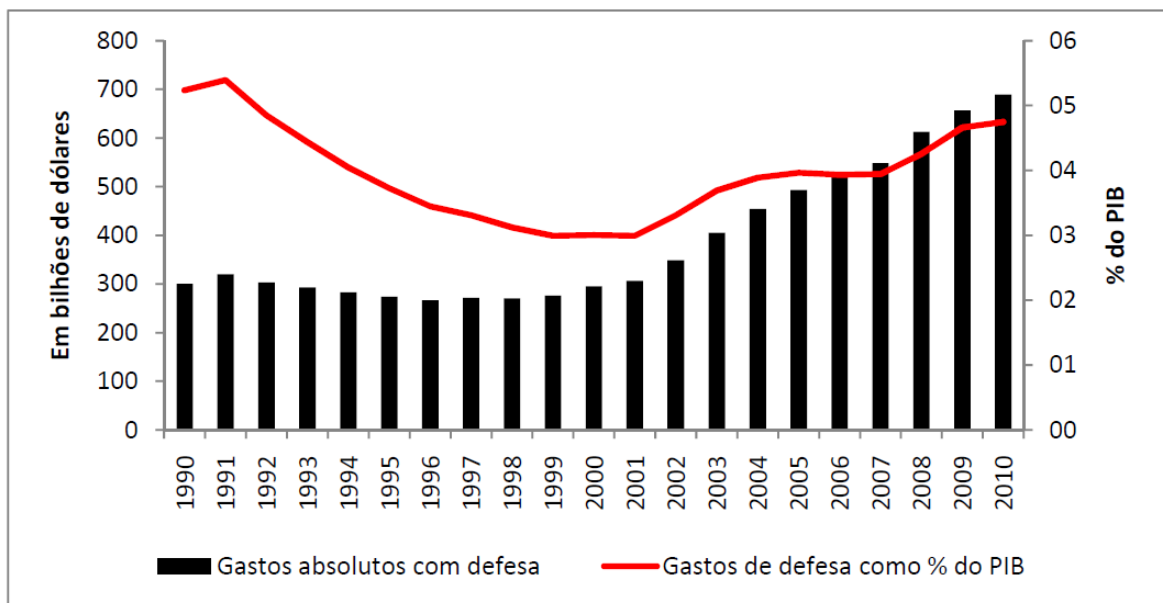
Evidentemente este crescimento enorme da dívida é uma “herança maldita” do governo anterior que deixou uma economia em recessão e com uma carga tributária muito baixa. O gráfico 5 mostra que os déficits nos 3 primeiros anos do governo Obama ficaram

⁵² Disponível em: < <http://www.bls.gov/> > acesso em 20 de novembro de 2011.

em torno de 1,5 trilhão de dólares, ou 10% do PIB. Baseando-se no ritmo atual, estimam-se déficits na casa de 500 a 600 bilhões de dólares até 2020, o que daria uma dívida acumulada de no mínimo 8 trilhões de dólares no restante da década.

O gráfico 6 mostra a evolução dos gastos militares. Nota-se que os gastos com defesa caíram na época do governo Clinton, passando de 302,6 bilhões de dólares (4,8% do PIB), em 1992 para 275,5 bilhões (3% do PIB) em 1999. Isto ajudou a criar um superávit público naquela época. Contudo, no governo Bush Filho os gastos militares chegaram a 612 bilhões de dólares (4,3% do PIB) em 2008, o que ajudou a elevar o déficit público. Ao contrário de Clinton, Obama não reduziu os gastos militares e a defesa gastou 689 bilhões de dólares (4,7% do PIB) em 2010. Os gastos militares tem sido o equivalente à metade do valor do déficit total estadunidense.

Gráfico 6: Gastos absolutos e relativos com defesa, EUA: 1990-2010



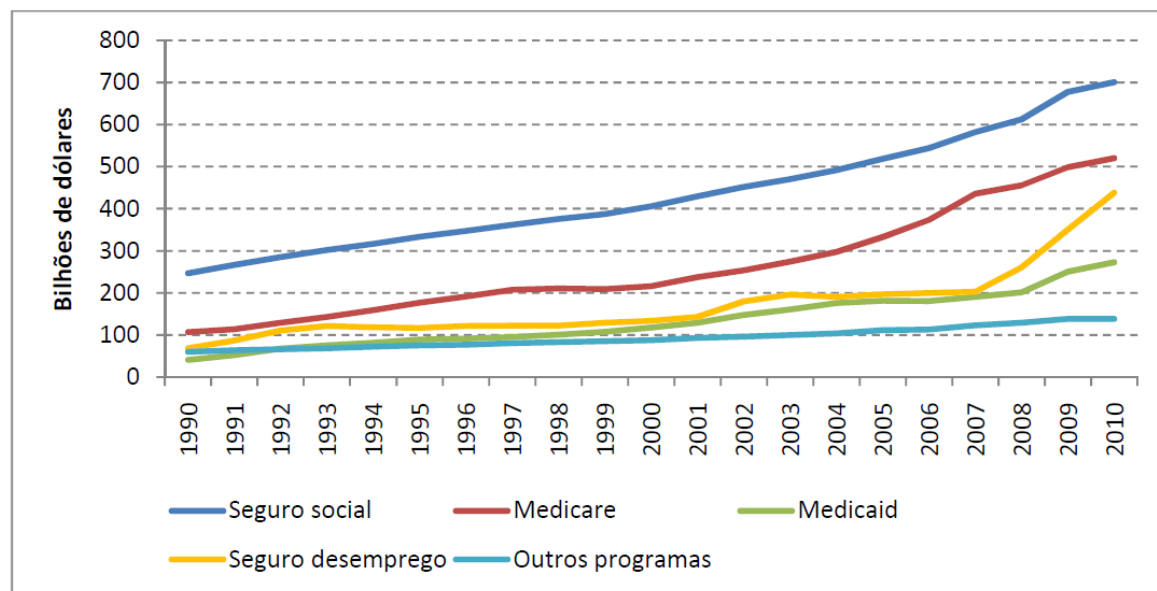
Fonte: Congressional Budget Office; Office of Management and Budget, 2011

O gráfico 7 mostra os gastos com os principais programas de segurança social. No conjunto os programas elevaram os gastos de 568 bilhões de dólares em 1990 para 1,909 trilhão de dólares em 2010. Em termos de porcentagem do PIB o aumento foi de 9,9% em 1990 para 13,2% do PIB em 2010. Nota-se que o seguro desemprego cresceu muito na crise econômica de 2008-2010. Porém, estes gastos sociais tendem a aumentar ainda mais com o envelhecimento populacional, especialmente quando a geração do baby-boom (1945-65) sair do mercado de trabalho e entrar na aposentadoria. Segundo a Standart &

Poor's⁵³ a dívida pública líquida dos EUA poderá chegar a 20 trilhões de dólares em 2020 e, no cenário de envelhecimento populacional com a manutenção da política de baixos impostos e os atuais benefícios sociais, a 600% do PIB, em 2050.

Diante do exposto, existe uma tendência de que os EUA irão ficar ultrapassados em termos de infraestrutura, investimentos na educação básica, inovação, etc., limitando-se os políticos americanos a esquivam-se de soluções e fazerem acusações mútuas. Os democratas mostram que havia superávit público durante o segundo mandato de Bill Clinton e colocam a culpa dos déficits crescentes (fiscal e comercial) no governo George Bush Filho, que além de deixar déficits e dívidas deixou a economia em recessão para o seu sucessor. Os democratas gostariam de aumentar os impostos, especialmente para os ricos e manter os programas sociais, além de manter os estímulos ao crescimento econômico. Mas os republicanos não aceitam aumentos de impostos e querem cortar gastos, especialmente dos programas sociais e menos na área de defesa. Como os republicanos controlam a Câmara de Deputados, estão impondo cortes nos orçamentos, o que pode jogar a economia em uma nova recessão (“duplo mergulho”⁵⁴) (ALVES, 2010).

Gráfico 7: Gastos com programas sociais, EUA: 1990-2010



Fonte: Congressional Budget Office; Office of Management and Budget, 2011

⁵³ Standard & Poor's, 21 de Junho, 2011

⁵⁴ A definição de “mergulho duplo” em recessão consiste em algo semelhante a uma recessão contínua pontuada por um período de crescimento, então seguido por um esfriamento ainda maior da economia.

O fato é que a economia americana possui déficits fiscais e comerciais enormes e uma dívida que já é maior do que o tamanho do PIB. Esta situação tende a se agravar com o baixo crescimento econômico. Assim, os EUA estão entrando em um círculo vicioso, pois se estimulam a economia os déficits e dívidas crescem, mas se cortam os déficits a economia cai em recessão, agravando a situação da dívida e do desemprego. Por não acreditar na capacidade de acordo entre as forças políticas americanas, a agência Standard & Poor's⁵⁵ afirma que pode abaixar ainda mais a nota do crédito americano se a situação do déficit não melhorar nos próximos dois anos. A crise da dívida pode ser também a crise do dólar, como moeda dominante no cenário internacional. Países detentores de títulos americanos⁵⁶ acompanham a situação com proximidade, em virtude de uma moratória norte-americana significar a total desestabilização do cenário econômico mundial, numa crise sem precedentes.

As mudanças na economia dos EUA, com a ascensão de outros países evidenciam outra questão significativa: a dependência dos EUA de outros países. Nesse ínterim, cria-se um cenário de dependência mútua, na qual tanto os EUA dependem dos demais países para continuar refinenciando seus déficits, como os países dependem que os EUA não deem um “calote” que poderia desestabilizar a todos. Objetivamente, identifica-se que a hegemonia americana toma novos contornos e não dispõe da mesma vitalidade de outros tempos. Logo, o imperialismo norte-americano, no seu quesito econômico enfrenta sérias restrições atualmente, comprometendo substancialmente o poder de barganha americano no cenário externo.

4.2.2 Política

Mediante o já comentado discurso de mudança, pautado pelo tom conciliador e agregador, característico dos democratas, Obama assumiu a Casa Branca em 2009. Destarte, iniciou a implantação de uma agenda de reformulação das políticas pertinente à Doutrina Bush, esbarrando, destarte, na minoria no Legislativo para implantá-las, tanto nos seus pontos políticos como econômicos. No mesmo ano, Obama ganhou o Prêmio Nobel da Paz, mesmo sem o lançamento da nova grande estratégia, precedida por uma limpeza da agenda da ação externa de Bush Filho, um discurso positivo de parceria e a defesa do

⁵⁵ Standard & Poor's, August 5, 2011, p. 3-4

⁵⁶ Os quatro países com mais títulos são, nesta ordem: 1) China; 2) Japão; 3) Reino Unido; 4) Brasil. Disponível em: < www.estadao.com.br/economiamundial > acesso em 21 de novembro de 2011

“poder inteligente” (*smart power*) de Nye (2005). No campo interno, os novos contratos sociais, com a recuperação da democracia, a reforma econômica e do bem estar e a atualização dos paradigmas produtivos e sociais do país foram trazidos à Casa Branca. Nestes setores, os fundamentos da agenda encontram-se em andamento, mas com menor alcance do que o desejado devido às resistências internas. (PECEQUILO, 2010)

Além de contar com deserções democratas, os projetos de Obama não obtiveram votos republicanos, mesmo dos moderados. A direita neoconservadora manteve, e mantém, pesada ofensiva contra a Casa Branca, resultante da permanência das fragmentações aqui citadas. Não pode se compreender nem a reforma de saúde ou a progressista *National Security Strategy-2010* (NSS-2010) como produto de uma perspectiva bipartidária: assim como 11/09 gerou um consenso em torno de Bush Filho, a crise econômica gerou um consenso em torno de Barack Obama em 2008. Adicionalmente, apesar de seu viés avançado, a NSS-2010 retoma temas como multilateralismo, multipolarismo e transnacionalização que, caso não tivessem sido “cortados” pela NSS-2002 poderiam já ter gerado um novo padrão hegemônico para os EUA em cenário complexo, globalizado e caracterizado pela desconcentração de poder. (PECEQUILO, 2010)

A publicação da NSS-2010 coincide com um marco inicial da “Era Obama” na área de Defesa e Segurança. Esta, por sua vez, foi cercada de expectativa, pois delimitaria quais os parceiros e prioridades da Defesa dos Estados Unidos na segunda década do século XXI. No documento houve a comprovação de uma maior abertura multilateral impressionando, no mesmo, a repetição, já na mensagem presidencial que lhe serve de apresentação, as afirmações de uma “mudança” do cenário internacional, com a percepção de um mundo *multi-nodal*, pregando a liderança norte-americana e não seu domínio. Essa abordagem, em tons multilaterais, é sintetizada pelo presidente norte-americano quando afirma que: “Os encargos de um novo século não podem cair apenas sobre os ombros dos Estados Unidos”⁵⁷. O documento visa “retomar, reformular e fortalecer alianças”, no intuito de moldar uma ordem internacional capaz de: (I) conter a violência extremista e combater insurgências; (II) sustar a proliferação de armas nucleares e garantir a segurança dos insumos nucleares; (III) combater os efeitos das mudanças climáticas e sustentar o desenvolvimento global; (IV) resolver, prevenir e mitigar os efeitos de conflitos violentos (CHAVES, 2010). Nesse sentido, observa-se a mudança de postura de Obama em relação ao seu antecessor, no sentido de iniciar uma ação de identificação e adaptação à nova

⁵⁷ Do original *The burdens of a young century cannot fall on American shoulders alone.*

dinâmica do sistema internacional, fato fundamental ao atual momento norte-americano.

Apesar de toda a pró-atividade de Obama em implementar medidas de reformulação, poucos resultados concretos foram obtidos. A expectativa inicial do governo era que, dada a gravidade da crise, e disposição do governo em promover a reconciliação e reformas, que este consenso conjuntural, servisse de base para algo duradouro. Mesmo antes da posse, esta possibilidade foi se demonstrando difícil. Não obstante, as medidas de Obama sofrem com a realidade de um país fragmentado. Assim, o início do governo Obama foi marcado pela defesa de posições e não de avanço de agenda. Nesse ínterim, pode-se alegar que o legado da administração Bush filho foi o principal empecilho para que se conseguissem bons resultados iniciais. Mas também é real que muitas das medidas anunciadas após a posse ficaram no meio do caminho ou se sustentaram em discursos genéricos de boas intenções, que facilitaram o contra-ataque da oposição.

Após um início marcado por muitas promessas, algumas atitudes e pobres resultados, em 2009, uma marcante quebra de expectativa se criou em volta de Obama. Comparado à Franklin Delano Roosevelt, em virtude de ambos serem democratas assumindo o país em meio a uma grave crise econômica, parecendo que Obama aceitou o desafio, sem saber das responsabilidades e o tamanho das dificuldades que o esperavam.

Em 2010 e 2011, o que se observou foram incessantes tentativas de amenizar a crise, esbarrando em barreiras do legislativo. Afora a parte econômica, Obama começou a sentir o peso das críticas na medida que seu plano para retirada das tropas das guerras além mar estava num ritmo lento demais. Isso teve reflexo direto na popularidade do presidente, que caiu vertiginosamente, chegando à 54% de rejeição no início de 2011⁵⁸, o que pode, inclusive, comprometer a campanha para a reeleição em 2012.

Externamente, por outro lado, a reputação de Obama parece gozar de notório reconhecimento. Em suas frequentes visitas a outros países, Obama se aproxima muito de Clinton no tom de seus discursos, pregando a (re)aproximação dos países para com os Estados Unidos, bem como agora os EUA vem em um processo de reeducação no sentido de compreender que não é mais uma voz imponente e solitária no cenário internacional. A China, reiteradamente tratada como uma potência real na Ásia, o crescimento Russo na Eurásia, a ascensão indiana no sudeste asiático, o posicionamento de liderança da África do Sul no sul africano e o crescimento brasileiro na América Latina são pautas prioritárias

⁵⁸ Disponível em: < http://www.rasmussenreports.com/public_content/politics/obama_administration/obama_approval_index_history > acesso em 21 de novembro de 2011

da agenda externa dos EUA. Tal mudança pode ser notada no seguinte trecho do discurso de Obama em visita ao Brasil:

Cada dia que passa, o Brasil é um país com mais soluções. Na comunidade global, vocês passaram de ajudados por outras nações para ajudá-las a combater a pobreza e a doença aonde quer que elas existam. Vocês desempenham um papel importante nas instituições globais que promovem nossa segurança e nossa prosperidade comum. [...] Juntos nós podemos avançar na prosperidade mutual. Como duas das maiores economias do mundo, nós trabalhamos juntos durante a crise financeira para restaurar o crescimento e a confiança. (Discurso do Presidente Obama, Rio de Janeiro, 20 de março de 2011, tradução nossa)

Entretanto, os poucos resultados palpáveis alcançados por Obama nos seus primeiros três anos de governo tem feito com que Obama seja comparado a outros presidentes com resultados discretos, com o claro viés das expectativas que recaíram sobre Obama em virtude da crise em vigência. Antônio Lassance (2010) afirma que:

A oposição também já escolheu sua imagem predileta a respeito do presidente Democrata: é Jimmy Carter. Para os Republicanos, Obama é um presidente cheio de planos megalômanos e resultados pífios; de retórica mudancista, mas incapaz de coesionar seu próprio partido; um presidente hesitante e concorrente ao último lugar no ranking dos agora 43 políticos já eleitos para o cargo.[...] Obama parece destinado a ficar perigosamente próximo de Lyndon Johnson (1963-1969). Por paradoxal que seja aproximá-lo de um texano branco, sem brilho comunicativo, escolhido por Kennedy como vice (na campanha de 1960) justamente para acalmar o eleitorado conservador, o fato é que Obama, assim como Johnson, vê sua presidência como o resultado não apenas de seu perfil, mas sobretudo das circunstâncias que limitam suas escolhas e de um sistema político que empareda seus movimentos. (LASSANCE, 2010, p. 46)

Lassance (2010), ainda vale-se da opinião de Henry Kissinger, notável diplomata americano, que definiu Obama como: “como um jogador de xadrez que joga várias partidas simultâneas, mas que realiza um movimento de cada vez, e só então retorna para um novo lance. Johnson também sabia agir dessa maneira.” (Lassance *apud Der Spiegel*, 6 de julho de 2009). Logo, evidencia-se que o imperialismo norte-americano, no seu âmbito político passa por um momento dual, com marcantes diferenças interna e externamente. Enquanto internamente o país sofre para superar a crise, com um notório desgaste da figura de Obama, de quem muito se esperava, externamente, o país continua gozando de uma posição de ilibado respeito e admiração, ancorada pela figura carismática de Obama. Todavia, nota-se que as economias emergentes agora constituem voz ativa nos cenários internacionais, com posicionamentos definidos, demonstrando uma mudança de paradigmas frente ao que se observava durante boa parte dos séculos passado, em especial a década de

90, e que se calara durante o mandato Bush Filho. Nesse sentido, pode-se afirmar que o imperialismo político norte-americano sofre reflexos do desgaste econômico, porém ainda goza de posição privilegiada externamente. Certamente o desfecho da crise econômica ditará se uma reconfiguração do sistema internacional ocorrerá, podendo isso ocorrer à médio ou longo prazos. Certo é que Obama, atualmente, não goza do posto de líder da superpotência mundial, mas do posto de líder de uma grande potência num mundo com várias outras potências em crescente afirmação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja como fenômeno endógeno, inerente aos Estados Unidos como país imperial e audacioso, ou como fenômeno exógeno da supremacia americana paulatinamente construída perante os demais países, o imperialismo dos EUA constitui objeto singular de inesgotável debate. Exposta à luz de diferentes matrizes teóricas, observa-se que o imperialismo atual, independente de sua indentidade – se “Império” para Hardt e Negri (2001), ou “imperialismo” sem adjetivos nem eufemismos que dissimulem sua essência –, dá mostras de uma grande adaptabilidade, maleabilidade e, por que não, agressividade perante as rápidas transformações da conjuntura internacional.

Por outro lado, se nos afastarmos da teoria e trouxermos a discussão sobre imperialismo para um plano mais próximo à realidade, veremos que cresceu em proporção a sua desorbitada e insaciável voracidade que já não repara em limite algum, sejam estes de caráter social, ecológico, jurídico ou militar. Cem mil mortos por dia devido à fome ou a enfermidades perfeitamente passíveis de prevenção e cura é a cifra que, segundo o PNUD, custa sustentar a globalização neoliberal; e a acelerada destruição de bosques e florestas, assim como a contaminação do ar e da água e o esgotamento de estratégicos recursos não-renováveis constituem o saldo negativo do ecocídio que requer o capitalismo contemporâneo. Ademais, a ordem jurídica internacional, laboriosamente construída depois da Segunda Guerra Mundial jaz despedaçada ante a prepotência imperialista, e a militarização da cena internacional preanunciam novos e mais letais conflitos. Em tempos recentes de acentuação das relações multilaterais em prol de um sistema mais dinâmico, com diferentes forças atuantes, evidenciam um caráter mais voltado para o lado econômico⁵⁹ do imperialismo, como ficou evidente nas análises propostas no capítulo 2 do presente trabalho. Certo é, que questões econômicas são fundamentais para a discussão do imperialismo norte-americano, e que, em conjunto com questões militares e políticas, constituem o pano de fundo de qualquer discussão séria sobre o tema. (BORON, 2007)

Nesse ínterim, torna-se necessário mencionar que a imagem que projetam muitas das teorizações correntes sobre o imperialismo, sobretudo as que se gestam nos Estados Unidos e entre as quais ainda as supostamente de esquerda não são a exceção, é a de uma construção histórica, econômica e social onipotente e invencível, um poder esmagador de um poderio sobre-humano que o converte em um inimigo inexpugnável e por isso mesmo

⁵⁹ Os desdobramentos ecológicos e jurídico-trabalhistas, nesse contexto, são desdobramentos do aspecto econômico.

imbatível. Uma visão tão exagerada do poderio do imperialismo se afasta da realidade na medida em que ignora as mudanças que os sistema internacional sofre, especialmente desenhando na realidade do início do século XXI.

Como defendido no presente trabalho, economia, política e militarismo são elementos fundamentais para a compreensão do imperialismo. Todavia, as mudanças que o mesmo vem promovendo e sofrendo demandam um aprofundamento no debate. Quando pensamos no núcleo ideológico, inerente ao imperialismo, como forma de dominação maior que a mera imposição econômica, política ou militar, observa-se a profundidade do exemplo norte-americano. No caso da *pax americana*, esta contemplava o *laissez-faire*, o anticomunismo e todo esse conjunto de crenças, normas e atitudes que Immanuel Wallerstein (1994), parcialmente corroborado pela teoria de Duménil e Lévi (2003), englobava sob a categoria de “liberalismo global”. Mediante elas, propicia-se o livre fluxo de fatores produtivos – e muito especialmente dos capitais e das matérias primas, não assim da força de trabalho, cuja imobilidade garante abundantes lucros – e o rechaço retórico do protecionismo e do mercantilismo.

Esta capacidade de direção ideológica e de ditar o “livre jogo das forças do mercado” é um componente essencial da hegemonia internacional – o foi também durante o período, mais longo, da *pax britânica* – e, se nos remetemos ao exame do mundo do pós-guerra, comprovamos que a reafirmação da supremacia norte-americana significou, simultaneamente, a universalização do *American way of life* como modelo ideal de sociedade, consagrado tanto pelo cinema, pela televisão, pela massificação dos meios de comunicação e pelas ciências sociais norte-americanas, e como a ideologia global compartilhada, em maior ou menor medida, pelos atores privados e públicos que formavam parte de seu império. Isto incluía desde a crença na bondade congênita dos mercados e a iniciativa privada até a difusão universal dos *blue jeans* e um tipo de música cultivado pelos jovens brancos, não os negros, o *rock*, passando pelo *fast-food* e pela crença no destino manifesto que consagrava os Estados Unidos como a terra da liberdade e como a sociedade profética e messiânica a quem Deus havia encomendado a tarefa de semear a liberdade e a democracia por todo o mundo, em consonância com os elementos pétreos da cultura norte-americana citados por Fichou (1990). Em consequência, a superioridade americana era vista como um desenlace “natural”, produto da “verdade efetiva das coisas”, e os conflitos e tensões que o predomínio norte-americano ocasionava no sistema internacional foram por isso mesmo concebidas como produto da resistência de certas

nações; e seus líderes, a admitir a inexorável realidade da hegemonia estadunidense. A tal ponto que a modernização e o desenvolvimento econômico foram concebidos como as manifestações externas de um processo de “americanização”: imitar o exemplo dos Estados Unidos era, neste denso entremeado ideológico, o caminho seguro pelo qual as arcaicas sociedades da periferia poderiam superar seu atraso secular. A história das ciências sociais na década dos cinquenta e sessenta são, em boa medida, a crônica do apogeu e o derrocada dessa ilusão. (BORON, 2007)

Um segundo componente da hegemonia é constituído pela direção político-militar, isto é, pela capacidade da potência hegemônica em assegurar a obediência e disciplina dentro do conjunto de nações integradas na sua órbita de influência e para prevalecer frente a seus adversários. Em outras palavras, a dominação puramente ideológica é insustentável à margem da capacidade do hegemom de tecer alianças e coalizões, articulando uma rede internacional que assegure o cumprimento dos projetos estratégicos globais daquela ou, ao menos, o enquadramento dos aliados dentro de limites toleráveis para suas políticas, e sem que os estados “clientes” possam exercer um veto efetivo contra a primeira. Nesse meio, tão intimamente relacionado com a direção política que praticamente se sobrepõe a ela, a capacidade coativa da potência hegemônica garante o cumprimento, em última instância, dos anseios da mesma, vaticinando que não existe hegemonia viável sem uma esmagadora superioridade no terreno militar.

Nesse sentido, cabe observar que a relação entre direção ideológica e política, por um lado, e da força pelo outro, assemelha-se à que existe entre coerção e consenso no estado moderno. Ou, para dizê-lo empregando a feliz metáfora concebida por Karl Deutsch, assemelha-se à existente entre o ouro e o papel moeda. Em épocas normais, o montante de dinheiro circulante em uma economia é uma proporção muito superior ao respaldo áureo que o sustenta (DEUTSCH, 1966). Analogamente, a capacidade de encontrar obediência no sistema internacional é várias vezes superior à capacidade coercitiva da potência hegemônica. Se esta tivesse de referendar sua superioridade com uma demonstração de força em cada um de seus atos, suas margens reais de atuação se veriam francamente prejudicadas. Por isso, é muito conveniente estabelecer uma distinção entre uma situação de hegemonia, historicamente observável em alguns períodos, de uma condição de “onipotência imperial”, cuja existência histórica é ainda muito mais limitada. Certamente não foi desta forma que funcionaram os sistemas hegemônicos conhecidos como a *pax britannica* ou a *pax americana*: sua hegemonia transcendia em muito seu

potencial bélico, mesmo no caso americano. Entretanto, não se pode perder de vista que, igual ao capital, conforme afirma a *corrente realista* das Relações Internacionais⁶⁰, um mínimo capacidade coercitiva constitui uma condição fundamental para qualquer potência que tenha ambições hegemônicas.

Frente a toda esta argumentação, nos remetemos a uma verdadeira “precondição” da hegemonia: a superioridade no terreno econômico. Acaba sendo indissociável da condição hegemônica a condição de potência econômica integradora do conjunto do mercado mundial. Isso se evidencia quando relembramos que, quando se falava da “hegemonia soviética” muito se desprezavam estas elementares precauções conceituais, reduzindo desse modo a questão da hegemonia a sua dimensão estritamente militar, o qual desnaturalizava o verdadeiro significado do conceito. O colapso da antiga União Soviética demonstrou taxativamente os limites de uma superpotência nuclear incapaz de absorver as profundas modificações produzidas pela revolução científico-tecnológica e de organizar conseqüentemente sua estrutura produtiva (BORON, 2007). Wallerstein (1984) demonstrou que, para uma nação ser hegemônica, requer-se que suas empresas sejam melhores, mais eficientes e competitivas no plano da produção agroindustrial, no comércio internacional e nas finanças mundiais. Esta condição, sumamente restritiva, implica não somente que as empresas da potência hegemônica sejam capazes de derrotar as de seus rivais nos “terrenos neutros” do mercado mundial, mas também nos mercados domésticos das potências competidoras (WALLERSTEIN, 1984, p. 38-39). Obviamente não se pode reduzir a questão da hegemonia exclusivamente à superioridade econômica de uma potência; mas tampouco a seu predomínio político-militar. Mas ambos os âmbitos: sólido fundamento material e capacidade coercitiva constituem condições necessárias – embora não suficientes – da hegemonia.

Assim, podemos observar quatro desdobramentos sobre o imperialismo dos Estados Unidos: (I) o imperialismo norte-americano potencializou seu predomínio sobre certas arenas cruciais do sistema internacional, como a militar, até um ponto no qual não há precedentes na história. Mas isso não lhe assegura a criação de uma “ordem” internacional previsível e estável; (II) o imperialismo dos Estados Unidos acentuou seu controle na esfera da economia internacional, mas o conseguiu à custa de exacerbar extraordinariamente suas contradições que, já no curto prazo, constituem-se como obstáculos formidáveis a suas políticas; (III) imperialismo enfrenta-se com crescentes

⁶⁰ Cujo um dos grandes expoentes é Immanuel Wallerstein.

dificuldades políticas, tanto em suas relações com o Sul marginalizado e excluído mas em processo de crescente ativação e resistência – ainda que em grau desigual segundo as regiões do mundo – como no tocante à necessária harmonização de suas políticas com os outros expoentes do capitalismo metropolitano, principalmente a União Européia e Japão; e (IV) no plano ideológico, o imperialismo norte-americano enfrenta uma rápida deterioração de sua capacidade para ser percebido, como antes, em sua época de ouro, como a “vanguarda intelectual e moral” da civilização. O célebre *American way of life* sofreu um fenomenal desprestígio, tanto dentro como fora dos Estados Unidos, e isso fere sua capacidade de comando internacional.

Em 2000, quando George W. Bush ascendeu ao poder, o mundo era “globalizado”. Falava-se em governança global e a regulação desse fenômeno dominante de nome “globalização” ocupava a mente de acadêmicos, analistas e políticos. Os EUA estavam no centro de um mundo cada vez menos estatal e cada vez mais multi-nível. Nesse contexto, pode-se dizer que nos últimos oito anos o mundo voltou a ser internacional. A Administração Bush Filho fez o possível para afundar o sistema pós-Guerra Fria que garantia o estatuto de superpotência global aos EUA: a economia americana deixou de ser tão importante para o mundo, as instituições internacionais reforçadas pelos EUA nos anos 1990 foram largamente ignoradas e em alguns casos humilhadas pela corrente Administração, o eixo transatlântico ficou fragilizado, o discurso securitário passou a dominar a agenda internacional com a Guerra Global contra o Terrorismo, e o *soft power* norte-americano, pilar do seu sucesso no mundo, perdeu significado – o mundo passou a querer ser menos como os Estados Unidos da América.

Quando Obama assumiu o poder em 2009, ao contrário do havia acontecido nas últimas décadas, ele não mais assumiu como líder da indiscutível superpotência mundial, mas como líder de uma grande potência num mundo com várias outras potências em crescente afirmação. Logo, comprova-se a principal ideia defendida no presente trabalho: o imperialismo e a sociedade dos Estados Unidos vem sofrendo fortes mudanças no início do século XXI, não gozando mais do posto de superpotência inquestionável. Dessa maneira, o grande desafio que ainda persiste para Obama e que certamente será passado para a próxima administração (caso Obama não se reeleja em 2012), será o de garantir um sistema internacional menos americano e mais multipolar, em que empresas norte-americanas falem de igual para igual com empresas chinesas e indianas; em que Hollywood e Bollywood tenham praticamente o mesmo impacto global. O início do século

XXI vem presenciando a perda da liderança incondicional do mundo por parte dos EUA; cabendo às administrações, hoje representadas por Obama, garantir a sua liderança consensual.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Willi Paul. *Los Estados Unidos de América*. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- AGNEW, John. *Hegemony. The new shape of global power*. Philadelphia: Temple University Press, 2005.
- ALVES, José Eustáquio. *O fim do século americano?* São Paulo, 2011.
Disponível em: < art_96_o_fim_do_seculo_americano > acesso em 10 de novembro de 2011
- AMADEO, Javier. *Mapeando o marxismo*. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
_____. *O imperialismo, passado e presente*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, 2005
- ANDERSON, Perry. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- APTHECKER, Herbert. *Uma nova História dos EUA. A era colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ARENDT, Hannah. *Imperialism: part two of the origins of totalitarims*. Orlando: Harvest Book, 1968.
- ARRIGHI, Giovanni. *The three hegemonies of historical capitalism*. In: GILL, S. (Ed.). Gramsci, historical materialism and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
_____. *Uma nova História dos EUA. A revolução americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- ARON, Raymond. *República Imperial: Os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- BARRINHA, André. *O significado da vitória de Obama para as Relações Internacionais*. Em: Especial EUA: o regresso da maioria Democrata e os desafios adiante. Revista Autor, 2009.
- BLACKE, Nelson Manfred. *A short History of American life*. New York: 1952.
- BORON, Atilio A. *A questão do Imperialismo*. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007

- BRADBURY, Malcolm; TEMPERLEY, Howard. *Introdução aos estudos americanos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1981.
- BRUCHEY, Stuart. *As origens do crescimento americano*. Rio de Janeiro: Record, 1966.
- BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)
- CHAVES, André de Almeida. *Estados Unidos e América do Sul: bases na Colômbia e a nova Estratégia de Segurança Nacional. I Simpósio INEU: balanço e perspectiva dos estudos sobre os Estados Unidos*. São Paulo, 2010.
- COBEN, Stanley; RATNER, Norman. *O desenvolvimento da cultura norte-americana*. Rio de Janeiro: Ânima, 1985.
- COMMAGER, Henry; MORISON, S. *História dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Melhoramentos.
- COMMAGER, Henry Steele; NEVINS, Alan. *História dos EUA*. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.
- COX, Robert. *Production, power and world order. Social forces in the marking of history*. New York: Columbia University Press, 1987.
- _____. *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*. In: GILL, S. (Ed.). *Gramsci, historical materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DEUTSCH, Karl 1966 *The Nerves of Government* (Nova Iorque: The Free Press).
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Superação da crise, ameaças de crises e o novo capitalismo*. In: CHESNAIS, François, et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. 112p.
- _____. *The Economics of U.S. Imperialism at the turn of the 21st Century*. *Review of International Political Economy*, Providence (USA), v.11, n.4, p.657-676, Oct. 2004.
- _____. *Neoliberalismo: neo-imperialismo*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.16,, p.1- 19, abr. 2007.
- DOYLE, Michael. *Empires*. Cornell University Press, 1986.
- FERNANDES, Arissane Dâmaso. *A expansão da fronteira e a formação de uma ideologia no Brasil*. Universidade Federal de Goiás, 2000.
- FICHOU, Jean Pierre. *A civilização Americana*. Campinas: Papyrus, 1990.

FOHLEN, Claude. *América anglo-saxônica: de 1815 à atualidade*. São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. *O faroeste. 1860-1890*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOSTER, John Bellamy. *A nova Geopolítica do Império*. *Monthly Review*, v. 57, n. 8, Jan 2006. Tradução de Fernando Ferrone.

FURTADO, Celso et al. *Império e imperialismo americano*. Porto: Textos Marginais, 1973.

GEORGE, Pierre. *Geografia dos Estados Unidos*. Campinas: Papirus, 1990.

GILPIN, Robert. *US power and the multinational corporation*. New York: Basic Books, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Selections of prison's notebooks*. New York: International

IKENBERRY, John. *Getting hegemony right*. *The National Interest*, n. 63, Spring 2001. Publishers, 1971.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HIEBRONER, Robert L. *A formação da sociedade econômica*. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

HALLIDAY, Fred. *Two hours that shook the world*. London: Al Saqi, 2002.

HUNTINGTON, S. *The Lonely Superpower*. *Foreign Affairs*, 1999.

JAGUARIBE, H. *A nova ordem mundial*. *Política Externa*, v. 1, n. 1, 1992.

JULIEN, Claude. *O império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

KAUTSKI, Karl. *Ultra-imperialism*. 1914.

Disponível em: < <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm> >
acesso em 08 novembro de 2011.

_____. O Imperialismo (1913). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

- _____. Dois artigos para revisão (1915). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002b.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- KEOHANE, Robert. *Instituciones internacionales y poder estatal. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- LASSANCE, Antônio. *Barack Obama, Ano I*. Meridiano 47 n. 114, jan. 2010.
- LEITE, Leonardo de Magalhães. *Uma análise das teorias do imperialismo contemporâneo à luz da teoria marxista clássica do imperialismo*. Tese de mestrado. Curitiba, 2010.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Trad. Leila Prado. 25 São Paulo: Centauro, 2008.
- LUEDTKE, Luther 5. *Aspectos geopolíticos, culturais e sociais nos EUA*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 2ª Ed. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MAGNOTA, Fernanda Petená, PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. *Ordem internacional e a “Grande Estratégia” dos Estados Unidos: reações à ascensão da China na política internacional contemporânea*. São Paulo, 2009.
- MANDEL, Ernest. *A resposta socialista ao desafio americano*. Lisboa: Estudos Cor, 1972.
- MANN, Michael. *O império da incoerência – A natureza do poder americano*. São Paulo: Record, 2008.
- MARX, C.; ENGELS, F. *La sociedad norteamericana*. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973.
- MEDEVEDEV, Roy et all. *A URSS e a corrida armamentista*. São Paulo, 1988.
- MENDONÇA, Filipe. *Instituições, condição material e comércio: a consolidação da maioria democrata no congresso norte-americano*. Em: Especial EUA: o regresso da maioria Democrata e os desafios adiante. Revista Autor, 2009.

- MEZA, Raúl. *Multilateralismo e Unilateralismo na Política Mundial: América Latina frente à Ordem Mundial em Transição*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, n. 1, 2005.
- MÜNKLER, Herfried. *Empires: The Logic of World Domination from Ancient Rome to the United States*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2005.
- PECEQUILO, Cristina. *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- _____. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PETRAS, James. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RAPHAEL, Ray. *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- PANITCH, Leo; LEYS, Colin (orgs.). *Socialist register 2004 : O novo desafio imperial*. - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- RESENDE, Erica. *Identidade, discurso e política externa: a inscrição discursiva de uma identidade nacional puritana na "Guerra ao Terror"*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SOARES, Serguei. *O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?* Revista de Economia Política, vol 30, nº 3 (119), jul-set/2010.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIZENTINI, Paulo. *A Guerra Fria (1945-1991)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.
- VIZENTINI, P; WIESEBRON, M. *Neo-hegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The politics of the world-economy. The states, the movements and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- WALTZ, Kenneth. *Globalization and Governance*. In: Political Science and Politics, v. 32, n. 4, p. 693-700, 1999.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: Martin Claret, 2004

WOHLFORTH, W. *The stability of an unipolar world*. International Security, n. 1, vol. 24, 1999.

ZUNZ, Oliver. *Why the American century?* Chicago: The University of Chicago Press, 1998.